

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

BALANÇO

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2009
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2009

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Caixa Econômica Federal - CAIXA, do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009.

CONJUNTURA ECONÔMICA

O ano de 2009 iniciou sob impacto do aprofundamento da crise financeira que já havia extrapolado os limites do setor imobiliário norte-americano para assumir dimensões globais.

No Brasil, os reflexos negativos da crise começaram a aparecer no último trimestre de 2008. O Produto Interno Bruto - PIB, a produção industrial e as exportações do país foram pressionadas para baixo, assim como em outros países. Entretanto, no período pré-crise a economia brasileira vinha crescendo a um ritmo acelerado e a mudança brusca do cenário macroeconômico, aliado ao ajuste dos estoques ampliou a queda da atividade doméstica.

Já no segundo trimestre de 2009, a economia brasileira deu início a uma lenta recuperação e esse movimento, ao lado do câmbio com viés de queda, formou um cenário propício para uma redução da taxa de juros, tanto da taxa Selic quanto dos juros futuros.

A expectativa do mercado, segundo a Pesquisa Focus divulgada pelo Banco Central em 08/01/2010, é de que a economia brasileira feche o ano de 2009 apresentando uma retração de 0,26%, o que pode ser considerado um bom desempenho, quando comparado com outras economias. As estimativas da CAIXA são um pouco mais otimistas e, de acordo com as projeções efetuadas, o Produto Interno Bruto brasileiro deverá permanecer estável.

A CAIXA encontrou no cenário vigente a oportunidade de expansão sustentável de sua carteira de crédito e tomou a decisão estratégica de atuar com as menores taxas de juros do mercado.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

A CAIXA alcançou lucro líquido em 2009 de R\$ 3,0 bilhões, com retorno sobre o patrimônio líquido de 22,8%, ante 30,6% em 2008; índice de eficiência de 71,5%, frente a 71,4% do ano anterior, e índice de cobertura de despesas de pessoal de 95,9% diante dos 88,3% registrados em 2008. Outros indicadores são apresentados a seguir:

Indicadores	Em %	2008	2009
Retorno sobre Ativos Totais.....		1,3	0,9
Índice de Solvabilidade – Basiléia.....		20,6	17,5
Endividamento Setor Público		21,6	30,8
Provisão sobre Operações de Créditos.....		8,6	7,1
Cobertura de Despesas Administrativas.....		55,9	60,2

Os valores dos repasses com tributos e encargos sociais à União, estados e municípios, juntamente com juros sobre capital próprio e dividendos somaram R\$ 3,7 bilhões.

No final de 2009, a Empresa possuía R\$ 341,8 bilhões em ativos e patrimônio líquido de R\$ 13,1 bilhões, expansões de 15,5% e de 3,5%, respectivamente, quando comparados ao ano anterior. Além dos recursos próprios, a CAIXA é responsável ainda pela administração de mais de R\$ 390,9 bilhões em ativos, destacando-se R\$ 235,0 bilhões em FGTS e R\$ 102,9 bilhões em fundos de investimento.

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A CAIXA adquiriu no ano de 2009, R\$ 47,6 bilhões em Títulos Públicos Federais: R\$ 26,2 bilhões no mercado primário, incluindo operações de troca, e R\$ 21,4 bilhões no mercado secundário.

No mesmo período venderam, somados principal e juros, R\$ 31,2 bilhões em Títulos Públicos Federais e foram vendidos R\$ 30,4 bilhões, sendo R\$ 14,8 bilhões em operações no mercado secundário e R\$ 15,6 bilhões entregues em operações de troca, revenda ao Tesouro Nacional.

O resultado apurado para TVM e Derivativos foi de R\$ 17,6 bilhões, referente às remunerações dos papéis, negociações e pagamentos de amortizações e juros.

CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Os depósitos alcançaram o saldo de R\$ 180,7 bilhões, um incremento de 8,8% em

relação a 2008, sendo que a Poupança registrou saldo de R\$ 108,7 bilhões representando 17,5% de aumento em relação ao ano de 2008. A captação líquida foi de R\$ 9,8 bilhões em 2009, alcançando participação no mercado de 34,1%.

Os depósitos à vista registraram R\$ 16,7 bilhões, aumento de 26,5% comparado a 2008 e os depósitos a prazo encerraram o ano com saldo de R\$ 43,8 bilhões e os demais depósitos com R\$ 11,5 bilhões.

O patrimônio líquido total dos fundos de investimentos administrados pela Instituição, incluindo os fundos de rede, exclusivos, carteiras, FI FGTS, FI FAR, FI FDS e FI de FIC, apresentou aumento de 17,7%, passando de R\$ 222,5 bilhões em 31 de dezembro de 2008 para R\$ 261,8 bilhões em 2009.

Já os fundos de investimento, considerando apenas rede e exclusivos, apresentaram patrimônio líquido de R\$ 102,9 bilhões até dezembro de 2009, uma evolução de 31,4% comparada a 2008. A receita com a administração desses fundos alcançou R\$ 956,5 milhões.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As contratações totalizaram R\$ 154,5 bilhões no ano. Destacaram-se as operações comerciais com pessoas jurídicas, com R\$ 46,8 bilhões liberados e as operações voltadas para habitação, com evolução de 105,2%.

O volume de contratações nas operações de créditos comerciais alcançou, em dezembro, R\$ 88,1 bilhões e cresceu 26,7% em relação a dezembro do ano anterior. O saldo das carteiras foi de R\$ 44,9 bilhões, 55,7% maior do que no ano de 2008.

A carteira de pessoas físicas obteve em 2009 saldo de R\$ 21,4 bilhões, valor 55,7% maior do que o registrado no ano anterior. As contratações totalizaram R\$ 41,3 bilhões, aumento de 30,3%.

A carteira de pessoas jurídicas encerrou 2009 com saldo de R\$ 23,5 bilhões, 55,8% maior do que em 2008. O volume de contratações foi de R\$ 46,8 bilhões, com crescimento de 23,8%.

As operações habitacionais registraram saldo de R\$ 70,5 bilhões, com contratações de R\$ 49,3 bilhões, incluindo repasses, valor 105,2% maior do que no ano de 2008. Foram R\$ 38,1 bilhões em financiamentos, R\$ 3,3 bilhões com subsídios do FGTS, R\$ 5,9 bilhões em arrendamentos e R\$ 573 milhões em consórcios.

Os financiamentos com recursos das cadernetas de poupança - SBPE já superaram R\$ 22,9 bilhões, evolução de 120,7%. Já nas linhas que utilizam recursos do FGTS, incluindo os subsídios, a Instituição contratou R\$ 18,4 bilhões, o que representa um crescimento de 61,8% em relação ao ano de 2008.

O Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, conta com a participação da CAIXA em todas as medidas de estímulo ao crédito, respondendo por 20% do total de investimentos programados. Em 2009, foram contratados R\$ 41,8 bilhões dentro do PAC, dos quais 83,9% foram direcionados a obras de habitação. O restante, 16,1%, foi destinado às obras de saneamento e infraestrutura, com contratações de R\$ 6,7 bilhões. Já por meio do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, lançado em abril de 2009, a CAIXA contratou mais de 275 mil empreendimentos.

As contratações para saneamento e infraestrutura, incluindo os recursos de saúde e os destinados ao Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Estados e Municípios – PNAFM, registraram o valor de R\$ 17,1 bilhões, sendo R\$ 6,3 bilhões, em financiamentos e R\$ 10,8 bilhões em repasses. Essas operações alcançaram, ao fim de 2009, o saldo de R\$ 8,3 bilhões, 51,9% maior do que no ano anterior.

SERVIÇOS BANCÁRIOS

A CAIXA movimentou, por meio da sua rede, R\$ 94,9 bilhões em pagamento de salários e benefícios, arrecadação de contas de concessionárias de serviços públicos, folha de pagamento, cobrança bancária e tributos.

A receita de serviços e tarifas bancárias foi de R\$ 8,8 bilhões no ano de 2009, crescimento de 17,0% em relação a 2008. Somente os serviços bancários totalizaram R\$ 3,6 bilhões, crescimento de 28,8% nos últimos 12 meses.

A Empresa encerrou o ano de 2009 com 60,2 milhões de cartões, sendo 55,2 milhões de débito e 5,0 milhões de crédito, e 384,4 milhões de transações, evolução de 14,9% e 17,9%, respectivamente. Os valores das transações alcançaram R\$ 24,8 bilhões contra R\$ 19,8 bilhões em 2008.

continua...



CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2009
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Como agente operador dos programas de transferências de renda do Governo Federal, a CAIXA realizou cerca de 133 milhões de pagamentos de benefícios no ano. Os recursos distribuídos totalizaram R\$ 12,5 bilhões, representando um incremento de 17% em relação a 2008. Deste valor, R\$ 11,5 bilhões referem-se ao Bolsa Família, principal programa social do Governo Federal.

No período, foram pagos 117,8 milhões de benefícios a título de Previdência Social, Abono Salarial, Seguro-Desemprego e PIS Quotas e Rendimentos, representando R\$ 65,8 bilhões.

De janeiro a dezembro de 2009, a Conta CAIXA Fácil foi responsável pela inclusão de mais de 299 mil brasileiros no sistema bancário. Em 31 de dezembro de 2009 foram registradas 7,1 milhões de contas nessa modalidade.

A arrecadação total do FGTS, somados CAIXA e outros bancos, foi de R\$ 54,7 bilhões, 12,3% a mais do que no ano de 2008. Foram efetuados saques no valor de R\$ 48,7 bilhões por mais de 30 milhões de trabalhadores.

LOTÉRIAS

As loterias da CAIXA arrecadaram R\$ 7,4 bilhões no ano. Somente com a Mega-Sena foram R\$ 3,5 bilhões. Do total arrecadado, R\$ 2,7 bilhões foram destinados ao Governo Federal e demais beneficiários legais para aplicação em programas nas áreas de seguridade social, educação, cultura, esporte, saúde e segurança, e R\$ 718,3 milhões foram repassados ao Governo Federal a título de Imposto de Renda. Os prêmios de todas as modalidades das loterias somaram R\$ 2,5 bilhões.

ATUAÇÃO INTERNACIONAL

A CAIXA expandiu o seu escopo internacional em 2009 ao ampliar os números relativos a produtos e serviços oferecidos, além de marcar presença em encontros financeiros e reuniões de entidades mundiais.

O programa de remessas permitiu a inclusão de parcela da população no fluxo financeiro global. As remessas por meio da e-conta, dos bancos parceiros (conveniados) e dos bancos correspondentes (SWIFT) obtiveram um crescimento de 11% em relação ao ano de 2008 e alcançaram 110% da meta estabelecida para 2009. Foram recebidos US\$ 91 milhões (R\$ 180,4 milhões) em remessas internacionais.

Já os produtos voltados para a exportação propiciaram a inclusão de empresas brasileiras no comércio global. O câmbio pronto de exportação e importação iniciou suas operações em piloto no mês de março de 2009, com a participação de nove agências distribuídas em cinco regiões do Brasil.

A partir de agosto, o piloto foi expandido para 63 agências, além das agências participantes, ocorreram contratações em mais 35 pontos de venda em caráter de exceção. As 317 operações realizadas no ano alcançaram um volume de R\$ 101,2 milhões. Outro produto voltado à exportação com resultados foi o BNDES Exim, que no segundo semestre contratou três operações no valor de R\$ 260,4 milhões.

PARTICIPAÇÕES ESTRATÉGICAS

A CAIXA Participações SA - CAIXAPAR foi criada em 31 de março de 2009, destinada a atuar no mercado de participações societárias de caráter estratégico, com o objetivo de realizar aquisição/alienação de participações societárias em instituições financeiras públicas ou privadas sediadas no Brasil. Foi constituída na forma de sociedade por ações e subsidiária integral do Banco, com estatuto próprio regido pela Lei 6.404/1976, com estrutura de pessoal composta pelo quadro próprio da CAIXA, já disponibilizado à nova empresa para esse fim.

Em 1º de dezembro de 2009 o Conselho de Administração da CAIXAPAR aprovou a aquisição de participação societária no Banco Panamericano SA. Foram adquiridos 49,0% do capital social votante e 20,69% das ações preferenciais, totalizando 35,54% do capital social total do Banco Panamericano.

O Banco Panamericano e suas coligadas atuam em setores nos quais a CAIXA não tem presença consolidada ou em segmentos em que tem perdido participação no mercado. Sua atuação é voltada para as classes B, C, D e E, que mais tem crescido no consumo de bens de primeira necessidade e duráveis.

Além do Banco Panamericano, a CAIXA possui participação de 15,55% no Banco Interamericano de Ahorro y Préstamo - BIAPE; de 9,09% na Companhia Brasileira de Securitização - CIBRASEC; 48,21% na CAIXA Seguros; 8,32% na Câmara Interbancária de Pagamentos e 5,91% na Tecnologia Bancária SA - TECBAN.

REDE DE ATENDIMENTO

A CAIXA disponibiliza aos clientes pelo Internet Banking consultas a saldos, extratos, pagamento de contas e transferências. No ano de 2009 foram realizadas 363,9 milhões de transações por esse canal. Com o serviço Mensagens via Celular são disponibilizados, gratuitamente, avisos SMS com informações do FGTS e sobre débitos em conta corrente ou poupança. É possível também acessar a conta para fazer consultas, pagamentos e transferências. Até 31 de dezembro, foram registrados 1,8 milhão de usuários nessa modalidade.

Os 13,7 mil Correspondentes CAIXA Aqui estão espalhados por todo o Brasil e levam os serviços e produtos da Empresa até mesmo aos locais de difícil acesso, onde não existem agências bancárias. Os pontos de atendimento são conectados em tempo real com a CAIXA.

Para o registro de sugestões, elogios ou reclamações, ou obtenção de informações a respeito dos produtos e serviços da CAIXA, os clientes podem contatar o Serviço de Atendimento ao Cliente - SAC, pelo telefone 0800 726 0101. Esse serviço está disponível 24 horas por dia, todos os dias da semana. A Ouvidoria da CAIXA é o canal para registro de denúncias e reclamações não solucionadas pelo SAC.

Sala das prefeituras é uma iniciativa da CAIXA, em parceria com o Governo Federal, de valorização dos municípios brasileiros. O espaço conta com salas de reunião, telefone, fax, lousa interativa e computador com acesso à internet, servindo como ponto de apoio e integração para os prefeitos de todo o Brasil. A Instituição dispõe de 71 salas das prefeituras, sendo uma em Brasília e outras 70 nas Superintendências Regionais, que possuem relacionamento com municípios.

A CAIXA está presente em todo o Brasil. São 3,8 mil unidades físicas que, além de serviços bancários, realizam o pagamento de benefícios do Governo Federal e atendem os trabalhadores por meio do FGTS, PIS e Seguro-Desemprego.

A Instituição ampliou sua base de clientes, alcançando 49,4 milhões, entre correntistas e poupadores de todas as faixas de renda, apresentando um crescimento de 5,2% em relação a dezembro de 2008. Até o final de 2009, o banco somou 17,9 milhões de contas correntes ativas, 19,8% a mais do que no ano anterior.

PREPARAÇÃO IFRS

A CAIXA está em processo de adoção das Normas Internacionais de Contabilidade elaboradas pelo IASB (International Accounting Standards Board) por meio de ações planejadas e executadas em um projeto específico.

Com ênfase na transparência e nas melhores práticas de governança corporativa, a Instituição decidiu adotar as novas regras para as demonstrações contábeis consolidadas de 2010, incluindo o comparativo com o ano de 2009. Para este fim, a CAIXA está em fase final de elaboração do Balanço de Abertura em IFRS (International Financial Reporting Standard) com data-base de 1º de janeiro de 2009.

A divulgação das informações contábeis consolidadas em IFRS será feita por meio do sítio da Empresa na internet, conforme disposições da Circular 3.472/2009 do Banco Central do Brasil - BACEN.

Como parte do processo de convergência ao IFRS, a Instituição promoveu a reestruturação de sua área contábil, criando uma célula especialista em normas IFRS e participa ativamente das discussões na FEBRABAN e BACEN que tratam especificamente das normas internacionais de contabilidade.

CONTROLES INTERNOS

A CAIXA estrutura o sistema de controles internos em cinco componentes conforme documento emitido pelo COSO: ambiente de controle; avaliação de risco; atividades de controle e conformidade; comunicação e informação; monitoramento.

O processo de desenvolvimento e lançamento de produtos e serviços é gerido por meio do Roteiro Padrão. Nesse ambiente, é possível a comunicação entre as áreas envolvidas, a definição e acompanhamento dos prazos, além da promoção da conformidade desde o início do projeto.

GESTÃO DE RISCOS CORPORATIVOS

A gestão do risco de crédito se concentrou na diretriz estratégica de manter a qualidade da carteira de crédito mesmo com a expansão dos negócios, cujos resultados foram atingidos por meio do crescimento acima da média de mercado e da queda nos níveis de inadimplência e da conseqüente provisão para créditos de liquidação duvidosa.

O rápido crescimento dos negócios aumentou a importância da administração ativa de capital para assegurar a sustentabilidade da Empresa. Em 2009, foi concluída nova capta-

continua...

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2009
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

ção de Instrumento Híbrido de Capital e Dívida, no valor de R\$ 2,0 bilhões. O índice de Basiléia encerrou o ano com 17,5%, acima do nível mínimo exigido de 11%.

GOVERNANÇA

A Instituição possui em sua estrutura de governança o Conselho de Administração, o Conselho Diretor, a Presidência e 11 Vice-Presidências. Cabe a essas instâncias a proposição, a orientação geral do negócio e de conceber, deliberar e executar a estratégia adequada à consecução dos objetivos corporativos. O estatuto da CAIXA também prevê a existência de órgãos de apoio à gestão: comitês, comissões e conselhos que, agindo sinérgica e integradamente, assumem decisões operacionais e administrativas.

A estrutura da CAIXA compreende 11 Vice-Presidências divididas por áreas de competência, sobre as quais assumem a responsabilidade administrativa, têm como missão elaborar estratégias gerais, fixando objetivos e metas. As Vice-Presidências são as seguintes: Atendimento e Distribuição; Gestão de Ativos de Terceiros; Controle e Risco; Finanças; Fundos de Governo e Loterias; Gestão de Pessoas; Governo; Logística; Pessoa Física; Pessoa Jurídica; Tecnologia da Informação.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2009-2015

A atualização do Plano Estratégico da CAIXA – Ciclo 2009-2015 mobilizou diretamente mais de 20 mil empregados respeitando a diversidade: geográfica, de negócios, gênero, cargo ou função ocupada, tempo de serviço e grupo étnico-racial, e demonstrou o efetivo compromisso da Instituição com as melhores práticas da governança corporativa.

No processo de elaboração do plano estratégico, desde 2003, a CAIXA adota como prática o estabelecimento de mecanismos para a efetiva participação dos empregados. Neste aspecto, o ano de 2009 foi de grande importância, pois a participação dos empregados foi ampliada na atualização do Plano Estratégico em um processo representativo.

GESTÃO DE PESSOAS

A CAIXA apresenta uma equipe de pessoas altamente qualificada, condição fundamental para sustentar sua missão ante a sociedade. As políticas e práticas de gestão de pessoas são pautadas no respeito ao ser humano, na promoção da diversidade, no desenvolvimento de competências e no alinhamento dos colaboradores à missão da Instituição. Em 31 de dezembro de 2009, contava com 81,3 mil empregados concursados e 17 mil estagiários e adolescentes aprendizes.

Faixa Etária	Emp. Concurados	%
Até 19 anos	58	0,1%
De 20 a 29 anos.....	16.891	20,8%
De 30 a 39 anos.....	17.481	21,5%
De 40 a 49 anos.....	32.207	39,6%
Acima de 50 anos.....	14.669	18,0%

A remuneração fixa do pessoal somada aos encargos e benefícios totalizou R\$ 8,5 bilhões no ano, destacando-se os benefícios sociais proporcionados aos colaboradores e seus dependentes no valor de R\$ 1,2 bilhão. Adicionalmente, foram investidos R\$ 69,4 milhões em programas de formação, treinamento e desenvolvimento.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A CAIXA concentra esforços para estabelecer relações ainda mais equânimes entre homens e mulheres no ambiente de trabalho e áreas de abrangência. Tais esforços se refletem no aumento da participação e da aprovação de mulheres em processos seletivos internos. Em 2009, 50,63% dos aprovados nestes processos foram mulheres.

Para possibilitar a ampliação do exercício da cidadania de milhares de brasileiros de baixa renda, a CAIXA emite gratuitamente o CPF, dando-lhes acesso a diversos serviços para o qual a apresentação desse documento é imprescindível e exigida, inclusive aos benefícios sociais do Governo Federal. Em 2009 foram emitidos/regularizados mais de 160 mil CPF, para mulheres de baixa renda, trabalhadoras rurais, indígenas, quilombolas e catadores de material reciclável e resíduos sólidos.

Por meio do Programa CAIXA ODM – Objetivo de Desenvolvimento do Milênio – foram viabilizados projetos nas comunidades de baixa renda com a participação espontânea de 1,2 mil empregados. O investimento social ocorreu por meio de patrocínio financeiro, suporte logístico e transferência de competências técnicas de gestão. De 2006 a 2009 foram investidos nas comunidades R\$ 142,3 milhões, incluindo recursos próprios, programa públicos de habitação social e investimentos de parceiros.

Ao incorporar critérios socioambientais ao processo de análise e concessão de crédito, a Empresa estreita relações com seus clientes, conhecendo melhor as características de seus negócios, contribuindo de forma ativa com uma oferta de crédito melhor direcionada a práticas de produção mais sustentável.

O projeto Carbono CAIXA consiste no financiamento de projetos de carbono, em especial aqueles de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo - MDL, no âmbito do Protocolo de Quioto. A CAIXA financia projetos nos segmentos resíduos sólidos e energia.

A ação Madeira Legal visa monitorar o uso de madeiras em empreendimentos financiados pela Instituição. Os empreendedores são obrigados a comprovar a procedência legal das madeiras nativas utilizadas nas construções, contribuindo para combater o desmatamento ilegal das florestas nativas brasileiras.

Ação realizada em parceria com o Ministério do Meio Ambiente - MMA e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, implantada em caráter educativo de janeiro a junho de 2009, está em vigor desde 1º de julho do mesmo ano. A medida consiste em solicitar às construtoras e entidades organizadoras a apresentação, até o final da obra, do Documento de Origem Florestal - DOF das madeiras nativas utilizadas e uma declaração contendo os volumes e destino final das madeiras na obra.

Os sistemas de Aquecimento Solar de Água - SAS são itens financiáveis em todos os programas/linhas de financiamento e, para os empreendimentos do programa Minha Casa Minha Vida para famílias de até 3 salários mínimos, os SAS são subsidiados, tendo seu valor acrescido ao valor de custo de construção do imóvel sem repasse do custo ao beneficiário.

A Agenda CAIXA para Sustentabilidade é um instrumento que possibilita que os gestores e equipes planejem e pratiquem a responsabilidade social empresarial e o desenvolvimento sustentável cotidianamente, em suas unidades de trabalho, criando condições para a consolidação de ações transformadoras. As ações de cada unidade, somadas, contribuem para a elaboração da Agenda, consolidando o papel da Empresa como agente de mudanças.

A Agenda teve uma importante evolução no ano de 2009. Estimava-se que até o final de 2009, 40% das unidades teriam feito a adesão à Agenda, e que em 2010 esse número seria de 70%, mas já em 2009 alcançou-se mais de 90% de adesões, superando inclusive as expectativas para 2010.

O Programa de Racionalização de Gastos e Eliminação de Desperdícios - PROGED, em funcionamento desde 2003, tem por objetivo buscar oportunidades de melhoria de processos, atividades e rotinas com vistas à redução de despesas da Instituição.

O PROGED acumulou, em seus sete anos de existência, economias da ordem de R\$ 3,5 bilhões. A partir de 2008, os resultados ambientais promovidos com as ações desenvolvidas pelo programa, passaram a ser apurados e demonstrados. O montante de economias promovidas ou reconhecidas no ano de 2009 foi de R\$ 729,9 milhões.

PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS

A CAIXA possui uma das marcas mais valiosas do Brasil, segundo pesquisa realizada pela empresa Brand Finance. Os indicadores considerados foram produtos e serviços; preço, marketing e comunicação; governança corporativa e responsabilidade socioambiental; serviços ao consumidor e canal de distribuição. A CAIXA está em 17º no ranking, dentre as 100 marcas mais valiosas, com valor de R\$ 4,0 bilhões.

A Instituição recebeu o prêmio Conglomerados Financeiros da Revista Conjuntura Econômica da Fundação Getúlio Vargas - FGV. A CAIXA alcançou os melhores resultados, dentre os 100 maiores grupos financeiros do país, nos critérios estabelecidos pelo veículo, como desempenho, rentabilidade, liquidez e eficiência, obtendo o título de Melhor Conglomerado do Ano e de Melhor Banco Público, considerando o ano de 2008.

Recebeu pela oitava vez consecutiva, o prêmio Folha Top of Mind 2009, pesquisa anual do Instituto Datafolha, como a marca mais lembrada pelos brasileiros na categoria Caderneta de Poupança. Neste ano, a Poupança da CAIXA obteve o seu melhor desempenho desde que a categoria foi criada em 2002, alcançando o índice de 38%, três pontos a mais do que a edição do ano de 2008.

Alcançou, também, o 14º lugar, dentre 30 instituições selecionadas, no ranking 2009 das empresas e instituições reconhecidas como detentoras das melhores práticas de sustentabilidade no Dia Benchmarking - Compartilhar para Crescer, com a ação Agenda CAIXA para Sustentabilidade.

continua...



CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2009
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

BALANÇO PATRIMONIAL									
Em 31 de dezembro (Em milhares de Reais)									
ATIVO				PASSIVO					
	2 0 0 9	2 0 0 9	2 0 0 8		2 0 0 9	2 0 0 9	2 0 0 8		
	Dezembro	Setembro	Dezembro		Dezembro	Setembro	Dezembro		
CIRCULANTE.....	153.654.899	167.204.708	139.802.973	CIRCULANTE	273.927.910	280.401.755	242.431.663		
DISPONIBILIDADES (Nota 5).....	3.234.702	2.951.898	2.632.645	DEPÓSITOS (Nota 16)	180.537.890	185.165.739	165.957.490		
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 6)	29.428.685	54.840.094	32.984.699	Depósitos à Vista.....	16.714.242	14.084.936	13.216.430		
Aplicações no Mercado Aberto.....	29.336.351	54.685.858	30.551.684	Depósitos de Poupança	108.709.642	104.124.843	92.549.546		
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	92.334	154.933	2.433.015	Depósitos interfinanceiros.....	29.110	29.678	11.182		
Provisões para perdas.....		(697)		Depósitos a Prazo.....	43.656.923	54.441.025	48.553.199		
TÍTULOS E VAL MOBIL e INSTRUM FINANC				Depósitos Especiais e de Fundos e Programas	11.312.425	12.399.686	11.510.306		
DERIVATIVOS (Nota 7).....	52.974.464	44.651.421	51.031.170	Outros depósitos.....	115.548	85.571	116.827		
Carteira Própria.....	43.721.756	32.158.719	34.345.152	CAPTACÕES NO MERCADO ABERTO (Nota 16)	65.036.181	67.823.852	51.202.769		
Vinculados a Compromissos de Recompra.....	9.070.598	12.202.162	15.750.364	Carteira Própria.....	35.700.150	24.076.571	24.901.534		
Vinculados a Prestação de Garantias	181.714	290.269	935.544	Carteira de Terceiros	29.336.031	43.747.281	26.301.235		
Instrumentos Financeiros Derivativos	396	271	110	RECURSOS DE ACEITES E EMISSÕES DE TÍTULOS (Nota 17)	1.897.033	1.341.818	291.523		
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (Nota 8)	25.315.876	25.119.246	21.285.811	Recursos de Letras Imob., Hipotec., de crédito e similares	1.897.033	1.341.818	291.523		
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	130.445	826.118	131.409	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS.....	81.377	1.041.985	91.864		
Créditos Vinculados - Depósitos no Banco Central	25.039.766	23.834.176	20.855.196	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	73.943	1.036.491	86.331		
Correspondentes.....	145.665	458.952	299.206	Correspondentes.....	7.434	5.494	5.533		
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS.....	36.045	86.538	173.133	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS.....	1.111.449	613.868	660.208		
Recursos em Trânsito de Terceiros	50	172	87	Recursos em Trânsito de Terceiros	931.178	407.092	648.407		
Transferências Internas de Recursos	35.995	86.366	173.046	Transferências Internas de Recursos	180.271	206.776	11.801		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 9)	31.728.857	29.964.809	21.299.324	INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	982	922	7.659		
Emprést. Títulos Descont. e Financiamentos.....	22.948.116	22.057.473	15.152.834	Operações de SWAP	982	922	7.659		
Financiamentos Imobiliários.....	12.328.897	11.505.386	8.479.281	OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 20)	25.262.998	24.413.571	24.220.150		
Financ. de Infra-estrutura e Desenvolvimento.....	536.313	519.217	395.481	Cobrança e Arrecadações de Tributos e Assemelhados	169.126	888.832	194.434		
Provisão para Operações de Créditos	(4.084.469)	(4.117.267)	(2.728.272)	Carteira de Câmbio	94	11.337	12.518		
OUTROS CRÉDITOS (Nota 10)	9.454.028	8.048.443	8.744.920	Sociais e Estatutárias.....	793.488	782.311	1.776.384		
Créditos por avais e fianças honrados.....	27.930	30.020	24.670	Fiscais e Previdenciárias.....	966.775	999.845	1.485.285		
Carteira de Câmbio		10.736	12.497	Negociação e Intermediação de Valores	1.136	163	52.047		
Rendas a Receber.....	737.446	668.733	750.708	Recursos para Destinação Específica:.....					
Negociação e intermediação de valores.....	1.666	4.736	381	Obrigações de Operações com Loterias	767.888	418.021	345.200		
Créditos Específicos.....	500.255	135.749	54.472	Obrigações por Fundos e Programas Sociais	2.392.444	2.369.673	3.182.721		
Diversos	8.306.572	7.292.747	7.988.290	Obrigações por Fundos Financ. e de Desenvolvimento	949.679	744.381	1.065.739		
Provisão para outros créditos	(119.841)	(94.278)	(86.098)	Diversas.....	19.222.368	18.199.008	16.105.822		
OUTROS VALORES E BENS (Nota 11).....	1.482.242	1.542.259	1.651.271	NÃO CIRCULANTE	54.760.146	49.222.611	40.783.997		
Outros Valores e Bens.....	923.199	916.692	1.001.949	DEPÓSITOS (Nota 16)	131.831	135.508	72.654		
Provisões para Desvalorizações	(174.677)	(176.956)	(201.008)	Depósitos a Prazo.....	131.831	135.508	72.654		
Despesas Antecipadas	733.720	802.523	850.330	RECURSOS DE ACEITES E EMISSÕES DE TÍTULOS (Nota 17)	578.408	578.292	1.225.342		
NÃO CIRCULANTE	188.176.924	174.759.114	156.117.357	Recursos de Letras Imob., Hipotec., de crédito e similares	578.408	578.292	1.225.342		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO.....	182.947.437	170.774.511	152.789.322	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Nota 18).....	9.524	11.783	16.974		
TÍTULOS E VAL MOBIL e INST FINANC DERIVATIVOS (Nota 7).....	65.475.760	63.865.566	69.550.697	Empréstimos no Exterior	9.524	11.783	16.974		
Carteira Própria.....	26.931.712	40.336.565	49.876.513	OBRIGAÇÕES POR REPAS. DO PAÍS - INSTIT. OFICIAIS (Nota 19)	41.109.980	37.651.241	29.120.526		
Vinculados a Compromissos de Recompra.....	26.407.936	11.883.387	9.105.558	TESOURO NACIONAL - PIS	567.701	528.861	590.816		
Vinculados a Prestação de Garantias	164.048	160.681	131	BNDES	2.467.753	2.338.720	1.377.309		
Vinculados ao Banco Central.....	11.972.064	11.484.933	10.568.495	FGTS.....	37.857.482	34.569.505	26.954.719		
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (Nota 8).....	24.570.207	24.249.043	23.145.193	Outras.....	217.044	214.155	197.682		
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	24.570.207	24.249.043	23.145.193	OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 20)	12.930.403	10.845.787	10.348.501		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 9)	83.787.165	73.467.969	51.863.047	Fiscais e Previdenciárias	212.565	216.720	226.770		
Emprést. Títulos Desc. e Financiamentos.....	22.629.011	19.706.918	14.389.285	Dívidas Subordinadas - Elegíveis a Capital	4.750.992	4.675.014	4.433.719		
Financiamentos Imobiliários.....	58.191.740	51.338.561	36.595.910	Instrum. Híbridos de Capital e Dívida - Elegíveis a Capital.....	7.966.846	5.954.053	5.688.012		
Financ. de Infra-estrutura e Desenvolvimento.....	7.736.885	6.830.515	5.049.621						
Provisão para Operações de Créditos	(4.770.471)	(4.408.025)	(4.171.769)						
OUTROS CRÉDITOS (Nota 10)	9.114.305	9.191.933	8.230.385						
Rendas a Receber.....	94.205	62.026	8.310						
Diversos	9.025.395	9.379.236	8.478.944						
Provisão para outros créditos	(5.295)	(249.329)	(256.869)						
PERMANENTE.....	5.229.487	3.984.603	3.328.035						
INVESTIMENTOS (Nota 12)	2.442.924	1.337.372	904.005						
Participações em Coligadas e Controladas	2.330.089	1.224.291	787.011	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 21)	13.143.767	12.339.456	12.704.670		
Outros Investimentos	123.928	124.174	128.087	Capital de domiciliados no país	9.292.000	9.292.000	9.292.000		
Provisão para Perdas	(11.093)	(11.093)	(11.093)	Aumento de capital	2.384.683				
IMOBILIZADO DE USO (Nota 13).....	1.839.924	1.755.944	1.662.405	Reserva de reavaliação.....	509.236	530.503	551.197		
Imóveis de Uso	177.296	190.248	179.498	Reservas de lucros.....	918.677	1.112.784	2.874.477		
Reavaliações de Imóveis de Uso.....	831.101	836.889	848.588	Ajuste ao valor justo-TVM e derivativos.....	39.171	27.712	(13.004)		
Outras Imobilizações de Uso	3.182.577	2.969.676	2.618.479	Lucros acumulados		1.376.457			
Depreciações Acumuladas	(2.351.050)	(2.240.869)	(1.984.160)						
INTANGÍVEL (Nota 14).....	784.903	699.839	491.361						
Direitos por aquisição de folhas de pagamento	935.364	852.801	577.099						
Outros ativos intangíveis.....	21.892	19.655	2.415						
Amortizações Acumuladas.....	(172.353)	(172.617)	(88.153)						
DIFERIDO (Nota 15)	161.736	191.448	270.264						
Gastos de Organização e Expansão	466.517	500.061	542.110						
Amortizações Acumuladas.....	(304.781)	(308.613)	(271.846)						
TOTAL	341.831.823	341.963.822	295.920.330	TOTAL	341.831.823	341.963.822	295.920.330		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

continua...

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2009
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Em milhares de Reais)					
	2009				2008
	4º trimestre	3º trimestre	2º semestre	Exercício	Exercício
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO					
FINANCEIRA (Nota 23)	8.598.252	8.252.260	16.850.512	34.554.635	32.298.933
Operações de Crédito (Nota 9 (f))	3.933.783	3.649.719	7.583.502	14.305.710	10.923.706
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 7 (f))	3.933.641	3.812.511	7.746.152	17.559.804	17.439.516
Resultado com Instrumentos Financeiros					
Derivativos.....	(12.013)	(808)	(12.821)	(400.212)	(341.723)
Resultado de Câmbio.....					13.427
Resultado das Aplicações					
Compulsórias (Nota 8 (c))	742.329	790.281	1.532.610	3.086.874	4.264.007
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros.....	512	557	1.069	2.459	
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO					
FINANCEIRA (Nota 24)	(5.562.791)	(5.592.737)	(11.155.528)	(22.946.049)	(21.013.704)
Operações de Captação no Mercado (Nota 16 (c) e (e)).....	(4.047.788)	(3.933.524)	(7.981.312)	(16.866.792)	(15.935.843)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses (Nota 19 (a)).....	(723.799)	(675.855)	(1.399.654)	(2.754.613)	(2.388.160)
Resultado de Câmbio (Nota 10 (a.1)).....	(586)	(828)	(1.414)	(3.863)	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.....	(790.618)	(982.530)	(1.773.148)	(3.320.781)	(2.689.701)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO					
FINANCEIRA	3.035.461	2.659.523	5.694.984	11.608.586	11.285.229
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS					
OPERACIONAIS	(2.135.674)	(1.874.376)	(4.010.050)	(8.707.456)	(8.292.958)
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 25).....	2.174.050	2.168.757	4.342.807	7.996.417	6.965.086
Rendas de Tarifas Bancárias (Nota 25).....	214.968	202.206	417.174	769.987	527.069
Despesas de Pessoal (Nota 26)	(2.542.322)	(2.255.191)	(4.797.513)	(9.140.881)	(8.485.004)
Outras Despesas Administrativas (Nota 27).....	(1.561.331)	(1.330.797)	(2.892.128)	(5.430.238)	(4.912.431)
Despesas Tributárias (Nota 31).....	(326.611)	(311.356)	(637.967)	(1.247.494)	(1.128.053)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	93.230	60.449	153.679	324.835	254.420
Outras Receitas Operacionais (Nota 28).....	1.487.688	1.621.655	3.109.343	5.029.137	3.435.303
Outras Despesas Operacionais (Nota 29).....	(1.675.346)	(2.030.099)	(3.705.445)	(7.009.219)	(4.949.348)
RESULTADO OPERACIONAL.....	899.787	785.147	1.684.934	2.901.130	2.992.271
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 30).....	(54.137)	(21.815)	(75.952)	(151.095)	90.265
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO.....	845.650	763.332	1.608.982	2.750.035	3.082.536
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 22).....	268.010	320.104	588.114	699.661	1.233.427
Despesa de Imposto de Renda.....	129.914	(42.056)	87.858	(82.329)	(229.917)
Valores correntes	101.422	(92.267)	9.155	(90.249)	(229.917)
Valores diferidos.....	28.492	50.211	78.703	7.920	
Despesa de Contribuição Social	61.244	(10.082)	51.162	(34.606)	(69.458)
Valores correntes	44.149	(40.209)	3.940	(39.358)	(69.458)
Valores diferidos.....	17.095	30.127	47.222	4.752	
Ativo Fiscal Diferido	76.852	372.242	449.094	816.596	1.532.802
PARTICIPAÇÕES DOS EMPREGADOS NO LUCRO	(141.419)	(213.493)	(354.912)	(449.990)	(432.674)
LUCRO LÍQUIDO DO TRIMESTRE/EXERCÍCIO	972.241	869.943	1.842.184	2.999.706	3.883.289

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (Em milhares de Reais)					
	2009				2008
	4º trimestre	3º trimestre	2º semestre	Exercício	Exercício
FLUXO PROVENIENTE DE ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro Líquido	972.241	869.943	1.842.184	2.999.706	3.883.289
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	790.618	982.530	1.773.148	3.320.781	2.689.701
Provisões judiciais	305.801	(49.672)	256.129	729.674	235.242
Depreciações e amortizações	179.142	176.205	355.347	605.205	469.082
(Lucro) na equivalência patrimonial	(93.230)	(60.449)	(153.679)	(324.835)	(254.420)
Redução (aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez.....	(1.927)	21.993.072	21.991.145	24.923.189	(13.181.008)
Redução (aumento) em TVM e instrumentos financeiros derivativos - Categoria I.....	(14.504.369)	2.821.072	(11.683.297)	(10.048.198)	(207.151)
Redução (aumento) em TVM e instrumentos financeiros derivativos - Categoria II.....	133.435	(27.335)	106.100	260.834	1.080.004
Redução (aumento) em relações interfinanceiras	(2.683.992)	(3.224.171)	(5.908.163)	(9.650.136)	12.402.378
Redução (aumento) em relações interdependências	548.074	131.936	680.010	588.329	97.241
Redução (aumento) em operações de crédito	(12.873.862)	(13.100.604)	(25.974.466)	(45.674.432)	(25.053.757)
Redução (aumento) em outros créditos.....	(1.327.957)	(295.339)	(1.623.296)	(958.810)	(3.689.388)
Redução (aumento) em outros valores e bens.....	60.017	76.096	136.113	169.029	(602.052)
Ajuste ao valor de mercado.....	11.459	17.863	29.322	52.175	(101.974)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DE (APLICADO EM) ATIVIDADES OPERACIONAIS	(28.484.550)	10.311.147	(18.173.403)	(33.007.489)	(22.232.813)
FLUXO PROVENIENTE DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS					
Aumento (redução) em depósitos	(4.631.526)	9.382.793	4.751.267	15.141.918	23.739.103
Aumento (redução) em captações no mercado aberto	(2.787.671)	5.807.663	3.019.992	13.833.412	9.234.057
Aumento (redução) em recursos por emissão de títulos	555.331	675.972	1.231.303	958.576	(4.833.886)
Aumento (redução) em instrumentos financeiros derivativos ...	60	(438)	(378)	(6.677)	(4.271)
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses.....	3.456.480	3.436.923	6.893.403	11.982.004	8.456.397
Aumento (redução) em outras obrigações	2.448.853	(12.014)	2.436.839	1.713.395	3.219.869
Ajuste em reservas de margem operacional.....		(1.931.061)	(1.931.061)	(1.931.061)	
Dividendos e Juros sobre o capital próprio pagos	0	(634.218)	(634.218)	(634.218)	(1.573.488)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DE (APLICADO EM) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(958.473)	16.725.620	15.767.147	41.057.349	38.237.781
FLUXO PROVENIENTE DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS					
Aumento (redução) em depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil.....	1.205.590	1.539.299	2.744.889	4.184.570	(7.237.203)
Redução (Aumento) em TVM e instrumentos financeiros derivativos - Categoria III	4.437.697	9.781.805	14.219.502	11.919.007	813.571
Alienação de investimentos	(1.247)	13.296	12.049	47.899	(66.038)
Alienação de imobilizado de uso e de arrendamento.....	27.076	2.493	29.569	58.776	
Aquisição de investimentos	(1.011.075)		(1.011.075)	(1.261.983)	
Aquisição de imobilizado de uso e de arrendamento.....	(220.302)	(188.316)	(408.618)	(604.041)	(403.303)
Redução do diferido	3.817	(6.638)	(2.821)	(2.849)	
Aplicação no diferido.....					(142.405)
Aplicação no intangível	(129.065)	(70.706)	(199.771)	(422.007)	(491.361)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DE (APLICADO EM) ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS.....	4.312.491	11.071.233	15.383.724	13.919.372	(7.526.739)
AUMENTO EM CAIXA E EQUIVALENTES, LÍQUIDA..	(25.130.532)	38.108.000	12.977.468	21.969.232	8.478.229
MODIFICAÇÕES EM CAIXA E EQUIVALENTES, LÍQUIDA					
Caixa e Equivalentes no início do Período	57.701.585	19.593.585	19.593.585	10.601.821	2.123.592
Caixa e Equivalentes no fim do período	32.571.053	57.701.585	32.571.053	32.571.053	10.601.821
Aumento de caixa e equivalentes.....	(25.130.532)	38.108.000	12.977.468	21.969.232	8.478.229

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

continua...



CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2009
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

EVENTOS	CAPITAL	RESERVA DE REAValiaÇÃO	RESERVAS DE LUCROS	AJUSTE AO VALOR JUSTO	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
			LEGAL E OUTRAS			
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2009	9.292.000	534.399	3.043.845	9.849	622.255	13.502.348
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL				29.322		29.322
AUMENTO DE CAPITAL (Nota 21(a)).....	2.384.683		(397.982)		(1.986.701)	
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/REAVAlIAÇÃO		6.836				6.836
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/RESERVA DE REAVAlIAÇÃO.....					(5.306)	(5.306)
REALIZAÇÃO DE RESERVA		(13.362)			13.362	
AJUSTES AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS		(18.637)				(18.637)
LUCRO LÍQUIDO NO SEMESTRE					1.842.184	1.842.184
DIVIDENDOS DISTRIBUIDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES					(1.931.061)	(1.931.061)
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO: (Nota 20 (d)).....						
Reserva Legal			92.109		(92.109)	
Reserva de loterias			111.766		(111.766)	
Reserva de margem operacional			(1.931.061)		1.931.061	
Juros sobre o capital próprio propostos					(247.253)	(247.253)
Dividendos propostos					(34.666)	(34.666)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009.....	11.676.683	509.236	918.677	39.171	0	13.143.767

EVENTOS	CAPITAL	RESERVA DE REAVAlIAÇÃO	RESERVAS DE LUCROS	AJUSTE AO VALOR JUSTO	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
			LEGAL E OUTRAS			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008.....	9.292.000	551.197	2.874.477	(13.004)		12.704.670
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL				52.175		52.175
AUMENTO DE CAPITAL (Nota 21(a)).....	2.384.683		(397.982)		(1.986.701)	
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/REAVAlIAÇÃO		14.205				14.205
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/RESERVA DE REAVAlIAÇÃO.....		(143)			(14.915)	(15.058)
REALIZAÇÃO DE RESERVA		(37.386)			37.386	
AJUSTES AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS		(18.637)				(18.637)
LUCRO LÍQUIDO NO EXERCÍCIO					2.999.706	2.999.706
DIVIDENDOS DISTRIBUIDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES					(1.931.061)	(1.931.061)
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO: (Nota 21(d)).....						
Reserva Legal			149.985		(149.985)	
Reserva de loterias			223.258		(223.258)	
Reserva de margem operacional			(1.931.061)		1.931.061	
Juros sobre o capital próprio propostos					(627.567)	(627.567)
Dividendos propostos					(34.666)	(34.666)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009.....	11.676.683	509.236	918.677	39.171	0	13.143.767

EVENTOS	CAPITAL	RESERVA DE REAVAlIAÇÃO	RESERVAS DE LUCROS	AJUSTE AO VALOR JUSTO	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
			LEGAL E OUTRAS			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007.....	8.002.717	630.412	754.053	88.970	1.109.757	10.585.909
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES					(439)	(439)
Saldo inicial ajustado.....	8.002.717	630.412	754.053	88.970	1.109.318	10.585.470
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL				(101.974)		(101.974)
AUMENTO DE CAPITAL (Nota 21(a)).....	1.289.283		(179.526)		(1.109.757)	
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/REAVAlIAÇÃO		(33.297)				(33.297)
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/RESERVA DE REAVAlIAÇÃO.....		(1.276)			(9.761)	(11.037)
REALIZAÇÃO DE RESERVA		(44.642)			44.642	
REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS (Nota 25(e.4)).....					(44.293)	(44.293)
LUCRO LÍQUIDO NO EXERCÍCIO					3.883.289	3.883.289
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO: (Nota 21(d)).....						
Reserva Legal			194.164		(194.164)	
Reserva de loterias			174.724		(174.724)	
Reserva de margem operacional			1.931.062		(1.931.062)	
Juros sobre o capital próprio propostos					(617.058)	(617.058)
Dividendos propostos					(956.430)	(956.430)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008.....	9.292.000	551.197	2.874.477	(13.004)	0	12.704.670

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras. continua...

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2009
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
(Em milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	2009						2008			
	4º Trimestre		3º Trimestre		2º semestre		Exercício		Exercício	
	RS	%	RS	%	RS	%	RS	%	RS	%
1.RECEITAS	11.630.203	300,14	11.240.533	322,00	22.870.736	310,53	44.878.300	326,08	40.626.955	306,66
Intermediação Financeira.....	10.085.940	260,28	9.873.915	282,85	19.959.855	271,00	39.583.772	287,60	35.860.242	270,68
Prestação de Serviços.....	2.389.018	61,66	2.370.963	67,92	4.759.981	64,63	8.766.404	63,70	7.366.149	55,60
Provisão p/deved duvidosos - Reversão/(constituição).....	(790.618)	(20,40)	(982.530)	(28,15)	(1.773.148)	(24,07)	(3.320.781)	(24,12)	(2.689.701)	(20,30)
Não Operacionais.....	(54.137)	(1,40)	(21.815)	(0,62)	(75.952)	(1,03)	(151.095)	(1,10)	90.265	0,68
2.DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....	4.772.173	123,14	4.610.207	132,05	9.382.380	127,38	19.625.268	142,58	18.324.003	138,31
3.INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS.....	2.897.343	74,78	3.023.971	86,63	5.921.314	80,40	11.210.754	81,46	8.839.469	66,73
Materiais, energia e outros.....	573.817	14,81	423.273	12,13	997.090	13,54	1.969.334	14,31	1.737.746	13,12
Serviços de terceiros.....	648.181	16,73	570.599	16,35	1.218.780	16,55	2.232.202	16,22	2.152.375	16,25
Outras.....	1.675.345	43,24	2.030.099	58,15	3.705.444	50,31	7.009.218	50,93	4.949.348	37,36
4.VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3).....	3.960.687	102,22	3.606.355	103,32	7.567.042	102,75	14.042.278	102,04	13.463.483	101,62
5.RETENÇÕES.....	179.142	4,62	176.205	5,05	355.347	4,82	605.205	4,40	469.082	3,54
Depreciação, amortização e exaustão.....	179.142	4,62	176.205	5,05	355.347	4,82	605.205	4,40	469.082	3,54
6.VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (4-5).....	3.781.545	97,60	3.430.150	98,27	7.211.695	97,93	13.437.073	97,64	12.994.401	98,08
7.VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA.....	93.230	2,40	60.449	1,73	153.679	2,09	324.835	2,36	254.420	1,92
Resultado da equivalência patrimonial.....	93.230	2,40	60.449	1,73	153.679	2,09	324.835	2,36	254.420	1,92
8.VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7).....	3.874.775	100,00	3.490.599	100,00	7.365.374	100,02	13.761.908	100,00	13.248.821	100,00
9.DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	3.874.775	100,00	3.490.599	100,00	7.365.374	99,98	13.761.908	100,00	13.248.821	100,00
Pessoal e encargos.....	2.344.535	60,51	2.143.177	61,40	4.487.712	60,92	8.314.211	60,42	7.803.233	58,90
- Salários.....	1.649.366	42,57	1.465.032	41,97	3.114.398	42,28	5.946.145	43,21	5.481.689	41,37
- Encargos Previdenciários.....	105.403	2,72	101.842	2,92	207.245	2,81	399.974	2,91	352.967	2,66
- Previdência Privada.....	86.567	2,23	76.877	2,20	163.444	2,22	322.023	2,34	264.502	2,00
- Benefícios.....	361.780	9,34	285.933	8,19	647.713	8,79	1.196.079	8,69	1.271.401	9,60
- Participação nos Resultados.....	141.419	3,65	213.493	6,12	354.912	4,82	449.990	3,27	432.674	3,27
Impostos, taxas e contribuições.....	397.807	10,27	316.759	9,07	714.566	9,69	1.824.494	13,25	1.009.072	7,61
- Imposto de Renda-IR e Contribuição Social-CSLL.....	(191.158)	(4,93)	52.138	1,49	(139.020)	(1,25)	116.935	1,19	299.375	2,26
- Ativo Fiscal Diferido IR/CSLL.....	(76.852)	(1,98)	(372.242)	(10,66)	(449.094)	(6,74)	(816.596)	(6,28)	(1.532.802)	(11,57)
- Contribuição COFINS/PIS/PASEP/INSS.....	603.262	15,57	568.684	16,29	1.171.946	15,91	2.256.598	16,40	2.040.724	15,40
- ISSQN / IPTU / TAXAS.....	62.555	1,61	68.179	1,95	130.734	1,77	267.557	1,94	201.775	1,52
Aluguéis.....	160.192	4,13	160.720	4,60	320.912	4,36	623.497	4,53	553.227	4,18
Juros sobre capital próprio e dividendos.....	188.493	4,86	93.426	2,68	281.919	3,83	662.233	4,81	1.573.488	11,88
Lucros retidos.....	783.748	20,23	776.517	22,25	1.560.265	21,18	2.337.473	16,99	2.309.801	17,43

Em conformidade com o art. 188 da Lei nº 11.638/07, e as orientações de preenchimento estabelecidas pelo Ofício Circular CVM/SNC/SEP Nº 01 de 14 de fevereiro de 2007, a CAIXA elaborou a DVA - Demonstração do Valor Adicionado com o objetivo de evidenciar o valor da riqueza gerada pela empresa, e a distribuição desta da seguinte forma:

- a) 60,42% foram distribuídos para Pessoal e Encargos, perfazendo um total no exercício de R\$ 8.314.210 mil;
b) 13,25% foram recolhidos aos cofres públicos nas formas de Imposto de Renda-IR, Contribuição Social-CSLL, COFINS, PIS, PASEP, INSS, ISSQN, IPTU e taxas, perfazendo um total no exercício de R\$ 1.824.494 mil, considerando o Ativo Fiscal Diferido. Ao desconsiderar o Ativo Fiscal Diferido, o percentual sobe para 19,53% e perfaz um valor de R\$ 2.688.312 mil;
c) 4,53% foram destinados a aluguéis, perfazendo um total de R\$ 623.497 mil;.....
d) 4,81% foram destinados ao Governo Federal, na forma de Juros Sobre o Capital Próprio e Dividendos, perfazendo um total de R\$ 662.233 mil;
e) 16,99% foram retidos na forma de lucros, perfazendo um total líquido no exercício de R\$ 2.337.473 mil.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Nota 1 - Contexto operacional

A CAIXA é uma instituição financeira constituída pelo Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969, sob a forma de empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Fazenda e sujeita às normas gerais, às decisões e à disciplina normativa emanadas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). O capital da CAIXA pertence integralmente a União e, no contexto macroeconômico, a gestão econômico-financeira da Empresa se insere no conjunto das decisões do Governo Federal.

Áreas de atuação

A CAIXA está autorizada a atuar em atividades relativas a crédito imobiliário, saneamento básico, infra-estrutura urbana, bancos comerciais, além da prestação de serviços de natureza

social, delegada pelo Governo Federal.

No exercício dessas atividades, a CAIXA executa a captação de recursos em cadernetas de poupança, letras hipotecárias, depósitos judiciais, depósitos à vista e a prazo, além de executar a aplicação em empréstimos vinculados, substancialmente, à habitação, incluindo operações de repasses do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

A CAIXA exerce a administração de loterias, de fundos de investimentos, de fundos e de programas sociais, entre os quais se destacam o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), o Programa de Integração Social (PIS), o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) e o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR). Os fundos e os programas administrados são entidades jurídicas independentes geridas por regulamentação específica, que possuem contabilidade própria e suas operações são apresentadas em demonstrações financeiras individuais.

Conforme artigo 1º da Lei nº 11.908, de 3 de março de 2009, que autoriza a CAIXA a criar

continua...



CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2009
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

empresas subsidiárias integrais ou controladas, com vistas ao cumprimento de atividades de seu objeto social e à aquisição de participações acionárias em instituições financeiras públicas ou privadas do setor financeiro ou do ramo de atividades a ele vinculadas, a CAIXA constituiu a sociedade comercial, sob a forma de sociedade anônima, denominada CAIXA PARTICIPAÇÕES S/A com o capital social de R\$ 2.500.000 representado por 2.500.000 ações ordinárias, sem valor nominal, subscrito no montante de R\$ 1.250.000, integralmente pela CAIXA, atendendo o art. 80, III, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Nota 2 - Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras são de responsabilidade da Administração e foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), da Comissão de Valores Imobiliários (CVM) e práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras são elaboradas com base em registros que refletem os custos históricos das transações. A carteira de títulos para negociação e os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor justo com reflexo no resultado. Os valores contábeis dos ativos e passivos mantidos pelo custo e protegidos por instrumentos de hedge foram ajustados para registrar mudanças no valor justo atribuído ao risco objeto do hedge. As demonstrações financeiras são apresentadas em reais e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As práticas contábeis adotadas no Brasil envolvem julgamento pela administração quanto a estimativas relativas: à mensuração de provisão para créditos de liquidação duvidosa; ao valor justo de determinados instrumentos financeiros; à provisão para contingências; a outras provisões; a planos de previdência complementar; e a determinação da vida útil de determinados ativos. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação.

Nota 3 - Informações para efeito de comparabilidade

(a) Reclassificações

Para melhor comparabilidade das demonstrações financeiras, foram efetuadas reclassificações nos saldos de 31 de dezembro de 2008, visando à adequação aos procedimentos/classificações contábeis adotados em 31 de dezembro 2009:

Balanco Patrimonial	Valor publicado	Valor reclassificado	Valor após reclassificação
PASSIVO CIRCULANTE	237.751.932	502.341	238.254.273
Depósitos	165.455.149	502.341	165.957.490
- Depósitos Especiais e de Fundos e Programas	11.007.965	502.341	11.510.306
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	45.463.728	(502.341)	44.961.387
Outras obrigações	15.040.803	(502.341)	14.538.462
- Diversos	4.692.302	(502.341)	4.189.961
Demonstração do Resultado do Exercício	Valor publicado	Valor reclassificado	Valor após reclassificação
RECEITAS			
Receita de Prestação de Serviços	6.839.080	126.006	6.965.086
Outras Receitas Operacionais	3.471.309	(126.006)	3.345.303

Nota 4 - Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas pela CAIXA estão assim resumidas:

(a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência, que estabelece que sejam incluídas na apuração de resultado dos períodos em que ocorrerem, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificados por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondente ao período futuro. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades em moeda nacional são avaliadas pelo seu valor de face, e as em moedas estrangeiras são convertidas usando-se a taxa de fechamento divulgada pelo BACEN na data do Balanço Patrimonial.

Para elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa, estão incluídas as disponibilidades de caixa, de numerário, de moeda estrangeira, as aplicações em operações interfinanceiras

compromissadas, com vencimento original de até 90 dias e que apresentam risco mitigado de mudança de valor justo, consideradas na gestão dos compromissos a curto prazo.

(c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e deduzido de eventuais provisões para desvalorização, quando aplicável.

(d) Títulos e valores mobiliários

O registro e a avaliação da carteira de títulos e valores mobiliários estão em conformidade com a Circular BACEN nº 3.068/01 e são classificados de acordo com a intenção da Administração em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- Títulos para negociação: adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo ajustados a valor justo em contrapartida ao resultado do período.
- Títulos disponíveis para venda: que não se enquadram como títulos para negociação nem como mantidos até o vencimento. Esses títulos são ajustados a valor justo, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, denominada “Ajuste ao valor justo TVM e derivativos”. As valorizações/desvalorizações serão levadas a resultados, pelo valor líquido dos efeitos tributários, quando das realizações dos respectivos títulos.
- Títulos mantidos até o vencimento: adquiridos com a intenção e a capacidade financeira de manter até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos.

O valor justo foi estabelecido com observância a critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação na data de apuração ou na falta desse, cotações de preços de mercado para ativos ou passivos semelhantes ou na falta desses, métodos próprios de precificação.

Os rendimentos dos títulos, independente de como são classificados, são apropriados “pro-rata” dia, observando o regime de competência, com base nas suas cláusulas de remuneração e registrados em conta de resultado.

As perdas com títulos, independentemente de sua classificação, são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

(e) Instrumentos financeiros derivativos

São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data do início da operação, sendo sua finalidade destinada à proteção contra riscos (hedge) ou não. Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de hedge estabelecidos pelo BACEN, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor justo, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.

O valor justo foi estabelecido com observância a critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação na data de apuração ou na falta desse, cotações de preços de mercado para ativos ou passivos semelhantes ou na falta desses, métodos próprios de precificação.

Quando o instrumento financeiro derivativo é contratado em negociação, associado a operação de captação ou aplicação de recursos, nos termos da Circular BACEN nº 3.150/02, a avaliação é efetuada com base nas condições definidas em contrato, sem nenhum ajuste decorrente do valor justo do derivativo.

(f) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas observando a avaliação da Administração, realizada periodicamente, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. A avaliação classifica os devedores em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo). Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso estabelecidos pela Resolução do CMN nº 2.682/99 para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

Período de atraso		Classificação do cliente
Prazo normal	Prazo especial (i)	
• de 15 a 30 dias	• de 30 a 60 dias	B
• de 31 a 60 dias	• de 61 a 120 dias	C
• de 61 a 90 dias	• de 121 a 180 dias	D
• de 91 a 120 dias	• de 181 a 240 dias	E
• de 121 a 150 dias	• de 241 a 300 dias	F
• de 151 a 180 dias	• de 301 a 360 dias	G
• superior a 180 dias	• superior a 360 dias	H

(i) Compreendem as operações com prazo remanescente de vencimento superior a 36 meses, conforme Resolução do CMN nº 2.682/99.

continua...

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2009
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

As atualizações das operações de crédito vencidas até o 59º dia são contabilizadas em receitas de operações de crédito e, a partir do 60º dia somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível de risco "H" há mais de 6 meses e com atraso superior a 180 dias, são baixadas contra a provisão, e controladas por no mínimo cinco anos em contas de compensação.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas conforme as normas e instruções do BACEN, associadas às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

(g) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável e adicional de 10%. A partir de 1º maio de 2008, a contribuição social sobre o lucro antes do imposto de renda é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas financeiras e do ramo segurador e de 9% para as demais empresas (até 30 de abril de 2008, alíquota era de 9% para todas as empresas).

O imposto de renda e contribuição social diferidos, apurados sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias, são registrados como créditos tributários, de acordo com a expectativa de geração de resultados futuros, em consonância os critérios para constituição, manutenção e baixa estabelecidos pela Resolução do CMN nº 3.355/06.

A constituição dos créditos tributários é baseada na estimativa de sua realização, conforme estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

Os créditos tributários são objetos de realização de acordo com a sua origem. Os originados de diferenças temporárias se realizam pela utilização ou reversão das provisões que serviram de base para sua constituição. Por sua vez, os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social realizam-se quando da geração de lucros tributáveis, por meio de compensação na base de cálculo dos referidos tributos, respeitando o limite de 30% da referida base.

A CAIXA reconhece os créditos tributários de IRPJ, CSLL, PASEP e COFINS sobre os ajustes negativos originados da marcação a mercado de títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos apropriados no resultado e em conta destacada do Patrimônio Líquido.

(h) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas representam os pagamentos antecipados cujo benefício ou prestação de serviço ocorrerá em períodos futuros. São registradas no ativo, observado o princípio da competência para o devido reconhecimento em resultado, ocorrendo simultaneamente, quando se correlacionarem às receitas.

(i) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas, coligadas e equiparadas às sociedades coligadas, cuja influência seja significativa ou presumidamente significativa, estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial e submetidos a testes de redução ao valor recuperável de ativos em conformidade com as instruções e normas do BACEN.

Os demais investimentos permanentes são avaliados pelo custo de aquisição para fins de mensuração futura e de determinação do seu valor recuperável, e submetidos a testes de redução ao valor recuperável.

(j) Imobilizado

O ativo imobilizado corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidas com essas finalidades. O ativo é registrado ao custo de aquisição ou formação, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, com incorporação ao custo do valor do saldo da reserva de reavaliação por força da Resolução do CMN nº 3.617/08, submetidos a testes de redução ao valor recuperável e depreciados pelo método linear sem valor residual.

(l) Intangível

Registrado ao custo de aquisição e formação dos bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, deduzido da amortização, quando aplicável, calculada pelo método linear, observados os prazos contratuais e sujeitos a testes de redução ao valor recuperável.

(m) Diferido

Registrado ao custo de aquisição e formação, deduzido da amortização, a qual é calculada

pelo método linear no prazo de até cinco anos, e sujeito a teste de redução ao valor recuperável.

Conforme determinado na Resolução do CMN nº 3.617/08, os saldos existentes, constituídos até setembro de 2008, serão mantidos até a sua efetiva baixa.

(n) Depósitos e captações no mercado aberto

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço.

(o) Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução do CMN nº 3.823/09, que adota as premissas contidas no CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), no reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, contingências passivas e contingências ativas.

(i) Ativos contingentes – não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando a administração possui evidências de que há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

(ii) Passivos contingentes – são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos internos, for caracterizado como provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, considerando a natureza da atividade da CAIXA. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas notas explicativas quando individualmente relevante, e os classificados como remotos não são provisionados e nem divulgados.

(p) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos (em base "pro-rata" dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos (em base "pro-rata" dia).

(q) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros

É reconhecida uma perda se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável. As perdas são reconhecidas diretamente no resultado do período.

(r) Benefícios a empregados

Os benefícios de curto prazo devidos aos empregados são reconhecidos contabilmente no resultado do período em que o empregado faz jus ao benefício.

O reconhecimento dos ganhos ou perdas atuariais, para os benefícios pós-emprego, é efetuado de acordo os critérios estabelecidos pela Deliberação CVM nº 600/09 que aprovou o CPC 33, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que trata do benefício a empregados.

(i) A parcela dos ganhos ou perdas atuariais a ser reconhecida como receita ou despesa, corresponde ao valor dos ganhos e perdas acumulados não reconhecidos, que exceder, em cada exercício, ao maior dos seguintes limites:

I. 10% do valor presente da obrigação atuarial total do benefício definido;

II. 10% do valor justo dos ativos do plano.

(ii) Desta forma, a parcela dos ganhos ou perdas atuariais a ser reconhecida em cada exercício, será o valor resultante da divisão do montante dos ganhos e perdas atuariais acumulados conforme item (i), pelo tempo médio remanescente de serviço estimado para os empregados participantes do plano.

Nota 5 - Caixa e equivalentes de Caixa

Descrição	2009		2008
	31 de dezembro	30 de setembro	31 de dezembro
Caixa	1.824.823	1.742.446	1.547.116
Disponibilidade em moeda nacional	1.379.224	1.132.204	1.047.837
Disponibilidade em moeda estrangeira	30.655	77.248	37.692
Total de Disponibilidades (caixa)	3.234.702	2.951.898	2.632.645
Aplicações interfinanceiras de liquidez*	29.336.351	54.749.687	7.969.176
Total	32.571.053	57.701.585	10.601.821

* Operações com vencimento na data efetiva de aplicação igual ou inferior a 90 dias.

continua...



CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2009
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Nota - 6 Aplicações interfinanceiras de liquidez

Descrição	2009							2008	
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31 de dezembro	30 de setembro	%	31 de dezembro	%
Aplicações no mercado aberto									
Posição bancada	321	-	-	-	321	10.938.577	19,95	4.250.282	12,89
Letras Financeiras do Tesouro	21	-	-	-	21	551.214	1,01	300.012	0,91
Letras do Tesouro Nacional	300	-	-	-	300	2.208.619	4,03	3.950.254	11,98
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	8.178.744	14,91	16	0,00
Posição financiada	29.336.030	-	-	-	29.336.030	43.747.281	79,77	26.301.402	79,74
Letras Financeiras do Tesouro	5.279.745	-	-	-	5.279.745	8.784.051	16,02	5.399.602	16,37
Letras do Tesouro Nacional	5.247.536	-	-	-	5.247.536	15.072.399	27,48	15.573.755	47,22
Notas do Tesouro Nacional	18.808.749	-	-	-	18.808.749	19.890.831	36,27	5.328.045	16,15
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	-	92.334	-	92.334	154.236	0,28	2.433.015	7,38
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	-	92.334	-	92.334	154.933	0,28	2.433.015	7,38
Provisão para Perdas em Aplicação em DI	-	-	-	-	-	(697)	-	-	-
Total	29.336.351	-	92.334	-	29.428.685	54.840.094	100,00	32.984.699	100,00
Ativo circulante	29.336.351	-	92.334	-	29.428.685	54.840.094	-	32.984.699	-
Ativo não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-

(a) Receitas com aplicações interfinanceiras de liquidez

Descrição	2009			2008
	4º Trimestre	3º Trimestre	Exercício de 31 de dezembro	Exercício de 31 de dezembro
Rendas de aplicações em operações compromissadas:	975.510	932.078	4.359.821	2.406.560
Posição bancada	91.916	123.242	612.409	283.034
Posição financiada	883.594	808.836	3.747.412	2.123.526
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	3.153	2.490	116.276	33.116
Total	978.663	934.568	4.476.097	2.439.676

(b) Resumo da classificação dos títulos e valores mobiliários e Instrumentos financeiros derivativos por prazo

(b.1) Categoria I - Títulos para negociação

Descrição	2009										2008		
	31 de dezembro							30 de setembro			31 de dezembro		
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 365 dias	Acima de 360 dias	Custo	Ajuste a Valor de Mercado (Resultado)	Valor de Mercado	Custo	Ajuste a Valor de Mercado (Resultado)	Valor de Mercado	Custo	Ajuste a Valor de Mercado (Resultado)	Valor de Mercado
Títulos Públicos Brasil	18.482.748	5.235.528	6.874.079	15.781.229	46.373.584	17.238	46.390.822	31.785.316	141.521	31.926.837	36.324.168	62.002	36.386.170
Letras Financeiras do Tesouro	-	29.511	1.002.416	6.512.309	7.544.236	(1.069)	7.543.167	7.871.556	(794)	7.870.762	9.027.716	6.019	9.033.735
Letras do Tesouro Nacional	3.893.890	5.206.017	3.208.887	5.848.090	18.156.884	(18.211)	18.138.673	10.824.303	274	10.824.577	11.818.017	29.585	11.847.602
Notas do Tesouro Nacional	14.588.858	-	2.662.776	3.420.830	20.672.464	36.518	20.708.982	13.089.457	142.041	13.231.498	15.478.435	26.398	15.504.833
Títulos Privados	-	-	-	59.999	59.999	530	60.529	19.634	511	20.145	16.828	154	16.982
Debêntures	-	-	-	45.484	45.484	530	46.014	5.180	511	5.691	5.406	154	5.561
Cotas de Fundos	-	-	-	14.515	14.515	-	14.515	14.454	-	14.454	11.422	-	11.422
Total	18.482.748	5.235.528	6.874.079	15.841.228	46.433.583	17.768	46.451.351	31.804.950	142.032	31.946.982	36.340.996	62.157	36.403.153
% Pz Venc.	39,80	11,28	14,80	34,12	100,00	-	-	-	-	-	-	-	-

(b.2) Categoria II - Títulos disponíveis para venda

	2009										2008		
	31 de dezembro							30 de setembro			31 de dezembro		
Descrição	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Ajuste a Valor de Mercado (Patrimônio)	Valor de Mercado	Custo	Ajuste a Valor de Mercado (Patrimônio)	Valor de Mercado	Custo	Ajuste a Valor de Mercado (Patrimônio)	Valor de Mercado
Títulos Públicos Brasil	-	-	13.906	996.583	1.010.489	6.515	1.017.004	1.149.720	9.907	1.159.627	1.333.826	(1.815)	1.332.012
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	259.003	259.003	1.050	260.053	270.032	1.196	271.228	296.142	1.685	297.827
Notas do Tesouro Nacional	-	-	13.906	188.382	202.288	5.542	207.830	348.313	8.284	356.597	555.899	(1.312)	554.587
Títulos da Dívida Agrária	-	-	-	236	236	24	260	228	26	255	220	23	243
Certificado Financeiro do Tesouro	-	-	-	57.470	57.470	(101)	57.369	57.224	401	57.626	58.207	(2.210)	55.997
Outros	-	-	-	491.492	491.492	-	491.492	473.922	-	473.922	423.358	-	423.358
Títulos Privados	-	-	-	400.912	400.912	53.155	454.067	407.728	37.641	444.878	401.937	(2.044)	399.383
Debêntures	-	-	-	305.247	305.247	8.166	313.413	310.293	6.306	316.599	328.125	18	328.143
Cotas de Fundos	-	-	-	668	668	-	668	635	-	635	787	-	787
Certificados de Recebíveis Imobiliários	-	-	-	70.041	70.041	(737)	69.304	71.938	(1.219)	70.719	73.025	(2.062)	70.963
Outros	-	-	-	24.956	24.956	45.726	70.682	24.862	32.064	56.926	-	-	-
Total	-	-	13.906	1.397.495	1.411.401	59.670	1.471.071	1.557.448	47.548	1.604.506	1.735.763	(3.859)	1.731.905
%	-	-	0,99	99,01	100,00	-	-	-	-	-	-	-	-

continua...

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2009
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

(b.3) Categoria III - Títulos mantidos até o vencimento

Descrição	2009						2008			
	31 de dezembro						31 de dezembro			
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Valor de Mercado	Custo	Valor de Mercado	Custo	Valor de Mercado
Títulos Públicos Brasil	-	5.181.281	1.024.466	63.962.532	70.168.279	70.204.969	74.702.690	75.370.869	81.423.554	78.690.502
Letras Financeiras do Tesouro	-	5.181.281	234.400	5.005.312	10.420.993	10.423.067	15.416.767	15.426.683	21.372.692	21.423.207
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	8.792.353	8.792.353	8.765.069	8.580.993	8.571.116	2.749.364	2.792.116
Notas do Tesouro Nacional	-	-	790.066	46.961.841	47.751.907	48.317.965	47.476.448	48.633.659	51.366.415	49.904.832
Tesouro Nacional/Securitização	-	-	-	3.203.026	3.203.026	2.698.868	3.228.482	2.739.411	5.935.083	4.570.347
Títulos Privados	-	302.941	-	56.186	359.127	355.710	262.538	261.523	1.023.145	1.024.119
Debêntures	-	-	-	56.186	56.186	52.730	54.732	53.720	51.893	52.266
Notas Promissórias	-	302.941	-	-	302.941	302.980	207.806	207.803	971.252	971.853
Total	-	5.484.222	1.024.466	64.018.718	70.527.406	70.560.679	74.965.228	75.632.392	82.446.699	79.714.621
%	-	7,78	1,45	90,77	100,00	-	-	-	-	-

(c) Classificação consolidada por prazos

Descrição	31 de dezembro de 2009											
	Custo	Provisão para Ajuste a Valor de Mercado refletida		Valor de Mercado categoria I e II	Valor de Mercado*	%	0 -30	31 - 90	91 - 180	181 - 360	361 - 720	Acima de 720 dias
		Resultado	Patrimônio Líquido									
TÍTULOS PÚBLICOS - BRASIL	117.552.352	17.238	6.516	117.576.106	117.612.794	99,31	-	-	-	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro	18.224.232	(1.069)	1.050	18.224.213	18.226.287	15,40	-	5.173.456	37.336	1.236.816	4.049.169	7.727.455
Letras do Tesouro Nacional	26.949.237	(18.211)	-	26.931.026	26.903.742	22,77	3.893.890	-	5.206.017	3.208.887	14.640.443	-
Notas do Tesouro Nacional	68.626.658	36.518	5.543	68.668.719	69.234.776	57,98	14.588.858	-	-	3.466.749	10.586.425	39.984.626
Tesouro Nacional/Securitização	3.203.027	-	-	3.203.027	2.698.868	2,71	-	-	-	-	-	3.203.026
Títulos da Dívida Agrária	236	-	24	260	260	0,00	-	-	-	-	-	236
Certificado Financeiro do Tesouro	57.470	-	(101)	57.369	57.369	0,05	-	-	-	-	-	57.470
Outros	491.492	-	-	491.492	491.492	0,42	-	-	-	-	-	491.492
TÍTULOS PRIVADOS	820.037	530	53.155	873.722	870.307	0,69	-	-	-	-	-	-
Debêntures	406.918	530	8.165	415.613	412.158	0,34	-	-	-	-	72	406.846
Notas Promissórias	302.940	-	-	302.940	302.980	0,26	-	-	302.940	-	-	-
Cotas de Fundos	15.183	-	-	15.183	15.183	0,01	-	-	-	-	-	15.183
Certificados de Recebíveis Imobiliários	70.041	-	(737)	69.304	69.304	0,06	-	-	-	-	-	70.041
Outros	24.955	-	45.727	70.682	70.683	0,02	-	-	-	-	-	24.955
SUBTOTAL - TVM	118.372.390	17.767	59.671	118.449.828	118.483.101	100,00	-	-	-	-	-	-
Títulos para Negociação	46.433.584	17.767	-	46.451.351	46.451.351	39,23	18.482.748	3.278	5.232.250	6.874.079	11.221.728	4.619.501
Títulos Disponíveis para Venda	1.411.400	-	59.671	1.471.071	1.471.071	1,19	-	-	-	13.906	53.484	1.344.011
Títulos Mantidos até o Vencimento	70.527.406	-	-	70.527.406	70.560.679	59,58	-	5.170.178	314.044	1.024.466	18.000.897	46.017.821
DERIVATIVOS (ATIVO)	396	-	-	396	396	-	-	-	-	-	-	-
DERIVATIVOS (PASSIVO)	982	-	-	982	982	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL TVM E DERIVATIVOS (ATIVO)	118.372.786	-	-	118.450.224	118.483.497	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL TVM E DERIVATIVOS (PASSIVO)	982	-	-	982	982	-	-	-	-	-	-	-

* Os títulos mantidos até o vencimento foram marcados a mercado para análise, entretanto a referida marcação não tem efeito no resultado ou no patrimônio líquido.

(d) Composição da carteira de títulos e valores mobiliários

Descrição	Carteira Própria	Vinculados			Instrumentos Financeiros Derivativos	Total	%
		Compromissos de Recompra	Prestação de Garantias	Banco Central			
TÍTULOS PÚBLICOS - BRASIL	69.779.744	35.478.534	345.762	11.972.065	396	117.576.501	99,26
Letras Financeiras do Tesouro	10.903.924	6.974.527	345.762	-	-	18.224.213	15,39
Letras do Tesouro Nacional	12.813.998	14.117.028	-	-	-	26.931.026	22,74
Notas do Tesouro Nacional	42.309.675	14.386.979	-	11.972.065	-	68.668.719	57,97
Tesouro Nacional/Securitização	3.203.026	-	-	-	-	3.203.026	2,70
Títulos da Dívida Agrária	260	-	-	-	-	260	0,00
Certificado Financeiro do Tesouro	57.369	-	-	-	-	57.369	0,05
Outros	491.492	-	-	-	396	491.888	0,41
TÍTULOS DE EMPRESAS	873.723	-	-	-	-	873.723	0,74
Debêntures	415.613	-	-	-	-	415.613	0,35
Notas Promissórias	302.941	-	-	-	-	302.941	0,26
Cotas de Fundos	15.183	-	-	-	-	15.183	0,01
Certificados de Recebíveis Imobiliários	69.304	-	-	-	-	69.304	0,06
Outros	70.682	-	-	-	-	70.682	0,06
31 de dezembro de 2009	70.653.467	35.478.534	345.762	11.972.065	396	118.450.224	100,00
30 de setembro de 2009	72.495.284	24.085.549	450.950	11.484.933	271	108.516.987	-
31 de dezembro de 2008	84.221.665	24.855.922	935.675	10.568.495	110	120.581.867	-

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários baseia-se em cotação de preços na data do balanço. Se não houver cotação de preço de mercado, os valores são estimados a partir de modelo de marcação a mercado baseado na construção dos fluxos de caixa dos ativos e das curvas de juros de mercado.

Os fluxos de caixa são construídos a partir das características dos títulos e valores mobiliários e as curvas a partir das informações/dados dos preços/taxas de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de swap.

Os títulos CVS referentes a contratos de novação de dívida do FCVS, cujo prazo de vencimento é em 2027, são remunerados com base na variação da TR mais juros anuais de até 6,17%. Tendo por base a Medida Provisória nº 2.196-3/01, a União está autorizada a permutá-los por outros títulos de emissão do Tesouro Nacional ao valor de face atualizado. Ciente de que a permuta, quando necessária, será realizada e considerando a capacidade financeira da CAIXA, a Administração decidiu classificar os referidos títulos na categoria mantidos até o vencimento – Tesouro Nacional/Securitização.

(e) Títulos mantidos até o vencimento

A Resolução do CMN nº 3.181, de 29 de março de 2004, estabelece em seu Art. 1º que, as operações de alienação de Títulos Públicos Federais classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, simultaneamente à aquisição de novos títulos da mesma natureza, com prazo de vencimento superior e em montante igual ou superior ao dos títulos alienados, não descaracterizam a intenção da instituição financeira quando da classificação dos mesmos na referida categoria.

As operações de alienação foram baseadas nos cenários e nas oportunidades para renovação de ativos que venceriam no ano de 2011 e 2017. A CAIXA adotou como estratégia a antecipação, “rolagem” de Títulos Públicos Federais, com o objetivo de descentralizar o volume de vencimentos a ocorrer no 1º Semestre 2011

continua...



CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2009
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Montante dos TPF Mantidos até o vencimento alienados em 2009					
Portaria da STN Nº 681 com liquidação em 12/11/2009					
Evento	Título	Vencimento	Quantidade	Preço unitário	Valor Fin.
Venda leilão de troca	NTN-B	15/05/2011	1.344.093	1.916,13	2.575.451
Venda leilão de troca	NTN-B	15/05/2017	360.854	1.828,23	659.725
Compra leilão de troca	NTN-B	15/11/2011	1.353.578	1.902,70	2.575.452
Compra leilão de troca	NTN-B	15/05/2045	376.417	1.752,65	659.726
Quantidade total alienada		1.704.947	Valor total alienado		3.235.176
Quantidade total adquirida		1.729.995	Valor total adquirido		3.235.178
Portaria da STN Nº 703 com liquidação em 26/11/2009					
Evento	Título	Vencimento	Quantidade	Preço unitário	Valor Fin.
Venda leilão de troca	NTN-B	15/05/2011	724.545	1.869,90	1.354.827
Compra leilão de troca	NTN-B	15/11/2045	729.852	1.856,30	1.354.827
Quantidade total alienada		724.545	Valor total alienado		1.354.827
Quantidade total adquirida		729.852	Valor total adquirido		1.354.827
Portaria da STN Nº 735 com liquidação em 10/12/2009					
Evento	Título	Vencimento	Quantidade	Preço unitário	Valor Fin.
Venda leilão de troca	NTN-B	15/05/2011	193.926	1.876,06	363.817
Compra leilão de troca	NTN-B	15/11/2011	195.462	1.861,33	363.818
Quantidade total alienada		193.926	Valor total alienado		363.817
Quantidade total adquirida		195.462	Valor total adquirido		363.818

(f) Resultado com títulos e valores mobiliários

Descrição	2009			2008
	4º Trimestre	3º trimestre	Exercício de 31 de dezembro	Exercício de 31 de dezembro
Operações compromissadas	975.510	932.078	4.359.821	2.406.560
Aplicações em depósitos interfinanceiros	3.153	2.490	116.276	33.116
Ativos financeiros disponíveis para venda	42.174	103.682	252.423	819.729
Ativos financeiros mantidos para negociação	828.612	756.535	3.750.514	3.892.074
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	2.084.192	2.017.726	9.080.770	10.288.037
Total	3.933.641	3.812.511	17.559.804	17.439.516

(g) Instrumentos financeiros derivativos

A CAIXA se utiliza de Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD) registrados em contas patrimoniais e contas de compensação que se destinam a atender necessidades próprias para administrar a sua exposição. Essas operações envolvem contratos futuros DI, dólar e contratos de swaps.

Os instrumentos financeiros derivativos, quando utilizados com instrumentos de hedge, destinam-se a proteção contra variações cambiais e variações nas taxas de juros de ativos e passivos. Os derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores ou comprar ou vender outros instrumentos financeiros nos termos e datas especificados nos contratos.

A exposição ao risco de crédito nos contratos futuros é minimizada por causa dos ajustes diários. Os contratos de swap, registrados na Cetip e na BM&F, estão sujeitos a risco de crédito no caso de a contraparte não ter capacidade ou disposição para cumprir suas obrigações contratuais. A exposição total de crédito em “swap” em 31 de dezembro de 2009 é de R\$ 56.246 (2008 - R\$ 1.148).

As posições desses derivativos têm os seus valores referenciais registrados em contas de compensação, e os ajustes em contas patrimoniais. O valor referencial dessas operações é de R\$ 30.898.288 (2008 - R\$ 15.325.330). O diferencial a pagar de Swap nessa data monta R\$ 982 (2008 - R\$ 7.659) e o diferencial a receber de Swap, R\$ 396 (2008 - R\$ 110).

(h) Valor dos instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação:

Descrição	2009						2008
	31 de dezembro			30 de setembro			31 de dezembro
	Conta de compensação valor referencial	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado	Conta de compensação valor referencial	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado	Valor de mercado
Contratos de futuros	17.677.068	-	17.677.068	12.286.420	-	12.286.420	14.495.766
Compromissos de venda	17.677.068	-	17.677.068	12.286.420	-	12.286.420	14.495.766
Moeda estrangeira	7.453	-	7.453	6.231	-	6.231	7.074
Índices	17.669.615	-	17.669.615	12.280.189	-	12.280.189	14.488.692
Contratos de swaps							
Posição ativa							
Taxa Referencial	1.855.620	21.406	1.877.026	1.320.152	15.905	1.336.057	861.736
Posição passiva							
Pós-Fixados	1.855.620	23.666	1.879.286	1.320.152	16.862	1.337.014	868.701

(i) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento, local de negociação, contraparte e prazo de vencimento, demonstrada pelo seu valor de custo e valor de mercado:

Descrição	2009									2008
	31 de dezembro								30 de setembro	31 de dezembro
	0 - 30	31 - 90	91 - 180	181 - 365	366 - 720	Acima de 720 dias	Custo	Ajuste a Valor de Mercado (Resultado)	Valor de Mercado	Valor de Mercado
ATIVO –DI - Futuros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BM&F										
Bovespa	10.423.165	-	-	1.519.649	5.002.734	724.067	17.669.615	-	17.669.615	12.280.189
ATIVO DOLAR - Futuros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BM&F										
Bovespa	-	7.453	-	-	-	-	7.453	-	7.453	6.231

(j) Resultado realizado e não realizado na carteira de instrumentos financeiros derivativos

Descrição	2009				2008
	4º Trimestre	3º Trimestre	2º Semestre	Acumulado 31 de dezembro	Acumulado 31 de dezembro
Swap	-	(183)	(183)	(382)	(488)
Futuro	(11.968)	(1.395)	(13.363)	(13.363)	(791)
Total	(11.968)	(1.578)	(13.546)	(13.745)	(1.279)

(l) Margem de garantia

A margem de garantia é o depósito requerido de todos que detenham posições de risco em aberto, visando assegurar o cumprimento de todos os contratos em aberto. A margem de garantia de operações com instrumentos financeiros derivativos é a seguinte:

Descrição	2009		2008
	31 de dezembro	30 de setembro	31 de dezembro
Títulos públicos			
- Letras Financeiras do Tesouro	181.805	230.123	879.875

(m) Marcação a mercado

A marcação a mercado desempenha importante papel no gerenciamento do risco de mercado, demonstrando as flutuações nos valores de mercado das posições detidas pela Instituição. Seu objetivo é estimar os preços dos fatores de risco de mercado aos quais estão expostas as operações ativas e passivas e, conseqüentemente, os preços que reflitam, da melhor maneira possível, as condições de negociação das posições das carteiras da CAIXA no mercado financeiro.

A atividade de marcação a mercado está inserida no processo de gerenciamento do risco de mercado e é executada por unidade específica, sob a responsabilidade do Vice-Presidente de Controle e Risco.

A metodologia de marcação a mercado da CAIXA está alinhada às melhores práticas de governança corporativa e gestão de riscos. Abrange todas as operações ativas e passivas da Instituição e tem como princípios fundamentais a transparência da informação e a independência da unidade gestora.

A marcação a mercado é o processo de apuração dos preços dos fatores de risco de mercado aos quais os ativos e passivos da CAIXA estão expostos de forma a refletir da melhor maneira possível quais seriam os seus preços e/ou valores de negociação no mercado em qualquer instante de tempo.

Os preços e taxas utilizados na avaliação do valor de mercado das operações ativas e passivas são oriundos de fontes com representatividade e confiabilidade no mercado: preços públicos ou disponíveis a todas as instituições financeiras e preços decorrentes de coletas privadas ou acessíveis a um grupo específico ou limitado destas instituições.

continua...

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2009
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Os dados de mercado utilizados para representar as informações de mercado relativas ao mesmo momento são capturados e validados sob os aspectos físico e lógico.

A validação física ou de integridade consiste em verificar se os dados de mercado capturados nas fontes primárias e disponíveis nos sistemas envolvidos no processo de marcação a mercado apresentam os mesmos valores.

A validação lógica consiste em verificar se os dados capturados são consistentes e compatíveis com o comportamento do mercado, evitando imprecisões, erros ou não sincronismo e compreende duas funcionalidades:

- Verificação comparativa entre os valores ou estruturas temporais geradas pelos modelos de marcação a mercado e os valores e estruturas temporais geradas em dias anteriores ou apresentadas pelos fatores de risco dos instrumentos, contratos, ativos ou títulos que possam servir de referência.
- Verificação absoluta para detectar e observar variações e descontinuidades inesperadas ou inconsistentes dentro dos próprios valores ou estruturas temporais geradas pelos modelos de marcação a mercado, como, por exemplo, as variações no valor da taxa a termo utilizada para a interpolação ou extrapolação dos dados.

Na CAIXA, o processo de marcação a mercado é baseado na construção dos fluxos de caixa dos ativos e passivos e das curvas de juros de mercado.

Os fluxos de caixa dos ativos e passivos são construídos a partir das características das operações, sendo utilizados modelos estatísticos para aquelas que não possuem vencimento definido.

As curvas são construídas a partir das informações/dados dos preços/taxas de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de swap.

Nota 8 - Relações interfinanceiras - Créditos vinculados

(a) Os depósitos no BACEN são compostos, substancialmente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, exceto aqueles decorrentes de depósitos à vista, e não estão disponíveis para financiar as operações de rotina da CAIXA, assim como não estão incluídos nas disponibilidades.

Descrição	Remuneração	2009		2008
		31 de dezembro	30 de setembro	31 de dezembro
Compulsório sobre depósito à vista	Não remunerado	3.408.338	3.000.305	2.362.826
Compulsório sobre depósito de poupança	TR + 6% a.a	21.631.421	20.833.864	18.470.341
Compulsório adicional	Taxa selic	7	7	22.029
Total	-	25.039.766	23.834.176	20.855.196

Nota 9 - Carteira de crédito

(a) Composição das carteiras de crédito por tipo de operação

(a.1) Curso normal

Descrição	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2009				2008	
							31 de dezembro (A)	%	30 de setembro (B)	%	31 de dezembro (C)	%
Empréstimos e títulos descontados	2.827.712	1.778.866	1.534.748	4.217.609	6.233.903	16.471.848	33.064.686	32,21	29.784.074	32,40	21.642.461	32,20
Financiamentos	711.095	170.202	163.925	468.307	818.838	3.061.787	5.394.154	5,25	5.390.369	5,85	4.344.213	6,47
Financiamentos imobiliários	1.167.332	734.745	728.957	2.178.076	4.306.205	44.695.013	53.810.328	52,42	47.907.134	52,10	33.978.004	50,61
Financiamentos de infra-estrutura e desenvolvimento	45.735	45.740	44.842	133.624	266.310	7.678.804	8.215.055	8,00	7.015.702	7,63	5.445.102	8,11
Outros Créditos	1.069.778	405.895	253.876	309.529	124.808	12.484	2.176.370	2,12	1.854.544	2,02	1.749.409	2,61
31 de dezembro de 2009	5.821.652	3.135.448	2.726.348	7.307.145	11.750.064	71.919.936	102.660.593	100,00	-	-	-	-
30 de setembro de 2009	5.334.693	2.891.275	2.590.221	6.772.677	10.842.720	63.520.237	-	-	91.951.823	100,00	-	-
31 de dezembro de 2008	4.235.760	2.254.012	1.887.608	4.817.827	7.932.018	46.031.964	-	-	-	-	67.159.189	100,00

(a.2) Curso anormal – Parcelas vencidas

Descrição	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2009				2008	
							31 de dezembro (A)	%	30 de setembro (A)	%	31 de dezembro (A)	%
Empréstimos e títulos descontados	265.737	180.473	238.448	446.333	601.556	61.572	1.794.119	59,86	1.802.041	62,03	1.361.462	63,09
Financiamentos	17.222	24.550	125.781	236.837	231.997	13.832	650.219	21,69	613.325	21,11	512.790	23,76
Financiamentos imobiliários	95.284	59.159	89.573	159.170	123.694	6.791	533.671	17,81	468.400	16,12	266.557	12,36
Financiamentos de infra-estrutura e desenvolvimento	-	52	-	-	-	2	54	-	625	0,02	-	-
Outros Créditos	5.426	4.499	1.839	2.494	2.673	2.152	19.083	0,64	20.899	0,72	17.095	0,79
31 de dezembro de 2009	383.669	268.733	455.641	844.834	959.920	84.349	2.997.146	100,00	-	-	-	-
30 de setembro de 2009	481.965	281.024	372.792	788.617	898.441	82.451	-	-	2.905.290	100,00	-	-
31 de dezembro de 2008	351.212	279.318	301.468	598.631	578.401	48.874	-	-	-	-	2.157.904	100,00

continua...

(b) A rubrica "Sistema Financeiro da Habitação - SFH" inclui preponderantemente os valores residuais de contratos encerrados a serem ressarcidos pelo FCVS, no montante de R\$ 27.658.844 e provisões de R\$ 3.250.597, que estão em processo de novação com aquele Fundo. Atualmente, esses contratos rendem juros de até 6,17% ao ano e são atualizados monetariamente de acordo com a variação da Taxa Referencial de Juros (TR). A efetiva realização desses créditos depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS. A Administração da CAIXA implementou processo de análise e conferência das condições e dos dados desses contratos para enquadramento a tais normas e procedimentos, o que fundamentou o estabelecimento de critérios para estimar as provisões para prováveis perdas decorrentes de contratos que não venham a atender às normas e aos procedimentos definidos pelo FCVS.

Descrição	2009				2008	
	31 de dezembro		30 de setembro		31 de dezembro	
Situação dos contratos	Saldo	Provisão	Saldo	Provisão	Saldo	Provisão
Não habilitados (i)	2.577.827	(552.859)	2.542.602	(549.175)	2.486.506	(301.991)
Habilitados e não homologados (ii)	5.215.350	(1.990.401)	5.194.498	(2.085.521)	5.505.159	(2.431.391)
Habilitados e homologados (iii)	19.865.667	(707.337)	19.619.025	(712.870)	18.459.746	(739.065)
Total	27.658.844	(3.250.597)	27.356.125	(3.347.566)	26.451.411	(3.472.447)

(i) Representam contratos ainda não submetidos à homologação junto ao FCVS, porque estão em processo de habilitação na CAIXA.

(ii) Representam contratos já habilitados pela CAIXA em fase de análise por parte da CAIXA e/ou do FCVS, para homologação final do FCVS.

(iii) Os créditos habilitados e homologados representam contratos já avaliados e aceitos pelo FCVS e dependem de processo de securitização, conforme previsto na Lei nº 10.150/00, para a sua realização.

A provisão para créditos junto ao FCVS é efetuada com base em estudos estatísticos semestrais, levando-se em conta o histórico de perda por negativa de cobertura atribuída pelo referido Fundo.

(c) Resultado das aplicações compulsórias

Descrição	2009				2008
	4º Trimestre	3º Trimestre	2º Semestre	Exercício de 31 de dezembro	Exercício de 31 de dezembro
Créditos vinculados ao BACEN	340.818	326.152	666.970	1.329.431	2.356.084
Créditos vinculados ao SFH	401.511	464.129	865.640	1.757.444	1.907.923
Total	742.329	790.281	1.532.610	3.086.875	4.264.007



CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2009

SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

(a.3) Curso anormal - Parcelas vincendas

Descrição	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2009				2008	
							31 de dezembro (A)	%	30 de setembro (A)	%	31 de dezembro (A)	%
Empréstimos e títulos descontados	159.755	119.409	116.973	333.953	580.134	2.827.696	4.137.920	19,78	3.657.336	19,26	1.274.729	10,18
Financiamentos	21.556	20.965	20.609	59.146	104.241	309.512	536.029	2,56	517.246	2,72	406.464	3,25
Financiamentos imobiliários	518.736	216.576	215.963	645.934	1.279.874	13.299.555	16.176.638	77,33	14.468.413	76,20	10.830.630	86,51
Financiamentos de Infra-estrutura e desenvolvimento	1	1	1	2	4	58.080	58.089	0,28	333.405	1,76	-	-
Outros Créditos	8.181	212	65	192	363	1.014	10.027	0,05	10.463	0,06	8.403	0,07
31 de dezembro de 2009	708.229	357.163	353.611	1.039.227	1.964.616	16.495.857	20.918.703	100,00	-	-	-	-
30 de setembro de 2009	610.308	364.694	360.273	1.054.303	1.990.436	14.606.849	-	-	18.986.863	100,00	-	-
31 de dezembro de 2008	375.979	246.774	242.723	707.042	1.318.929	9.628.779	-	-	-	-	12.520.226	100,00

(a.4) Consolidação da composição das carteiras de crédito por tipo de operação

Descrição	2009				2008	
	Total em 31 de dezembro (a1)+(a2)+(a3)	%	Total em 30 de setembro (a1)+(a2)+(a3)	%	Total em 31 de dezembro (a1)+(a2)+(a3)	%
Empréstimos e títulos descontados	38.996.725	30,81	35.243.451	30,96	24.278.652	29,67
Financiamentos	6.580.402	5,20	6.520.940	5,73	5.263.467	6,43
Financiamentos imobiliários	70.520.637	55,71	62.843.947	55,2	45.075.191	55,08
Financiamentos de Infra-estrutura e desenvolvimento	8.273.198	6,54	7.349.732	6,45	5.445.102	6,65
Outros Créditos (nota 10 c.1)	2.205.480	1,74	1.885.906	1,66	1.774.907	2,17
Total	126.576.442	100,00	113.843.976	100,00	81.837.319	100,00

(b) Modalidades e níveis de risco

Operações de Crédito	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	2009				2008	
										Total em 31 de dezembro	%	Total em 30 de setembro	%	Total em 31 de dezembro	%
Empréstimos e títulos descontados	6.782.107	15.073.946	10.677.649	2.917.985	1.327.558	283.689	263.906	407.204	1.262.681	38.996.725	30,81	35.243.451	30,96	24.278.652	29,67
Financiamentos	645.316	2.857.940	1.258.147	277.633	268.588	76.351	84.207	126.044	986.176	6.580.402	5,20	6.520.940	5,73	5.263.467	6,43
Financiamentos imobiliários	76.809	34.608.806	19.281.619	11.092.336	1.008.426	446.886	357.008	280.772	3.367.975	70.520.637	55,71	62.843.947	55,20	45.075.191	55,08
Financiamentos de Infra-estrutura e desenvolvimento	587.347	3.999.407	2.066.438	1.031.306	469.193	-	-	-	119.507	8.273.198	6,54	7.349.732	6,46	5.445.102	6,65
Outros Créditos	66	954.040	594.438	231.583	307.451	35.077	11.573	36.116	35.136	2.205.480	1,74	1.885.906	1,65	1.774.907	2,17
31 de dezembro de 2009	8.091.645	57.494.139	33.878.291	15.550.843	3.381.216	842.003	716.694	850.136	5.771.475	126.576.442	100,00	-	-	-	-
%	6,39	45,42	26,77	12,29	2,67	0,67	0,57	0,67	4,56	-	-	-	-	-	-
30 de setembro de 2009	8.204.583	45.711.171	30.985.536	18.097.427	3.042.688	765.911	642.516	950.299	5.443.845	-	-	113.843.976	100,00	-	-
%	7,21	40,15	27,22	15,9	2,67	0,67	0,56	0,83	4,78	-	-	-	-	-	-
31 de dezembro de 2008	7.708.502	27.289.805	22.203.466	15.695.970	2.733.866	562.341	633.621	773.911	4.235.837	-	-	-	-	81.837.319	100,00
%	9,42	33,35	27,13	19,18	3,34	0,69	0,77	0,95	5,18	-	-	-	-	-	-

(c) Faixas de vencimento e níveis de risco

(c.1) Curso normal

	Níveis de risco														
	Operações em Curso Normal									2009				2008	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31 de dezembro	%	30 de setembro	%	31 de dezembro	%
01 a 30	845.776	2.611.497	1.174.774	505.200	389.628	31.603	30.202	88.261	144.711	5.821.652	5,67	5.334.693	5,8	4.235.760	6,31
31 a 60	402.078	1.369.375	687.851	343.546	159.768	18.555	11.065	37.884	105.326	3.135.448	3,05	2.891.275	3,14	2.254.012	3,36
61 a 90	296.751	1.251.721	590.359	303.615	125.338	14.802	10.444	32.931	100.387	2.726.348	2,66	2.590.221	2,82	1.887.608	2,81
91 a 180	731.583	3.404.099	1.632.958	811.778	292.834	31.419	26.941	94.112	281.421	7.307.145	7,12	6.772.677	7,37	4.817.827	7,17
181 a 360	1.342.547	5.850.125	2.536.968	1.221.655	252.526	42.195	37.678	21.580	444.791	11.750.065	11,45	10.842.720	11,79	7.932.018	11,81
Acima de 360	4.321.729	36.101.204	19.851.598	9.087.019	1.155.389	141.677	109.363	90.072	1.061.884	71.919.935	70,05	63.520.237	69,08	46.031.964	68,54
Total	7.940.464	50.588.021	26.474.508	12.272.813	2.375.483	280.251	225.693	364.840	2.138.520	102.660.593	100,00	91.951.823	100,00	67.159.189	100,00
%	7,73	49,29	25,79	11,95	2,31	0,27	0,22	0,36	2,08	100,00	-	-	-	-	-

continua...

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2009
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

(c.2) Curso anormal

	Níveis de risco															
	Operações em Curso Anormal									2009					2008	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31 de dezembro	%	30 de setembro	%	31 de dezembro	%	
Parcelas Vencidas	104.279	58.455	171.950	232.641	319.632	251.416	245.736	300.343	1.312.694	2.997.146	100,00	2.905.290	100,00	2.157.904	100,00	
01 a 30	104.264	56.014	130.857	36.118	16.657	4.246	4.640	2.813	28.058	383.667	12,80	481.965	16,59	351.212	16,28	
31 a 60	-	2.441	40.500	122.768	30.134	9.327	9.115	20.065	34.383	268.733	8,97	281.024	9,68	279.318	12,94	
61 a 90	15	-	593	48.431	222.025	43.229	25.369	34.789	81.191	455.642	15,20	372.792	12,83	301.468	13,97	
91 a 180	-	-	-	25.324	50.725	155.543	175.616	210.841	226.785	844.834	28,19	788.617	27,14	598.631	27,74	
181 a 360	-	-	-	-	91	39.071	30.996	31.757	858.006	959.921	32,03	898.442	30,92	578.401	26,80	
Acima de 360	-	-	-	-	-	-	-	78	84.271	84.349	2,81	82.450	2,84	48.874	2,26	
Parcelas Vincendas	46.649	6.847.663	7.231.833	3.045.389	686.101	310.336	245.265	184.953	2.320.514	20.918.703	100,00	18.986.863	100,00	12.520.226	100,00	
01 a 30	2.296	200.488	327.817	83.428	20.095	8.562	6.014	4.326	55.202	708.228	3,39	610.308	3,22	375.979	3,00	
31 a 60	2.273	111.464	122.572	56.242	14.793	5.166	3.992	2.969	37.692	357.163	1,71	364.694	1,92	246.774	1,97	
61 a 90	2.225	110.620	121.690	55.310	14.473	5.115	3.955	2.937	37.287	353.612	1,69	360.272	1,90	242.723	1,94	
91 a 180	6.452	325.570	360.544	160.585	41.423	15.032	11.578	8.606	109.436	1.039.226	4,97	1.054.303	5,55	707.042	5,65	
181 a 360	11.619	621.602	689.407	293.590	74.560	28.353	22.067	16.354	207.062	1.964.614	9,39	1.990.436	10,48	1.318.929	10,53	
Acima de 360	21.784	5.477.919	5.609.803	2.396.234	520.757	248.108	197.659	149.761	1.873.835	16.495.860	78,86	14.606.849	76,93	9.628.779	76,91	
Subtotal	150.928	6.906.118	7.403.783	3.278.030	1.005.733	561.752	491.001	485.296	3.633.208	23.915.849	-	21.892.152	-	14.678.130	-	
%	0,63	28,88	30,96	13,71	4,21	2,35	2,05	2,03	15,18	100,00	-	-	-	-	-	

(d) Composição por setor de atividade da carteira de crédito

DESCRIÇÃO	2009				2008	
	31 de dezembro	%	30 de setembro	%	31 de dezembro	%
SETOR PÚBLICO	11.666.037	9,22	10.600.101	9,31	10.231.016	12,50
Administração Direta	4.937.291	3,90	4.042.968	3,55	3.216.551	3,93
Petroquímico	3.613.751	2,85	3.613.754	3,17	3.605.934	4,41
Saneamento	1.914.756	1,51	1.756.865	1,54	1.378.897	1,68
Produção e Distribuição de Energia Elétrica	555.838	0,44	562.043	0,49	1.443.193	1,76
Outros	644.401	0,51	624.471	0,55	586.441	0,72
SETOR PRIVADO	114.910.405	90,78	103.243.875	90,69	71.606.303	87,50
PESSOA JURÍDICA	28.213.056	24,55	24.314.727	23,55	13.302.352	16,25
INDUSTRIA E COMERCIO	14.480.340	51,32	13.815.021	56,82	8.677.547	10,60
Comércio Varejista e Atacadista	6.282.108	22,27	5.535.546	22,77	4.379.852	5,35
Metalurgia	2.101.443	7,45	2.096.888	8,62	60.153	0,07
Fabricação de Produtos Químicos	1.158.188	4,11	3.447.204	14,18	531.466	0,65
Alimentos	1.045.515	3,71	1.155.178	4,75	552.066	0,67
Veículos Leves e Pesados	842.005	2,98	747.876	3,08	465.398	0,57
Vestuário e Acessórios	354.082	1,26	525.782	2,16	325.491	0,40
Outros Industria e Comércio	2.696.999	9,56	306.547	1,26	2.363.121	2,89
SERVIÇOS	13.732.716	48,68	10.499.706	43,18	4.624.805	5,65
Petroquímico	387.880	1,37	1.894.697	7,79	8.085	0,01
Produção e Distribuição de Energia Elétrica	1.759.146	6,24	1.743.182	7,17	204.569	0,25
Saneamento	202.144	0,72	1.468.064	6,04	199.533	0,24
Construção Civil	1.767.009	6,26	2.487.559	10,23	797.786	0,97
Saúde	1.070.101	3,79	934.301	3,84	665.206	0,81
Atividades de Serviços Financeiros	2.335.308	8,28	505.035	2,08	411.761	0,50
Escritório	313.823	1,11	260.920	1,22	260.075	0,32
Transporte Terrestre	522.321	1,85	283.302	1,17	213.292	0,26
Educação	233.142	0,83	226.036	0,93	179.610	0,22
Infra-Estrutura	154.208	0,55	212.827	0,88	146.281	0,18
Habitação	50.099	0,18	201.786	0,83	12.322	0,02
Telecomunicações	2.263.150	8,02	155.148	0,64	10.541	0,01
Outros Serviços	2.674.385	9,48	90.849	0,37	1.515.744	1,85
PESSOA FÍSICA	86.697.349	75,45	78.929.148	76,45	58.303.951	71,24
Habitação	65.612.878	57,10	58.648.706	56,81	43.175.859	52,76
Empréstimos	21.084.471	18,35	20.280.442	19,64	15.128.092	18,49
Total	126.576.442	100,00	113.843.976	100,00	81.837.319	100,00

(e) Composição das operações de crédito e outros créditos com característica de concessão de crédito por faixa de vencimento

Descrição	2009				2008			
	31 de dezembro				30 de setembro			
	Setor público	Setor privado	Total	%	Total	%	Total	%
Curto prazo	2.601.045	32.501.423	35.102.468	27,73	33.078.774	29,06	23.524.181	28,75
De 0 a 90 dias	741.208	12.457.895	13.199.103	10,43	12.418.636	10,91	9.289.562	11,36
De 91 a 360 dias	1.859.837	20.043.528	21.903.365	17,3	20.660.138	18,15	14.234.619	17,39
Longo prazo	9.061.883	79.573.880	88.635.763	70,03	77.859.912	68,39	56.155.234	68,62
De 1 ano até 3 anos	3.285.300	35.778.279	39.063.579	30,86	35.006.297	30,75	26.016.512	31,79
De 3 anos até 5 anos	1.158.989	23.293.901	24.452.890	19,32	21.026.913	18,47	15.632.096	19,11
De 5 anos até 15 anos	1.531.635	17.376.971	18.908.606	14,94	16.500.135	14,49	10.912.580	13,33
Mais de 15 anos	3.085.959	3.124.729	6.210.688	4,91	5.326.567	4,68	3.594.046	4,39
Total normal	11.662.928	112.075.303	123.738.231	97,76	110.938.686	97,45	79.679.415	97,36
Total vencido	3.110	2.835.101	2.838.211	2,24	2.905.290	2,55	2.157.904	2,64
Total geral	11.666.038	114.910.404	126.576.442	100,00	113.843.976	100,00	81.837.319	100,00

Os itens de balanço que compõem o montante de R\$ 2.205.480 (2008 – R\$ 1.774.907), referente a “Outros créditos com características de concessão de crédito” estão descritos na Nota nº 10(c.1).

(f) Rendas de operação de crédito

Descrição	2009				2008
	4º Trimestre	3º Trimestre	2º Semestre	Exercício de 31 de dezembro	Exercício de 31 de dezembro
Empréstimos, títulos descontados e financiamentos	2.319.752	2.173.569	4.493.321	8.473.481	6.430.803
Financiamentos imobiliários	1.462.733	1.348.461	2.811.194	5.317.355	4.100.814
Financiamentos de infra-estrutura e desenvolvimento	151.298	127.688	278.986	514.874	392.089
Outros créditos	-	-	-	-	-
Total	3.933.783	3.649.719	7.583.502	14.305.710	10.923.706

(g) Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

Descrição	2009		2008
	31 de dezembro	30 de setembro	31 de dezembro
Saldo inicial	7.001.125	8.018.068	5.176.899
Provisão específica	6.365.842	7.427.876	5.176.899
Provisão adicional	635.283	590.192	-
Constituição	3.900.761	984.817	3.140.980
Baixas	(579.980)	(2.287)	(451.279)
Transferência para prejuízo	(1.341.830)	(373.583)	(865.475)
Saldo final	8.980.076	8.627.015	7.001.125
Provisão específica	8.408.422	8.045.639	6.365.842
Provisão adicional (i)	571.654	581.376	635.283

(i) Inclui provisão adicional ao mínimo requerido, no montante de R\$ 571.654 (2008 R\$ 635.283), constituída dentro de critérios prudenciais e em conformidade com a boa prática bancária, no sentido de permitir a absorção de eventuais aumentos de inadimplência ocasionados por reversão do ciclo econômico, quantificados em função do comportamento histórico das carteiras de crédito em situações de estresse.

(h) Concentração dos principais devedores

Descrição	2009				2008	
	31 de dezembro	% da Carteira	30 de setembro	% da Carteira	31 de dezembro	% da Carteira
Principal devedor	3.613.751	3,13	3.613.754	3,49	3.605.934	4,41
10 maiores devedores	12.176.652	10,54	9.913.440	8,58	6.830.009	8,35
20 maiores devedores	15.119.922	13,09	12.572.504	12,16	8.376.173	10,24
50 maiores devedores	19.142.960	16,57	16.305.801	15,76	10.510.489	12,84
100 maiores devedores	21.814.456	18,88	18.722.477	18,1	11.839.284	14,47

continua...



CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2009
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

(i) Movimentação da carteira de renegociação

Descrição	2009		2008
	31 de dezembro	30 de setembro	31 de dezembro
Operações Renegociadas	2.468.213	1.809.716	1.788.907
Operações Comerciais	1.948.115	1.442.537	1.455.841
Operações Habitacionais	520.098	367.179	333.066
Operações Recuperadas	632.317	482.614	571.993
Operações Comerciais	301.267	250.944	262.928
Operações Habitacionais	331.050	231.670	309.065

(j) Composição da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Empréstimos e títulos descontados	Financiamentos	Financiamentos Imobiliários	Financiamentos de infra-estrutura e desenvolvimento	Outros créditos	Total
A	75.370	14.290	173.044	19.997	4.770	287.471
B	106.776	12.581	192.816	20.664	5.944	338.781
C	87.540	8.329	332.769	30.940	6.947	466.525
D	132.756	26.859	100.843	46.919	30.745	338.122
E	85.107	22.905	134.066	-	10.523	252.601
F	131.953	42.104	178.504	-	5.786	358.347
G	285.043	88.231	196.541	-	25.281	595.096
H	1.262.680	986.177	3.367.975	119.507	35.140	5.771.479
Subtotal	2.167.225	1.201.476	4.676.558	238.027	125.136	8.408.422
Provisão Adicional (i)	415.144	145.203	11.307	-	-	571.654
31 de dezembro de 2009	2.582.369	1.346.679	4.687.865	238.027	125.136	8.980.076
%	28,76	15,00	52,20	2,65	1,39	100,00
30 de setembro de 2009	2.454.899	1.275.385	4.640.415	154.593	101.723	8.627.015
%	28,46	14,78	53,79	1,79	1,18	100,00
31 de dezembro de 2008	1.975.996	967.871	3.871.495	84.680	101.083	7.001.125
%	28,22	13,82	55,3	1,22	1,44	100,00

Os itens de balanço que compõem o montante de R\$ 125.136 (2008 – R\$ 101.082), referente à “provisão para outros créditos com características de concessão de crédito” estão descritos na Nota nº 10(d).

(i) Inclui para o ano de 2009 provisão adicional ao mínimo requerido, no montante de R\$ 571.654 (2008 – R\$ 635.283), constituída dentro de critérios prudenciais e em conformidade com a boa prática bancária, no sentido de permitir a absorção de eventuais aumentos de inadimplência ocasionados por reversão do ciclo econômico, quantificados em função do comportamento histórico das carteiras de crédito em situações de estresse

Nota 10 - Outros créditos

(a) Carteira de câmbio

Descrição	2009		2008
	31 de dezembro	30 de setembro	31 de dezembro
Ativo - Outros créditos	0,00	10.736	12.497
Câmbio comprado a liquidar - ME	-	5.863	7.421
Direitos sobre vendas de câmbio - MN	-	4.963	5.076
(-) Adiantamentos recebidos - MN	-	(90)	-
Ativo circulante	0,00	10.736	12.497
Passivo - Outras obrigações	94	11.337	12.518
Câmbio vendido a liquidar - ME	94	5.474	5.097
Obrigações por compras de câmbio - MN	-	5.863	7.421
Passivo circulante	94	11.337	12.518

(a.1) Receitas e despesas com operações de câmbio

Descrição	2009				2008
	4º trimestre	3º trimestre	2º Semestre	Exercício de 31 de dezembro	Exercício de 31 de dezembro
Receitas	15.661	14.342	30.003	57.824	76.211
Disponibilidade em moeda estrangeira	15.661	14.342	30.003	57.824	76.211
			0		
Despesas	(16.247)	(15.170)	(31.417)	(61.687)	(62.784)
Despesas de variações e diferenças de taxas	(16.247)	(15.170)	(31.417)	(61.687)	(62.784)
Resultado de câmbio	(586)	(828)	(1.414)	(3.863)	13.427

(b) Rendas a receber

Descrição	2009				2008	
	31 de dezembro	%	30 de setembro	%	31 de dezembro	%
Dividendos e JCP a receber (i)	96.059	11,55	62.027	8,49	220.274	29,02
FGTS	197.454	23,74	182.975	25,00	169.001	22,27
Seguro-desemprego	55.733	6,70	43.878	6,00	9.067	1,19
Orçamento Geral da União	148.692	17,88	129.525	17,7	106.159	13,99
Convênios	25.049	3,01	21.428	2,93	21.394	2,82
INSS	45.615	5,48	42.068	5,76	48.766	6,42
FAR	13.997	1,68	13.760	1,88	12.564	1,66
Fundos de investimento	60.022	7,22	47.804	6,54	33.424	4,40
Bolsa Família	60.613	7,29	60.212	8,24	56.706	7,47
Bolsa Escola	9.021	1,08	9.021	1,23	9.021	1,19
Empresa Gestora de Ativos (EMGEA)	24.964	3,00	22.165	3,03	24.892	3,28
PIS	60.975	7,33	55.354	7,57	9.494	1,25
FIES	7.862	0,95	15.528	2,12	13.568	1,79
Outros	25.595	3,08	25.014	3,42	24.688	3,25
Total	831.651	100,00	730.759	100,00	759.018	100,00

(i) O saldo refere-se a dividendos e JCP da Caixa Seguros e do FND.

c) Diversos

Descrição	2009				2008	
	31 de dezembro	%	30 de setembro	%	31 de dezembro	%
Adiantamentos	196.968	1,12	333.572	1,98	179.013	1,07
Créditos tributários (Nota 22)	9.037.238	51,57	8.972.615	53,16	8.220.642	49,27
Devedores por depósitos em garantia (Nota 32 a i)	3.943.556	22,50	3.790.557	22,46	3.406.215	20,41
Impostos e contribuições a compensar	372.467	2,13	218.268	1,29	248.577	1,49
Pagamentos a ressarcir	93.144	0,53	25.160	0,15	15.002	0,09
Participações pagas antecipadamente	517.756	2,95	480.868	2,85	1.573.488	9,43
Outros créditos com características de concessão de crédito (c.1)	2.177.550	12,43	1.855.886	11,00	1.750.237	10,49
Outros créditos sem características de concessão de crédito (c.2)	106.066	0,61	326.103	1,93	328.727	1,97
Devedores diversos (c.3)	1.080.016	6,16	873.906	5,18	964.184	5,78
Provisão para perdas - Diversos (i)	(192.794)	-	(204.952)	-	(218.851)	-
Total	17.331.967	100,00	16.671.983	100,00	16.467.234	100,00

(i) Provisão para perdas líquidas definitivas e indenizações de sinistros de financiamentos habitacionais.

(c.1) Outros créditos com características de concessão de crédito

Descrição	2009		2008
	31 de dezembro	30 de setembro	31 de dezembro
Devedores por compra de valores e bens	12.260	10.979	12.806
Direitos a receber de operações de venda ou transferências de ativos	11.136	12.757	-
Cartão de crédito	2.111.921	1.765.964	1.606.810
Governo do Estado da Bahia – EMBASA	42.233	66.186	130.621
Subtotal	2.177.550	1.855.886	1.750.237
Créditos por avais e fianças honradas	27.930	30.020	24.670
Total	2.205.480	1.885.906	1.774.907

(c.2) Outros créditos sem características de concessão de crédito

Descrição	2009		2008
	31 de dezembro	30 de setembro	31 de dezembro
Governo do Estado de Pernambuco - COMPESA (i)	-	241.884	241.884
Cartão de crédito	46.143	50.065	43.854
SAÚDE CAIXA	(6.912)	503	41.153
Aquisição de Royalties e compensações FI	59.146	29.428	-
Outros	7.689	4.223	1.836
Total	106.066	326.103	328.727

(i) Antecipação de recursos de privatização ao Governo do Estado de Pernambuco - COMPESA. Em 30.09.09 a operação por meio de contrato firmado entre as partes foi liquidada.

continua...

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2009
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

(c.3) Devedores diversos

Descrição	2009		2008
	31 de dezembro	30 de setembro	31 de dezembro
Valores a apropriar (iii)	743.053	549.599	558.998
Seguros a receber	110.929	121.671	129.009
Outros devedores	143.132	120.933	198.351
Créditos adquiridos	82.902	81.703	77.826
Total	1.080.016	873.906	964.184

(iii) Esses valores estão correlacionados a registros credores de mesma natureza indicados na (Nota nº 20 (c.3)).

(d) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa

De acordo com a Carta-Circular do BACEN nº 3.048/02, os títulos e créditos a receber estão classificados como “com característica de concessão de crédito” - R\$ 125.136 (2008 - R\$ 101.083) e “sem característica de concessão de crédito” - R\$ 0,00 (2008 - R\$ 241.884).

Descrição	2009		2008
	31 de dezembro	30 de setembro	31 de dezembro
Com característica de concessão de crédito	125.136	101.723	101.083
. Cartão de crédito	112.812	88.884	81.132
. Governo do Estado da Bahia – EMBASA	4.223	6.618	13.062
. Créditos por avais e fianças honradas	3.895	2.141	3.763
. Devedores por compra de valores e bens	4.095	3.952	3.126
. Direitos a receber de operações de venda ou transferência de ativos	111	128	-
Sem característica de concessão de crédito - COMPESA	-	241.884	241.884
Total	125.136	343.607	342.967

Nota 11 - Outros valores e bens

Descrição	2009		2008
	31 de dezembro	30 de setembro	31 de dezembro
Bens não de uso próprio (i)	719.501	715.433	778.538
. Imóveis patrimoniais não de uso	64.891	59.528	52.910
. Imóveis adjudicados/Arrematados	654.610	655.905	725.628
Despesas antecipadas (ii)	733.720	802.523	850.330
Material de consumo	29.021	24.303	22.403
Total	1.482.242	1.542.259	1.651.271

(i) Os bens não de uso referem-se, principalmente, aos imóveis adjudicados, imóveis recebidos em dação de pagamento de empréstimos e imóveis que não são mais usados nas operações da CAIXA, que são submetidos a teste de redução ao valor recuperável.

(ii) O montante relativo à “Despesas antecipadas”, refere-se sobretudo a antecipação das contribuições ordinárias ao FGC.

Nota 12 - Investimentos

(i) CAIXA SEGUROS S.A

A Caixa Seguros é considerada uma empresa coligada e a avaliação da participação da CAIXA na referida empresa é efetuada pelo método de equivalência patrimonial, conforme demonstra tabela abaixo:

Descrição	2009		2008
	31 de dezembro	30 de setembro	31 de dezembro
Investida			
Patrimônio líquido (A)	2.228.194	2.118.817	1.675.393
Capital social	1.000.000	1.000.000	600.000
Aumento de capital em aprovação	-	-	400.000
Quantidade de ações (B)	16.930.108	16.930.108	16.930.108
Retenção de lucros	651.553	651.553	468.213
Reserva de capital	-	42.812	42.812
Ganhos e perdas não realizados com TVM	12.744	9.874	(18.972)
Resultado do período	759.864	543.709	637.705
Dividendos	(92.597)	(129.131)	(356.561)
Juros sobre o capital próprio	(103.370)	-	(97.804)
Valor patrimonial da ação (A/B) - R\$ 1,00	132	125	99
Investimento			
Quantidade de ações possuídas	8.161.426	8.161.426	8.161.426
Participação societária (%)	48	48	48
Valor contábil do investimento	1.074.136	974.291	787.011
Resultado da equivalência	316.473	60.449	254.248
Dividendos propostos	44.638	-	39.264
Total	1.074.136	974.291	787.011

Durante o exercício de 2009 foram recebidos da CAIXA SEGUROS o montante de R\$ 96.986 (2008 - R\$ 47.492), referentes a juros sobre o capital próprio que estão registrados em conta de resultado, evidenciados no item de “outras receitas operacionais” (Nota 28).

(ii) Caixa Participações S/A

A Caixa Participações é subsidiária integral da Caixa Econômica Federal, constituída em 31 de março de 2009 com a integralização de R\$ 250.000, conforme deliberação e aprovação havida em 30 de janeiro de 2009, por meio da Ata 195, pelo Conselho de Administração por intermédio da Medida Provisória nº 443, de 21 de outubro de 2008, convertida na Lei nº 11.908, de 3 de março de 2009.

Em 03 de dezembro de 2009 a CAIXA integralizou o capital social da Caixa Participações no montante de R\$ 1.000.000 conforme demonstra a tabela abaixo:

Descrição	Participação CAIXA %	2009		2008
		31 de dezembro	30 de setembro	31 de dezembro
CAIXA PARTICIPAÇÕES	100	1.255.953	250.000	-
Total	100	1.255.953	250.000	-

Em 01 de dezembro de 2009, foi celebrado entre a CAIXA PARTICIPAÇÕES S/A e o Grupo Silvio Santos Participações Ltda contrato de compra e venda de ações para aquisição de 35,54% do total do capital social do Banco Panamericano S.A., por intermédio da aquisição de 64.621.700 ações ordinárias, equivalentes a 49% do capital social votante e 24.712.286 ações preferenciais equivalentes 21,97% das ações preferenciais do referido banco. O processo de aquisição encontra-se em fase aprovação pelo Banco Central do Brasil.

(iii) Os outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição e submetidos a testes de redução ao valor recuperável e estão apresentados a seguir:

Descrição	% Participação CAIXA	2009		2008
		31 de dezembro	30 de setembro	31 de dezembro
CIP - Câmara Interbancária de Pagamento	8,32	2.100	2.100	2.100
CIBRASEC - Cia Brasileira de Securitização	9,09	6.000	6.000	6.000
TECBAN - Tecnologia bancária	5,91	31.818	31.818	31.818
VISANET	1,14	65.824	65.824	65.824
Outros investimentos	-	7.093	7.339	11.252
Total		112.835	113.081	116.994

Nota 13 - Imobilizado de uso

Demonstrado ao custo de aquisição sendo que as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômico dos bens.

continua...



CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2009
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Descrição	2008	2009				
	31 de dezembro	Adições	Baixas	Depreciação	31 de dezembro	%
Imóveis de uso	960.786	32.970	(52.657)	(31.997)	909.102	49,41
- Edificações	675.418	27.136	(43.906)	(31.997)	626.651	34,06
- Terrenos	285.368	5.834	(8.751)	-	282.451	15,35
Imobilizações em curso	4.625	24	(4)	-	4.645	0,25
Instalações, móveis e equip. de uso	132.572	118.387	-	(56.518)	194.441	10,57
Sistema de comunicação	21.765	8.277	(2.493)	(5.245)	22.304	1,21
Sistema de processamento de dados	505.436	389.877	-	(237.028)	658.285	35,78
Sistema de transporte e segurança	37.221	50.028	-	(36.102)	51.147	2,78
Total	1.662.405	599.563	(55.154)	(366.890)	1.839.924	100

Em Dezembro de 2008, com base na Lei nº 11.638/07, a CAIXA adotou como saldo dos bens do ativo o valor reavaliado (valor da reavaliação R\$ 566.924 – Edificações; R\$ 229.998 – Terrenos) e alterou a vida útil econômica de imóveis de uso de 25 anos para 50 anos e sistema de segurança de 10 anos para 5 anos, conforme tabela abaixo:

	Prazo
Edificações	50 anos
Sistema de Segurança	5 anos
Sistema de Comunicação	10 anos
Sistema de processamento de dados	5 anos
Móveis e Equipamentos	10 anos

Com o índice de imobilização apurado de 13,82%, a CAIXA está enquadrada na forma definida pela Resolução do CMN nº 2.669/99, a qual estabelece o limite de 50% a partir de 31 de dezembro de 2002.

Nota 14 - Intangível

Em atendimento à Resolução do CMN nº 3.617/08, os saldos relativos a direitos de prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, saldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e projetos logiciais – Software, ambos registrados anteriormente no Ativo Diferido (Nota 15) foram transferidos para o Ativo Intangível. Para o item “aquisição de folha de pagamento” foi realizado o teste de redução ao valor recuperável pelo método do fluxo de caixa descontado

Descrição	2008	2009			
	31 de dezembro	Adições	Valor recuperável de ativos	Amortizações	31 de dezembro
Aquisição de folha de pagamento	488.946	361.799	(3.528)	(81.870)	765.347
Projetos logiciais - Software	2.415	19.471	-	(2.330)	19.556
Total	491.361	381.270	(3.528)	(84.200)	784.903

Nota 15 - Diferido

De acordo com a Resolução do CMN nº 3.617/08, os saldos existentes anteriores a edição dessa Resolução, posicionados em setembro de 2008, serão mantidos até a sua efetiva realização por amortização. Os valores de adições e baixas realizados após 30 de setembro de 2008, tiveram os seguintes procedimentos:

- Os gastos em imóveis de terceiros e as benfeitorias em imóveis próprios foram registrados em imobilizado de uso (Nota 13 - Edificações).
- Os gastos com projetos logiciais foram reclassificados para o ativo intangível (Nota 14).

Descrição	2008	2009		
	31 de dezembro	Baixas	Amortizações	31 de dezembro
Gastos em imóveis de terceiros	132.413	-	(56.335)	76.078
Gastos com projetos logiciais	79.148	-	(28.310)	50.838
Benfeitorias em imóveis próprios	58.703	-	(23.883)	34.820
Total	270.264	-	(108.528)	161.736

Nota 16 - Depósitos e captações no mercado aberto

a) Depósitos

Descrição	2009				2008	
	31 de dezembro	%	30 de setembro	%	31 de dezembro	%
Depósitos à Vista	16.714.242	9,25	14.084.936	7,60	13.216.430	7,98
Pessoas Físicas	6.248.121	3,46	5.374.553	2,90	5.008.770	3,03
Pessoas Jurídicas	7.774.612	4,30	6.752.703	3,64	5.973.114	3,61
Vinculados	830.224	0,46	812.234	0,44	747.482	0,45
Governo	1.335.344	0,74	781.636	0,42	1.046.996	0,63
Moedas Estrangeiras	4.793	0,00	18.362	0,01	9.262	0,01
Instituições do sistema Financeiro	14.870	0,01	13.028	0,01	14.826	0,01
Entidades públicas	472.634	0,26	309.667	0,17	390.075	0,24
Outros	33.644	0,02	22.753	0,01	25.905	0,02
Depósitos de Poupança	108.709.642	60,17	104.124.843	56,19	92.549.546	55,91
Pessoas Físicas	107.272.821	59,38	103.101.481	55,64	91.736.574	55,42
Pessoas Jurídicas	1.433.057	0,79	1.019.492	0,55	804.234	0,49
Vinculados	3.764	0,00	3.870	0,00	8.738	0,01
Depósitos Interfinanceiros	29.110	0,02	29.678	0,02	11.182	0,01
Depósitos a prazo	43.788.754	24,24	54.576.533	29,45	48.625.853	29,38
Depósitos a prazo em moeda nacional	22.945.396	12,70	22.381.093	12,08	18.310.143	11,06
Depósitos judiciais com remuneração	20.843.358	11,54	32.195.440	17,37	30.315.710	18,31
Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas (f)	11.312.425	6,26	12.399.686	6,69	11.510.306	6,65
Outras captações	115.548	0,06	85.571	0,05	116.827	0,07
Total	180.669.721	100,00	185.301.247	100,00	166.030.144	100,00
Passivo circulante	180.537.890	-	185.165.739	-	165.957.490	-
Passivo não circulante	131.831	-	135.508	-	72.654	-

(b) Depósitos por prazo de exigibilidade

Depósitos	2009						2008
	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 720 dias	Acima de 720 dias	31 de dezembro	30 de setembro
Depósitos à Vista	16.714.242	-	-	-	-	16.714.242	14.084.936
Depósitos de Poupança	108.709.642	-	-	-	-	108.709.642	104.124.843
Depósitos Interfinanceiros	-	15.591	13.519	-	-	29.110	29.678
Depósitos a prazo	20.843.358	1.056.054	3.186.064	8.900.837	9.802.441	43.788.754	54.576.533
Depósitos Judiciais	20.843.358	-	-	-	-	20.843.358	32.195.440
Aplicações	-	1.056.054	3.186.064	8.900.837	9.802.441	22.945.396	22.381.093
Depósitos especiais e de fundos e programas	11.312.425	-	-	-	-	11.312.425	12.399.686
Outras captações	115.548	-	-	-	-	115.548	85.571
Total	157.695.215	1.071.645	3.199.583	8.900.837	9.802.441	180.669.721	185.301.247
%	87,28	0,59	1,77	4,93	5,43	100,00	-

(c) Despesas de captações com depósitos

Descrição	2009				2008
	4º trimestre	3º trimestre	2º Semestre	Exercício de 31 de dezembro	Exercício de 31 de dezembro
Depósitos de Poupança	(1.573.322)	(1.573.028)	(3.146.350)	(6.405.207)	(6.130.820)
Depósitos Interfinanceiros	(578)	(457)	(1.035)	(1.992)	(182)
Depósitos a prazo CDB/RDB	(457.265)	(463.872)	(921.137)	(1.967.742)	(1.755.295)
Depósitos judiciais	(214.702)	(231.252)	(445.954)	(1.002.069)	(1.122.251)
Depósitos especiais e de fundos e programas (f.1)	(231.272)	(230.038)	(461.310)	(1.075.398)	(1.040.419)
Outras captações	(97.291)	(82.701)	(179.992)	(331.270)	(566.843)
Total	(2.574.430)	(2.581.348)	(5.155.778)	(10.783.678)	(10.615.810)

(d) Captações no mercado aberto

As captações no mercado aberto no montante de R\$ 65.036.181 (2008 - R\$ 51.202.769), estão garantidas por títulos do Governo Federal e têm suas operações realizadas no curto prazo.

continua...

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2009
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Descrição	2009		2008
	31 de dezembro	30 de setembro	31 de dezembro
Carteira Própria	35.700.150	24.076.571	24.901.534
Letras Financeiras do Tesouro	6.963.102	13.877.996	22.364.475
Letras do Tesouro Nacional	14.062.764	7.274.235	2.537.059
Notas do Tesouro Nacional	14.674.284	2.924.340	-
Carteira de Terceiros	29.336.031	43.747.281	26.301.235
Letras Financeiras do Tesouro	5.279.745	8.784.053	5.399.602
Letras do Tesouro Nacional	5.247.537	15.072.399	15.573.588
Notas do Tesouro Nacional	18.808.749	19.890.829	5.328.045
Total	65.036.181	67.823.852	51.202.769
Passivo circulante	65.036.181	67.823.852	51.202.769
Passivo não circulante	-	-	-

(e) Despesas de Captações no mercado aberto

Descrição	2009				2008
	4º trimestre	3º trimestre	2º Semestre	Exercício de 31 de dezembro	Exercício de 31 de dezembro
Carteira Própria	(588.067)	(541.371)	(1.129.438)	(2.424.814)	(3.202.610)
Carteira de Terceiros	(885.291)	(810.805)	(1.696.096)	(3.658.300)	(2.117.423)
Total	(1.473.358)	(1.352.176)	(2.825.534)	(6.083.114)	(5.320.033)

(f) Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas

Os depósitos especiais e de fundos e programas são compostos pelos depósitos do FGTS e de outros fundos e programas. Os depósitos do FGTS são atualizados pela taxa SELIC, conforme Resoluções do Conselho Curador do FGTS nºs 279 e 295/98. Os depósitos especiais que possuem remuneração (FAS, FISANE e PRODEC) são atualizados pela TR. Os depósitos do PIS são atualizados com base em taxa calculada pelo BACEN. A seguir, descrevemos a remuneração dos depósitos especiais e de fundos e programas (f.1):

Descrição	2009				2008	
	31 de dezembro	%	30 de setembro	%	31 de dezembro	%
Depósitos - FGTS	4.359.428	38,54	5.930.914	47,8	4.604.303	40,00
Depósitos - Especiais com remuneração	1.474.918	13,25	1.455.364	11,7	1.405.517	12,21
Depósitos - FAT (f.2)	3.880.478	34,31	3.841.620	31,00	4.257.218	36,99
Depósitos - FISANE	6.519	0,06	6.422	0,05	4.446	0,04
Depósitos - PRODEC	38.995	0,34	38.152	0,31	36.606	0,32
Depósitos - PIS	106.788	0,94	138.249	1,11	58.203	0,51
Depósitos - FIEL	54.291	0,48	53.421	0,43	50.639	0,44
Depósitos - FGS	135.467	1,20	99.338	0,80	131.194	1,14
Depósitos - FAR	56.997	0,50	178.757	1,44	190.387	1,65
Depósitos - FDS	350.744	3,10	147.314	1,19	116.503	1,01
Depósitos - Profrota pesqueira	45.860	0,41	44.920	0,36	41.723	0,36
Depósitos - FAS	4.646	0,04	3.505	0,03	10.308	0,09
Depósitos - PREVHAB	371.964	3,29	364.594	2,94	502.341	4,36
Saúde CAIXA	98.266	0,87	61.867	0,50	80.135	0,70
Outros	327.064	2,68	35.249	0,28	20.813	0,18
Total	11.312.425	100,00	12.399.686	100,00	11.510.306	100,00
Passivo circulante	11.312.425	-	12.399.686	-	11.510.306	-
Passivo não circulante	-	-	-	-	-	-

(f.1) Despesas com depósitos especiais e de fundos e programas

Descrição	Taxa de Remuneração	2009				2008
		4º trimestre	3º trimestre	2º Semestre	Exercício de 31 de dezembro	Exercício de 31 de dezembro
Depósitos - FGTS	Selic	(121.550)	(108.434)	(229.984)	(499.863)	(514.552)
Depósitos - FAT	Selic e TJLP	(57.923)	(58.110)	(116.033)	(245.340)	(255.899)
Depósitos - FISANE	TR	(98)	(101)	(199)	(387)	(15.927)
Depósitos - PRODEC	TR + Juros 0,4868% a.m.	(663)	(577)	(1.240)	(2.414)	(3.596)
Depósitos - PIS	Extra mercado	(14.013)	(20.024)	(34.037)	(84.658)	(140.082)
Depósitos - FIEL	TRPRE + Juros 0,50% a.m.	(835)	(859)	(1.694)	(3.510)	(3.709)
Depósitos - FGS	Selic fator dia/Extra mercado	(2.274)	(1.778)	(4.052)	(10.330)	(7.028)
Depósitos - FAR	selic	(1.840)	(3.095)	(4.935)	(15.478)	(5.289)
Depósitos - FDS	Selic fator dia	(3.084)	(3.164)	(6.248)	(13.231)	(9.098)
Depósitos - Profrota pesqueira	Selic fator dia	(941)	(964)	(1.905)	(4.142)	(4.084)
Depósitos - FAS	TR	(2)	(4)	(6)	(55)	(140)
Depósitos - PREVHAB	selic	(8.546)	(8.800)	(17.346)	(113.929)	-
Depósitos - Caução	TR	(5.993)	(6.363)	(12.356)	(26.270)	(30.009)
Outros	-	(13.510)	(17.765)	(31.275)	(55.791)	(51.006)
Total	-	(231.272)	(230.038)	(461.310)	(1.075.398)	(1.040.419)

(f.2) Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas - FAT

Descrição	2009		2008
	31 de dezembro	30 de setembro	31 de dezembro
Depósitos - FAT (f)	3.880.478	3.841.620	4.257.218
- Programa de Geração de Emprego e Renda	2.747.763	2.652.679	2.936.796
- Habitação	293.465	336.623	428.191
- Outras linhas de crédito (Inclusão digital e BCD - Bens de consumo duráveis e infra-estrutura)	839.250	852.318	892.231
Recursos livres para aplicação	327.219	272.642	602.540
Saldos de recursos aplicados	3.553.259	3.568.978	3.654.678
Passivo circulante	3.880.478	3.841.620	4.257.218
Passivo não circulante	-	-	-

Nota 17 - Recursos de letras hipotecárias e de letras de crédito imobiliário

Papel	Indexador	2009				2008	
		Prazo mínimo de resgate				31 de dezembro	31 de dezembro
		3 meses	12 meses	3 anos	5 anos		
LH	IGP-M	-	10.177	-	451.436	461.613	449.587
LH	INPC	-	-	-	10.072	10.072	9.727
LH	TR	-	-	-	41.843	41.843	44.187
LCI	IGP-M	-	-	35.481	6.533	42.014	42.038
LCI	INPC	-	-	33.043	-	33.043	32.772
LCI	TR	15.527	1.871.329	-	-	1.886.856	1.341.799
Total		15.527	1.881.506	68.524	509.884	2.475.441	1.920.110
Passivo circulante						1.897.033	1.341.818
Passivo não circulante						578.408	578.292
							1.225.342

Sobre os recursos de letras hipotecárias e de crédito imobiliário incidem encargos financeiros equivalentes à Taxa Referencial (TR), IGP-M ou INPC.

As emissões de LCI em TR incluindo todas as operações originais com swap têm juros médios de 86,20% do CDI e têm prazo mínimo de resgate de três meses.

As emissões de LH em IGP-M, INPC e TR são acrescidas de juros médios de 10,99%, 11,20% e 6,14% ao ano, respectivamente, sem resgate.

As emissões de LCIs indexadas ao IGP-M e INPC são acrescidas de juros médios de 10,98% e 11,00% ao ano, respectivamente, sem resgate.

Nota 18 - Obrigações por empréstimos

Os empréstimos tomados no exterior estão sujeitos a juros de até 3,00% ao ano e a variação cambial da moeda a que estão vinculados. Substancialmente, nossas operações estão atreladas a dólares norte-americanos, com vencimentos até 2013, cujo saldo em 31 de dezembro de 2009, monta a R\$ 9.524 (2008 - R\$ 16.974).

Nota 19 - Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais

Compostas, principalmente por recursos repassados pelo FGTS para aplicação em operações de infra-estrutura, desenvolvimento urbano e crédito imobiliário, estão sujeitas à atualização monetária, de acordo com a variação da Taxa Referencial (TR), e à incidência de juros médios de 6,17% ao ano. O prazo médio para o vencimento das operações é de 8 anos.

Descrição	2009		2008
	31 de dezembro	30 de setembro	31 de dezembro
FGTS	37.857.482	34.569.505	26.954.719
BNDES	2.467.753	2.338.720	1.377.309
Tesouro Nacional - PIS	567.701	528.861	590.816
Outras instituições	217.044	214.155	197.682
Total	41.109.980	37.651.241	29.120.526
Passivo circulante	-	-	-
Passivo não circulante	41.109.980	37.651.241	29.120.526

continua...



CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2009

SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

(a) Despesas com obrigações por repasses do País - Instituições oficiais

Descrição	2009				2008
	4º trimestre	3º trimestre	2º Semestre	Exercício de 31 de dezembro	Exercício de 31 de dezembro
FGTS	(675.523)	(630.168)	(1.305.691)	(2.561.435)	(2.237.882)
BNDES	(31.950)	(29.293)	(61.243)	(117.685)	(67.456)
Tesouro Nacional - PIS	(8.817)	(8.356)	(17.173)	(37.929)	(34.780)
Outras instituições	(7.509)	(8.038)	(15.547)	(37.564)	(48.042)
Total	(723.799)	(675.855)	(1.399.654)	(2.754.613)	(2.388.160)

Nota 20 - Outras obrigações

(a) Fiscais e previdenciárias

Descrição	2009				2008	
	31 de dezembro	%	30 de setembro	%	31 de dezembro	%
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	78.336	6,64	146.246	12,00	78.811	4,60
Imposto de Renda	-	-	43.272	3,56	-	-
Contribuição Social	-	-	18.864	1,55	-	-
COFINS	67.498	5,72	72.453	5,96	67.896	3,97
PASEP	10.838	0,92	11.657	0,96	10.915	0,64
Impostos e contribuições a recolher	337.343	28,60	295.950	24,30	283.953	16,59
Sobre salários	204.177	17,31	195.124	16,00	186.112	10,87
Sobre serviços	133.166	11,29	100.826	8,29	97.841	5,71
Impostos e contribuições diferidos	273.835	23,22	321.476	26,40	265.651	15,52
IR sobre reserva de reavaliação - Edificações	132.853	11,27	135.450	11,10	141.731	8,28
CS sobre reserva de reavaliação - Edificações	79.712	6,76	81.270	6,68	85.039	4,97
IR sobre ajustes ao valor de mercado - Títulos disponíveis para venda	14.918	1,26	11.764	0,97	-	-
CS sobre ajustes ao valor de mercado - Títulos disponíveis para venda	8.951	0,76	7.059	0,58	-	-
IR sobre ajustes ao valor de mercado - Títulos para negociação	4.442	0,38	35.508	2,92	15.539	0,91
CS sobre ajustes ao valor de mercado - Títulos para negociação	2.665	0,23	21.305	1,75	9.324	0,54
Contratos futuros	5.848	0,50	1.254	0,10	-	-
PASEP	24.446	2,07	27.866	2,29	14.018	0,82
Provisão para riscos fiscais (Nota nº 32 (a))	489.826	41,53	452.893	37,2	1.083.640	63,29
PASEP	-	-	-	-	683.146	39,9
INSS	240.331	20,38	208.149	17,1	237.993	13,9
ISS	109.926	9,32	101.780	8,37	29.960	1,75
IRPJ/CSLL	116.499	9,88	114.885	9,44	104.149	6,08
Outros	23.070	1,96	28.079	2,31	28.392	1,66
Total	1.179.340	100,00	1.216.565	100,00	1.712.055	100,00
Passivo circulante	966.775	-	999.845	-	1.485.285	-
Passivo não circulante	212.565	-	216.720	-	226.770	-

(b) Recursos para destinação específica

Referem-se às obrigações decorrentes de recursos de operações relacionadas com loterias, obrigações decorrentes de recursos de fundos e programas sociais geridos pela Instituição e recursos de fundos ou programas especiais alimentados com recursos do Governo ou entidades públicas, administradas pela Instituição.

Descrição	2009				2008	
	31 de dezembro	%	30 de setembro	%	31 de dezembro	%
Obrigações de operações com loterias	767.888	18,68	418.021	11,83	345.200	7,51
Obrigações por fundos e programas sociais	2.392.444	58,21	2.369.673	67,09	3.182.721	69,29
FGTS	1.600.864	38,95	1.555.917	44,05	2.442.303	53,17
FIES	17.067	0,42	21.277	0,60	41.627	0,91
Bolsa Família	80.268	1,95	270.052	7,65	209.556	4,56
Programa de Subsídio à Habitação (PSH)	373.906	9,10	379.476	10,74	357.267	7,78
PRONASCI	76.143	1,85	27.823	0,79	44.253	0,96
PRODEC	18.300	0,45	18.684	0,53	17.738	0,39
Outros fundos e programas	225.896	5,50	96.444	2,73	69.977	1,52
Obrigações por fundos financeiros de desenvolvimento	949.679	23,11	744.381	21,07	1.065.739	23,20
PIS	648.696	15,78	707.884	20,04	963.060	20,96
FAT	299.663	7,29	35.162	1,00	102.539	2,24
Outros	1.320	0,03	1.335	0,03	140	-
Total	4.110.011	100,00	3.532.075	100,00	4.593.660	100,00
Passivo circulante	4.110.011	100,00	3.532.075	-	4.593.660	-
Passivo não circulante	-	-	-	-	-	-

(c) Diversas

Descrição	2009				2008	
	31 de dezembro	%	30 de setembro	%	31 de dezembro	%
Obrigações por contribuições ao SFH	112.877	0,59	112.520	0,60	111.387	0,69
Obrigações por convênios oficiais	219.651	1,14	247.672	1,40	215.730	1,34
Obrigações por prestação de serviços de pagamento	72.056	0,37	40.907	0,20	22.675	0,14
Provisão para pagamentos a efetuar (c.1)	7.155.635	37,20	7.249.242	40,00	6.393.816	39,70
Provisão para passivos contingentes (c.2)	5.959.990	31,00	5.732.422	32,00	4.988.590	30,97
Crédito imobiliário	350.455	1,82	309.157	1,70	227.556	1,41
Recursos vinculados a operações de crédito (i)	158.132	0,82	116.966	0,60	-	-
Recursos do FGTS para amortizações	49.931	0,26	45.440	0,30	2.815	0,02
Credores diversos - Exterior	4	0,00	-	-	230	0,00
Credores diversos - País (c.3)	5.143.637	26,80	4.344.682	24,00	4.143.023	25,72
Total	19.222.368	100	18.199.008	100	16.105.822	100
Passivo circulante	19.222.368	-	18.199.008	-	16.105.822	-
Passivo não circulante	-	-	-	-	-	-

(c.1) Provisão para pagamentos a efetuar

Descrição	2009		2008
	31 de dezembro	30 de setembro	31 de dezembro
Despesas de pessoal	1.295.169	1.541.616	1.158.604
Benefícios pós-emprego - NPC 26 (Nota nº 34(g))	5.534.092	5.401.905	4.989.585
SAÚDE CAIXA	4.766.048	4.633.836	4.234.482
Auxílio e cesta alimentação	725.420	723.715	712.423
PREVHAB	42.624	44.354	42.680
Outros pagamentos	326.374	305.721	245.627
Total	7.155.635	7.249.242	6.393.816

(c.2) Provisão para passivos contingentes

Descrição	2009		2008
	31 de dezembro	30 de setembro	31 de dezembro
Provisão para contingências (Nota nº 32)	5.959.990	5.732.422	4.988.590
Trabalhistas	2.426.990	2.517.682	1.694.646
Ações judiciais cíveis	3.173.779	3.036.260	3.129.757
Outras	359.221	178.480	164.187
Total	5.959.990	5.732.422	4.988.590

continua...

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2009
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

(c.3) Credores diversos – País

Descrição	2009		2008
	31 de dezembro	30 de setembro	31 de dezembro
Cartões de crédito	2.118.344	1.779.304	1.628.795
Contas a pagar	502.068	369.395	530.905
Empresa Gestora de Ativos (EMGEA) (ii)	308.979	310.276	267.549
Créditos adquiridos	405.547	393.681	398.932
Valores a apropriar (Nota nº 10(c.3))	930.068	606.396	545.369
Outros credores diversos	878.631	885.630	771.473
Total	5.143.637	4.344.682	4.143.023

(i) Recursos vinculados a operações de crédito

Referem-se aos recursos apropriados nas contas vinculadas a operações de crédito em nome de clientes, não movimentadas por estes e remunerados com os mesmos encargos incidentes nas respectivas operações.

(ii) Empresa Gestora de Ativos (EMGEA)

Referem-se aos valores financeiros de prestação de contas das arrecadações e contratos recebidos.

(d) Dívidas subordinadas elegíveis a capital

Nos termos da Resolução do CMN nº 2.837/01, foi convertida, em 11 de outubro de 2005, parte da dívida existente referente às obrigações de empréstimos da CAIXA junto ao FGTS em dívida subordinada, utilizado no cálculo dos limites de Basileia. Essa operação foi aprovada pelo BACEN em outubro de 2005 e apresenta o montante de R\$ 4.750.992 (2008 – R\$ 4.433.719). O início do retorno da dívida ora contratada será a partir de 20 de março de 2013. O prazo de carência de 88 meses para pagamento da dívida subordinada se estenderá até 20 de fevereiro de 2013 e será automaticamente prorrogado em caso de desenquadramento da CAIXA em relação ao mínimo de capitalização exigido pela legislação vigente, a partir de 20 de março de 2013, ou no caso de o próprio pagamento gerar desenquadramento. Sobre o valor total da dívida, durante o período de carência ou de desenquadramento, incidirão atualização monetária e juros capitalizados mensalmente, calculados à taxa de 6,125%, correspondente à taxa efetiva de 6,300% ao ano, que equivalem à taxa média contemplada nos contratos vigentes.

(e) Instrumentos híbridos de capital e dívida elegíveis a capital

A União foi autorizada, por meio da Medida Provisória nº 347, de 22 de janeiro de 2007, convertida em Lei sob o nº 11.485/07, a conceder crédito à CAIXA no valor de R\$ 5.200.000, em condições financeiras e contratuais que permitam o enquadramento da operação como instrumento híbrido de capital e dívida, conforme definido pela Resolução do CMN nº 3.444/07, objetivando a ampliação de seus limites operacionais. A concessão foi formalizada em 24 de maio de 2007, por meio de contrato particular, celebrado entre a União e a CAIXA, e o crédito financeiro foi integralizado em 13 de junho de 2007. O BACEN, por meio do Ofício Deorf/ Cofin II 2007/5808, de 2 de julho de 2007, autorizou a CAIXA a considerar elegíveis ao nível II de capital os recursos ora contratados. A dívida não possui data de vencimento. Mensalmente são incorporados ao saldo devedor e pagos anualmente de acordo com as premissas do contrato, juros à taxa efetiva média anual da primeira etapa (cash) dos leilões de Notas do Tesouro Nacional, série B, com vencimento em 15 de maio de 2045, ponderadas pelas quantidades desses títulos negociadas pelo Tesouro Nacional nos leilões imediatamente anteriores à data de liberação de cada uma das parcelas, incidente sobre o valor nominal atualizado da dívida, e atualização monetária calculada com base na variação do IPCA. O valor dos instrumentos híbridos de capital e dívida elegível a capital no montante de R\$ 730.295 (2008 - R\$ 488.012) refere-se à atualização monetária e juros. No ano de 2009 foi pago ao Tesouro Nacional o montante de R\$ 167.719 de juros.

Em 13 de outubro de 2009 por meio da medida provisória nº 470 uma nova contratação de crédito entre a CAIXA e a União foi autorizada no montante de até R\$ 6.000.000. No 4º trimestre de 2009, houve a liberação de R\$ 2.000.400, tendo o valor de R\$ 36.151 referente à atualização monetária e juros. O BACEN, por meio do Ofício Deorf/Cofin I 2009/10136, de 13 de novembro de 2009, autorizou a CAIXA a considerar a referida captação elegível ao nível I, até o limite regulamentar, e o restante no capital nível II, na categoria de instrumento híbrido de capital e dívida ora contratados.

Nota 21 - Patrimônio líquido

(a) Capital social

Conforme o Decreto nº 6.473 de 05 de junho de 2008, que aprovou o novo Estatuto da CAIXA, em seu art. 6º, foi instituído o valor de Capital Autorizado no montante de R\$ 13.562.433 e em seu art. 7º foi aprovado o Capital Social no montante de R\$ 9.292.000, exclusivamente integralizado pela União Federal.

O montante de R\$ 2.384.683 de aumento de capital em andamento, aprovado pelo Conselho de Administração, foi efetuado mediante a incorporação do saldo de reservas de loterias no montante de R\$ 397.982 e o saldo de lucros acumulados do corrente ano no montante de R\$ 1.986.701, conforme Circular BACEN nº 2.750, de 09/04/1997.

(b) Enquadramento nos níveis exigidos pela Resolução do CMN nº 2.099/94 (Acordo de Basileia)

Conforme determinações da Resolução do CMN nº 2.099/94 e regulamentações posteriores, que estabelecem os níveis mínimos de patrimônio de referência para as instituições financeiras, com base nos volumes de suas operações, a CAIXA apresenta índice de 17,49% (Nota 35 b), sendo o mínimo exigido no Brasil de 11%.

(c) Reservas de capital e de lucros

As reservas de lucros são constituídas por reserva legal, calculada à base de 5% sobre o lucro líquido, reserva para incorporação ao capital proveniente dos resultados com a administração das loterias e reserva de margem operacional.

Descrição	2009		2008
	31 de dezembro	30 de setembro	31 de dezembro
Reservas de Reavaliação	509.236	530.503	551.197
Reservas de Lucros	918.677	1.112.784	2.874.477
Reserva legal	918.677	826.568	768.692
Reservas estatutárias	-	286.216	2.105.785
Reservas de loterias	-	286.216	174.724
Reservas de margem operacional	-	-	1.931.061

(d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

São assegurados à União dividendos sobre o lucro líquido ajustado, conforme dispõe o Decreto nº 2.673/98, de no mínimo, 25%. No exercício findo em 31 de dezembro de 2009 foram provisionados dividendos correspondentes a 25,00% do lucro líquido ajustado no montante de R\$ 662.233 (2008 - R\$ 1.573.488), sendo R\$ 34.666 (2008 - R\$ 956.430) de dividendos e R\$ 627.567 (2008 – R\$ 617.058) referentes a juros sobre o capital próprio, calculados sobre o patrimônio líquido, limitados à variação pro rata dia da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), conforme previsto no artigo 9º da Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995, que reduziu a despesa de imposto de renda e contribuição social em, aproximadamente, R\$ 251.027 (2008 – R\$ 219.342).

Descrição	2009	2008
Lucro líquido	2.999.706	3.883.289
Ajustes de exercícios anteriores		(30.676)
Reserva legal	(149.985)	(194.164)
Realização de reserva	22.471	18.866
Reserva de loterias	(223.258)	(174.724)
Base para cálculo dos dividendos	2.648.934	3.502.591
Dividendos propostos	662.233	1.573.488
Juros sobre o capital próprio	627.567	617.058
Dividendos	34.666	956.430

Conforme Ofício nº 2031/2009/PGFN-CRE e despacho do Ministério da Fazenda nº 10951.000891/2009 – 55, foi repassado em 31 de agosto de 2009 o valor de R\$ 2.065.279 referente ao pagamento de dividendos relativos ao ano de 2008 no montante de R\$ 1.931.061 e correção do referido valor no montante de R\$ 134.217.

Nota 22 - Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

(a) Créditos tributários

A rubrica “Créditos tributários” possui como valores relevantes:

continua...



CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2009
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

- Créditos de CSLL, referentes aos períodos de apuração encerrados até dezembro de 1998, constituídos à alíquota de 18%, tendo como base o art. 8º da Medida Provisória nº. 2.158-35/01;
- Créditos de IRPJ, decorrentes de prejuízos fiscais imprescritíveis acumulados e diferenças temporárias, à alíquota de 25% e;
- Créditos de CSLL originários de base de cálculo negativa e diferenças temporárias apuradas a partir de 1999, à alíquota de 15%.

O crédito tributário constituído é de R\$ 9.403.787 (2008 - R\$ 8.891.422) para o IRPJ, de R\$ 4.855.822 (2008 - R\$ 4.608.893) para a CSLL, totalizando o montante de R\$ 14.259.609 (2008 - R\$ 13.500.315), com provisão para realização desses créditos no valor de R\$ 5.222.371 (2008 - R\$ 5.279.673), resultando em um total de créditos tributários líquidos de provisão de R\$ 9.037.238 (2008 - R\$ 8.220.642).

A CAIXA realizou estudo técnico quanto à expectativa de realização de créditos tributários em 10 anos e, com base nos resultados obtidos, determinou-se a constituição de provisão para o crédito de Prejuízo Fiscal no montante R\$ 148.717 no exercício de 2009. No que tange à evolução de créditos de diferenças temporárias, apurou-se constituição no montante de R\$ 1.057.221, equivalente a IRPJ e CSLL.

Valor contábil

Ano de realização	Prejuízo Fiscal	Base Negativa 15%	Crédito à 18% - 1998	Diferença Temporal	TOTAL
2010	157.701	94.621	66.234	2.006.349	2.324.906
2011	162.913	97.748	68.424	1.716.114	2.045.199
2012	178.441	107.064	74.945	1.591.479	1.951.929
2013	186.407	111.844	78.291	250.973	627.515
2014	132.059	16.223	55.465	241.904	445.650
2015 a 2019	936.931	0	89.609	615.500	1.642.040
TOTAL	1.754.452	427.500	432.967	6.422.318	9.037.238

Valor presente

Ano de realização	Prejuízo Fiscal	Base Negativa 15%	Crédito à 18% - 1998	Diferença Temporal	TOTAL
2010	148.076	88.846	62.192	1.883.896	2.183.010
2011	143.365	86.019	60.213	1.510.192	1.799.789
2012	147.445	88.467	61.927	1.315.035	1.612.874
2013	144.627	86.776	60.743	194.721	486.868
2014	96.388	11.841	40.483	176.561	325.272
2015 a 2019	560.103	0	60.442	423.407	1.043.952
TOTAL	1.240.003	361.948	346.000	5.503.813	7.451.764

(d) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

DESCRIÇÃO	2009						2008			
	4º Trimestre		3º Trimestre		2º Semestre		Acumulado 31 de dezembro		Acumulado 31 de dezembro	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado Antes dos Tributos e Participações	1.986.546	1.986.546	763.489	763.489	2.750.035	2.750.035	2.750.035	2.750.035	3.082.535	3.082.535
Ajuste de tributos diferidos	25.019	25.019	(25.019)	(25.019)	-	-	-	-	-	-
Resultado após ajustes	2.011.565	2.011.565	738.470	738.470	2.750.035	2.750.035	2.750.035	2.750.035	3.082.535	3.082.535
Encargo total do IRPJ (25%) E CSLL (15%)	(502.874)	(301.735)	(184.611)	(110.770)	(687.485)	(412.505)	(687.485)	(412.505)	(770.610)	(325.097)
Efeitos tributários das adições e exclusões	298.478	178.473	(30.764)	(19.339)	267.714	159.134	267.714	159.134	158.076	65.826
Juros sobre o capital próprio	133.536	80.121	23.356	14.014	156.892	94.135	156.892	94.135	154.265	65.078
Participações dos empregados nos lucros	59.124	35.474	53.373	32.024	112.497	67.498	112.497	67.498	108.169	45.632
Ativo Fiscal IRPJ e CSLL Diferido	3.526	(44.906)	41.596	91.692	45.122	46.786	45.122	46.786	105.037	75.767
Incentivo Fiscal	2.549	48.815	3.140	(48.815)	5.689	-	5.689	-	8.725	-
Reserva de Reavaliação	7.677	4.606	1.644	987	9.321	5.593	9.321	5.593	6.422	3.338
Despesa corrente	2.018	849	(92.267)	(40.208)	(90.249)	(39.359)	(90.249)	(39.359)	(229.916)	(69.458)
Despesa diferida/Marcação a mercado	(12.653)	(7.592)	20.573	12.344	7.920	4.752	7.920	4.752	-	-
Despesa total	(10.635)	(6.742)	(71.694)	(27.864)	(82.329)	(34.606)	(82.329)	(34.606)	(229.916)	(69.458)

No decorrer do exercício de 2009 observou-se a realização de créditos tributários no montante de R\$ 91.908.

(b) Origem dos créditos tributários

Descrição	2009				2008	
	31 de dezembro		30 de setembro		31 de dezembro	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.595.874	1.373.075	2.510.786	1.320.199	2.097.889	1.113.755
Provisão SFH	812.649	487.590	836.891	502.135	868.112	520.867
Provisão para contingências	1.582.881	949.728	1.517.168	910.301	1.491.612	894.967
Outros	787.043	381.978	896.248	449.669	808.654	396.250
Provisão SAÚDE CAIXA - NPC 26	1.191.512	714.907	1.158.459	695.075	1.058.621	635.172
Ajuste a Valor de Mercado	146.795	88.077	187.689	112.614	234.380	140.628
Subtotal das diferenças temporárias	7.116.754	3.995.355	7.107.242	3.989.992	6.559.268	3.701.639
Prejuízo fiscal	2.973.570	-	2.973.570	-	2.973.570	-
Baixas até o período	(686.537)	-	(730.100)	-	(641.415)	-
Base negativa até 2000	-	701.139	-	701.139	-	701.139
Baixas até o período	-	(273.639)	-	(300.054)	-	(246.118)
Crédito a 18% - 1998	-	624.515	-	624.515	-	624.515
Baixas até o período	-	(191.547)	-	(210.038)	-	(172.283)
Total dos créditos tributários	9.403.787	4.855.822	9.350.712	4.805.554	8.891.422	4.608.893

(c) Movimentação do crédito tributário

Descrição	Valor Bruto	Provisão	Total
Saldo em 31.12.2008	13.500.315	(5.279.673)	8.220.642
Constituição no Período	908.504	-	908.504
Reversão de Provisão	(57.302)	57.302	-
Realização do Crédito Tributário IRPJ	(45.122)	-	(45.122)
Realização do Crédito Tributário CSLL	(27.521)	-	(27.521)
Baixa de Crédito Tributário - Ano 2002 MP 2.158-35/01	(19.265)	-	(19.265)
Saldo em 31.12.2009	14.259.609	(5.222.371)	9.037.238

continua...

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2009
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Nota 23 - Receitas de intermediação financeira

Descrição	2009				2008
	4º Trimestre	3º trimestre	2º Semestre	Exercício de 31 de dezembro	Exercício de 31 de dezembro
Operações compromissadas	975.510	932.078	1.907.588	4.359.821	2.406.560
Operações com instituições financeiras	13.321	15.514	28.835	57.976	19.575
Empréstimos e financiamentos com clientes	3.920.462	3.634.205	7.554.667	14.247.734	10.904.131
Ativos financeiros disponíveis para venda	103.231	166.304	269.535	500.245	819.729
Instrumentos financeiros derivativos	(12.013)	(808)	(12.821)	(400.212)	(341.723)
Ativos financeiros mantidos para negociação	830.824	756.535	1.587.359	3.750.637	3.925.190
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	2.024.076	1.957.594	3.981.670	8.949.101	10.288.037
Depósitos compulsórios junto ao Banco Central	340.818	326.152	666.970	1.329.431	2.356.084
Juros de ativos financeiros – FCVS	397.100	459.302	856.402	1.737.115	1.895.767
Outras	4.923	5.384	10.307	22.787	25.583
Total	8.598.252	8.252.260	16.850.512	34.554.635	32.298.933

Nota 24 - Despesas de intermediação financeira

Descrição	2009				2008
	4º trimestre	3º trimestre	2º Semestre	Exercício de 31 de dezembro	Exercício de 31 de dezembro
Operações com instituições financeiras	(577)	(457)	(1.034)	(1.992)	(182)
Outros depósitos especiais e fundos e programas	(231.272)	(230.038)	(461.310)	(1.075.398)	(1.040.419)
Operações compromissadas	(1.473.358)	(1.352.177)	(2.825.535)	(6.083.114)	(5.320.033)
Empréstimos, cessões e repasses	(723.799)	(675.855)	(1.399.654)	(2.754.613)	(2.388.160)
Operações com clientes	(2.342.581)	(2.350.852)	(4.693.433)	(9.706.288)	(9.575.209)
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	(1.016.957)	(984.817)	(2.001.774)	(3.900.761)	(3.140.980)
Reversões de Provisões para créditos de liquidação duvidosa	226.339	2.287	228.626	579.980	451.279
Resultado de câmbio	(586)	(828)	(1.414)	(3.863)	-
Total	(5.562.791)	(5.592.737)	(11.155.528)	(22.946.049)	(21.013.704)

Nota 25 - Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias

Descrição	2009				2008
	4º Trimestre	3º trimestre	2º Semestre	Exercício de 31 de dezembro	Exercício de 31 de dezembro
Administração do FGTS	565.876	544.221	1.110.097	2.162.238	2.150.758
Administração do FCVS	22.493	20.302	42.795	87.215	93.151
Administração do PIS	13.855	21.406	35.261	53.396	55.585
Administração das loterias	210.237	195.499	405.736	724.258	569.642
Administração do FIES	25.934	24.992	50.926	103.813	76.573
Pagamento abono salarial - PIS	7.048	45.311	52.359	53.670	45.507
Seguro-Desemprego	11.855	13.704	25.559	55.231	36.302
Orçamento Geral da União (OGU)	23.103	31.966	55.069	74.350	67.631
Bolsa Família	59.244	61.433	120.677	238.099	240.726
INSS – Tarifas de arrecadação e pagamento	14.547	13.224	27.771	53.434	50.212
Administração de fundos de investimento	252.864	253.149	506.013	952.515	791.982
Tarifas de convênios	272.787	274.778	547.565	1.092.573	1.001.528
Serviços de compensação e outros papéis	83	80	163	347	25.768
Tarifas sobre manutenção de conta corrente	21.119	26.122	47.241	104.393	145.973
TAC	91.636	92.273	183.909	344.952	321.383
Cartão de crédito	131.793	123.297	255.090	347.742	279.651
Cobrança de títulos	101.154	96.823	197.977	374.083	306.484
EMGEA – Administração de Contratos	66.699	67.440	134.139	269.632	282.765
Taxa de risco – Agente financeiro	47.417	38.427	85.844	157.277	121.890
Outros serviços	234.306	224.310	458.616	747.199	301.575
Subtotal	2.174.050	2.168.757	4.342.807	7.996.417	6.965.086
Rendas de tarifas bancárias	214.968	202.206	417.174	769.987	527.069
Pessoa Física	175.567	166.216	341.783	629.565	424.483
Pessoa Jurídica	39.401	35.990	75.391	140.422	102.586
Total de prestação de serviços e tarifas bancárias	2.389.018	2.370.963	4.759.981	8.766.404	7.492.155

Nota 26 - Despesas com pessoal

Descrição	2009				2008
	4º trimestre	3º trimestre	2º Semestre	Exercício de 31 de dezembro	Exercício de 31 de dezembro
Despesas com pessoal					
Proventos	(1.600.942)	(1.427.534)	(3.028.476)	(5.786.470)	(5.339.637)
Salários e proventos	(1.488.753)	(1.318.166)	(2.806.919)	(5.336.232)	(4.902.841)
Indenizações trabalhistas	(112.189)	(109.368)	(221.557)	(450.238)	(436.796)
Benefícios	(361.780)	(285.933)	(647.713)	(1.196.078)	(1.271.401)
Encargos sociais:	(531.176)	(504.226)	(1.035.402)	(1.998.658)	(1.731.913)
FGTS	(104.314)	(100.609)	(204.923)	(395.612)	(349.166)
Previdência social	(339.206)	(325.507)	(664.713)	(1.276.661)	(1.114.445)
Previdência complementar	(86.567)	(76.877)	(163.444)	(322.022)	(264.502)
Outros	(1.089)	(1.233)	(2.322)	(4.363)	(3.800)
Outros	(48.424)	(37.498)	(85.922)	(159.675)	(142.053)
Total	(2.542.322)	(2.255.191)	(4.797.513)	(9.140.881)	(8.485.004)

Nota 27 - Despesas administrativas

Descrição	2009				2008
	4º trimestre	3º trimestre	2º Semestre	Exercício de 31 de dezembro	Exercício de 31 de dezembro
Despesas administrativas					
Comunicações	(141.499)	(81.364)	(222.863)	(443.430)	(354.873)
Manutenção e conservação de bens	(136.124)	(111.657)	(247.781)	(482.941)	(380.122)
Água e energia	(66.409)	(49.995)	(116.404)	(216.132)	(202.962)
Aluguéis e arrendamento de bens	(160.192)	(160.719)	(320.911)	(623.496)	(553.228)
Despesas de material	(26.746)	(28.405)	(55.151)	(105.577)	(103.624)
Processamento de dados	(237.105)	(204.307)	(441.412)	(814.967)	(954.338)
Promoções e relações públicas	(46.554)	(29.700)	(76.254)	(129.670)	(115.509)
Propaganda e publicidade	(93.114)	(50.381)	(143.495)	(284.464)	(261.002)
Serviços do sistema financeiro	(55.917)	(52.401)	(108.318)	(210.631)	(192.406)
Serviços de terceiros	(182.574)	(151.332)	(333.906)	(617.533)	(520.990)
Serviços especializados	(70.491)	(70.894)	(141.385)	(249.680)	(205.889)
Serviços de vigilância e segurança	(111.345)	(114.478)	(225.823)	(420.352)	(395.835)
Depreciação e amortização	(179.142)	(176.204)	(355.346)	(605.205)	(469.082)
Outras administrativas	(54.119)	(48.960)	(103.079)	(226.160)	(202.571)
Total	(1.561.331)	(1.330.797)	(2.892.128)	(5.430.238)	(4.912.431)

Nota 28 - Composição das contas “outras receitas operacionais”

Descrição	2009				2008
	4º Trimestre	3º trimestre	2º Semestre	Exercício de 31 de dezembro	Exercício de 31 de dezembro
Outras receitas operacionais					
Comissões e taxas sobre operações	580.800	537.335	1.118.135	1.824.030	1.051.746
Recuperação de despesas	157.726	149.341	307.067	601.794	556.365
Reversão de outras provisões operacionais	393.725	800.209	1.193.934	1.703.020	1.032.307
Rendas de outros créditos	1.166	1.737	2.903	8.837	19.431
Receitas de cartões de crédito	28.949	25.889	54.838	229.607	202.437
Receitas de dividendos	49.888	3.775	53.663	64.472	63.413
Atualização de depósitos em garantia	33.936	39.271	73.207	148.862	180.725
Receitas de títulos de renda variável no exterior	94	15.046	15.140	47.417	-
Receitas de antecipação de dividendos	-	-	-	-	73.487
Outras receitas operacionais	241.404	49.052	290.456	401.098	255.392
Total	1.487.688	1.621.655	3.109.343	5.029.137	3.435.303

continua...



CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2009
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Nota 29 - Composição das contas “outras despesas operacionais”

Descrição	2009				2008
	4º trimestre	3º trimestre	2º Semestre	Exercício de 31 de dezembro	Exercício de 31 de dezembro
Outras despesas operacionais					
Despesas com Reservas Atuariais FUNCEF/ PREVHAB	-	-	-	-	(66.935)
Provisão de tributos de títulos para negociação	-	-	-	-	(24.863)
Despesas de contribuição ao SFH	(250)	(258)	(508)	(1.059)	(90.719)
Despesas com FCVS a receber - Provisão/Perdas	(82.569)	(313.299)	(395.868)	(814.489)	(273.943)
Despesas sobre obrig com fundos e programas	(71.279)	(29.629)	(100.908)	(161.996)	(46.326)
Provisão para contingências EMGEA/UNIÃO	(286.569)	(369.651)	(656.220)	(1.249.359)	(720.190)
	(7.401)	(8.883)	(16.284)	(58.951)	(112.382)
Despesas com revendedor lotérico	(53.421)	(53.795)	(107.216)	(192.532)	(162.182)
Despesas com cartão de crédito	(128.895)	(134.316)	(263.211)	(474.705)	(375.510)
Despesas de serviços automatizados	(35.325)	(12.932)	(48.257)	(115.424)	(130.781)
Descontos de operações de crédito	(10.624)	(14.378)	(25.002)	(73.535)	(54.920)
Correspondente não bancário	(217.550)	(204.241)	(421.791)	(762.024)	(576.170)
Instrumento híbrido de capital e dívida - AM	(183.051)	(121.197)	(304.248)	(616.812)	(666.895)
FGTS - Arrecadação/ pagamento	(90.287)	(100.292)	(190.579)	(407.067)	(562.749)
Benefícios sociais	(16.966)	(19.314)	(36.280)	(72.027)	(68.872)
Fundo de investimento do FGTS	(11.675)	(2.933)	(14.608)	(26.236)	(46.741)
Despesas com ágio na aquisição de carteiras comerciais	-	-	-	(9.377)	(3.933)
Despesas com alavancagem de negócios	(15.973)	(26.954)	(42.927)	(77.666)	(69.525)
Condenações judiciais	(158.013)	(164.041)	(322.054)	(544.110)	(334.638)
Despesas com créditos administrados por terceiros	(6.340)	(675)	(7.015)	(17.629)	(19.251)
Despesas c/ gestão financ c/ fundo de previdência	(35.002)	(37.613)	(72.615)	(135.878)	(108.425)
Benefício pós-emprego	(150.822)	(150.822)	(301.644)	(604.859)	-
Atualização dos dividendos – 2008	-	(134.254)	-	(134.254)	-
Outras despesas operacionais	(113.335)	(130.622)	(243.957)	(459.230)	(433.398)
Total	(1.675.346)	(2.030.099)	(3.705.445)	(7.009.219)	(4.949.348)

Nota 30 - Resultado não operacional

Descrição	2009				2008
	4º Trimestre	3º trimestre	2º Semestre	Exercício de 31 de dezembro	Exercício de 31 de dezembro
Receitas não operacionais	75.984	96.160	172.144	324.320	349.106
Lucro na alienação de valores e bens	24.258	33.311	57.569	116.383	107.829
Alienação de bens imóveis	43.152	54.381	97.533	176.738	205.446
Outras rendas não operacionais	8.574	8.468	17.042	31.199	35.831
Despesas não Operacionais	(130.121)	(117.975)	(248.096)	(475.415)	(258.841)
Desvalorização de outros valores e bens	(40.207)	(43.208)	(83.415)	(147.505)	(19.278)
Indenizações por perdas e danos	(30.360)	(16.165)	(46.525)	(79.180)	(70.189)
Perdas em Imóveis	(7.672)	(11.957)	(19.629)	(45.051)	(51.919)
Prejuízos na alienação de valores e bens	(1.100)	(1.873)	(2.973)	(21.261)	(8.604)
Outras despesas não operacionais	(50.782)	(44.770)	(95.552)	(182.418)	(108.851)
Total	(54.137)	(21.815)	(75.952)	(151.095)	90.265

Nota 31 - Despesas tributárias

Descrição	2009				2008
	4º trimestre	3º trimestre	2º Semestre	Exercício de 31 de dezembro	Exercício de 31 de dezembro
Contribuição COFINS	(221.185)	(217.281)	(438.466)	(841.722)	(798.164)
PIS/PASEP	(35.943)	(35.308)	(71.251)	(136.780)	(128.115)
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	(62.185)	(58.356)	(120.541)	(219.090)	(160.267)
Despesas com IPTU	(1.114)	(1.113)	(2.227)	(33.325)	(30.840)
Outras	(6.184)	702	(5.482)	(16.577)	(10.667)
Total	(326.611)	(311.356)	(637.967)	(1.247.494)	(1.128.053)

Nota 32 - Passivos contingentes

A CAIXA é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista. Com base em pareceres dos assessores jurídicos e levando em consideração que os procedimentos adotados pela CAIXA guardam conformidade com as previsões legais e regulamentares, a Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para contingenciar os riscos de eventuais decisões desfavoráveis nos processos judiciais e administrativos.

(a) Os passivos contingentes estão assim apresentados:

(i) Movimentação dos saldos de provisão

Descrição	2008	2009			
	31 de dezembro	Adições	Reversões/Baixas	31 de dezembro	30 de setembro
Fiscais	1.083.640	128.623	(722.437)	489.826	452.893
- PASEP	683.146	8.773	(691.919)	-	-
- INSS	237.993	32.857	(30.518)	240.331	208.149
- ISS	29.960	79.966	-	109.926	101.780
- Outros	132.541	7.027	-	139.569	142.964
Cíveis	3.122.962	794.717	(743.900)	3.173.779	3.036.260
Trabalhistas	1.694.646	990.500	(258.156)	2.426.990	2.517.682
Outros	164.187	195.034	-	359.221	178.480
Total	6.065.435	2.108.874	(1.724.493)	6.449.816	6.185.315

A provisão para contingências fiscais está registrada na conta “Outras Obrigações - Fiscais e previdenciárias” (Nota 20(a)), e a provisão para as demais contingências na conta “Outras obrigações - Diversas” (Nota 20(c.2)).

(ii) Composição dos depósitos judiciais:

Descrição	2009		2008
	31 de dezembro	30 de setembro	31 de dezembro
Depósitos judiciais	3.943.459	3.790.557	3.406.165
Fiscal	2.218.468	2.085.620	1.805.833
Trabalhista	1.076.239	1.092.904	1.144.826
Cível	648.752	612.033	455.506

(iii) Composição por classificação de risco Provável

Descrição	31 de dezembro de 2009	30 de setembro de 2009	31 de dezembro de 2008
	Montante/Provisão	Montante/Provisão	Montante/Provisão
Risco Provável	6.449.816	6.185.315	6.072.230
Perdas e danos	1.375.050	1.321.723	1.579.778
Poupança	1.197.456	1.094.228	973.067
Loterias	82.203	80.425	80.104
Crédito imobiliário	131.035	132.051	130.180
Contingenciamento do FGTS	388.035	407.833	366.628
Trabalhista	2.426.990	2.517.682	1.694.646
Fiscais	489.826	452.893	1.083.640
Outras	359.221	178.480	164.187

(iv) Composição por classificação de risco Possível

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não reconhecidos contabilmente:

continua...

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2009
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Descrição	2009		2008
	31 de dezembro	30 de setembro	31 de dezembro
Demandas Trabalhistas	121.361	118.507	-
Demandas Fiscais	4.265.640	4.257.507	-
Demandas Cíveis	1.228.114	1.161.157	-

(b) Ações trabalhistas e cíveis

A CAIXA é parte passiva em ações ajuizadas por empregados, ex-empregados próprios ou de prestadoras de serviços e sindicatos, relacionadas com a atividade laboral, planos de cargos, acordos coletivos, indenizações, benefícios, aposentadorias, subsidiariedade e jurisprudência das Cortes Superiores.

As ações cíveis estão relacionadas com os seus produtos, operações e serviços, principalmente serviços bancários, cadastros restritivos, financiamento do crédito imobiliário, loterias, dentre outros.

De um modo geral as ações têm natureza indenizatória, patrimonial ou moral, ou questionam cláusulas contratuais, mormente no tocante à taxa de juros e saldos devedores ou remanescentes das operações de crédito contratadas.

Quantitativamente sobressaem demandas que contestam os indexadores de planos econômicos em operações ativas e passivas, principalmente depósitos em cadernetas de poupança, que encontram-se provisionadas aos critérios descritos na norma vigente.

No que tange a valores, sob a ótica de grupo de ações, são financeiramente significativos os processos que questionam pretensa reparação de danos decorrente do contingenciamento da liberação de recursos do FGTS ocorrido sob os auspícios de política econômica pretérita.

(c) Ações fiscais

As ações fiscais dizem respeito a tributos federais, estaduais e municipais, tais quais, Imposto de Renda, Contribuição de Melhoria, Contribuições Previdenciárias, IOF, ITBI, IPTU, ISSQN, Taxas e Multas.

(i) A CAIXA, em 6 de dezembro de 1996, foi autuada pela Receita Federal sob o argumento de insuficiência no recolhimento do PIS/PASEP relativo ao período de janeiro de 1991 a dezembro de 1995, época em que vigiam os Decretos-Leis nºs 2.445 e 2.449/88, e compensação, supostamente indevida, de recolhimentos efetuados a maior no período de janeiro de 1992 a maio de 1993, nos valores de R\$ 755.092 de principal, R\$ 566.319 de multa e R\$ 2.630.381 de juros, os quais totalizam R\$ 3.951.791 a valores de 31 de dezembro de 2009 (2008 - R\$ 3.836.230, valor total), cuja provisão foi revertida em setembro de 2009 tendo com base a classificação da ação como possível pelo Jurídico da CAIXA (2008 - R\$ 683.146).

O Segundo Conselho de Contribuintes, em sessão no dia 18 de outubro de 2006, por meio do Acórdão 202-17402, deu provimento parcial ao recurso voluntário da CAIXA. Em 03 de setembro de 2007 foi oposto Embargo de Declaração, o qual foi apreciado pelo Segundo Conselho de Contribuintes e encaminhado à DRF/BSB/DF em 14 de março de 2008.

A DRF/BSB/DF, por meio da intimação nº 345/08, deu ciência à CAIXA dos novos valores do auto, tendo em vista redução do mesmo em decorrência do provimento das matérias julgadas e apresentadas por meio do Acórdão 202-17402, e considerando, também, a negativa de seguimento aos Embargos de Declaração opostos (Despacho nº 202-132 da Segunda Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes).

Contra o Despacho 202-132 ora aludido, foram opostos novos Embargos de Declaração, em 06/10/2008, e em 15/10/2008 foi interposto Recurso Especial, tendo sido este último admitido pelo Conselho de Contribuintes no âmbito da Câmara Superior de Recursos Fiscais, o qual teve seu mérito julgado em 10/12/2009, onde se deliberou pela manutenção da decisão adotada quando da apreciação do Recurso Voluntário anteriormente citada.

A CAIXA ainda não foi cientificada do inteiro teor da decisão prolatada no julgamento do Recurso Especial, a partir do qual caberá avaliação quanto à possibilidade de oposição de novos Embargos.

Esgotadas as possibilidades na esfera administrativa, é ainda cabível ação junto ao Poder Judiciário.

(ii) A CAIXA foi autuada pela fiscalização do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para o recolhimento de contribuições previdenciárias sobre pagamentos efetuados a seus empregados no período de janeiro de 1982 a agosto de 1999, cujos valores reposicionados para 31 de dezembro de 2009, montam a R\$ 1.309.300 (2008 - R\$ 1.333.481), para as quais a provisão constituída com base no histórico de êxito e do cenário jurisprudencial sopesados em recente análise técnica e jurídica acerca da matéria, é de R\$ 240.330 (2008 - R\$ 237.993).

(iii) As fiscalizações municipais autuaram a CAIXA em diversos Municípios da Federação sob a alegação de falta de recolhimento ou recolhimento a menor de ISS, cujo valor total em 31 de dezembro de 2009 corresponde ao montante de R\$ 299.086 (2008 - R\$ 263.361).

Em face do histórico de êxito e do cenário jurisprudencial sopesados em análise técnica e jurídica acerca da matéria, ultimou-se na provisão ora constituída de R\$ 109.926 (2008 - R\$ 29.960).

(iv) A CAIXA vem discutindo perante o Conselho de Contribuintes a materialidade do débito de CSLL decorrente de 3 processos de PERD/COMP não homologadas no valor de R\$ 116.499

(2008 - R\$ 104.149), e com base nos pronunciamentos jurisdicionais sobre a matéria, a análise dos consultores foi pela constituição da provisão integral do valor.

(v) A CAIXA possui 17 processos relativos a Imposto de Renda, PASEP, Contribuições Previdenciárias e ISSQN, os quais, de acordo com a análise dos consultores jurídicos, foram considerados como probabilidade de perda possível e soma R\$ 4.265.640 em dezembro/2009.

Nota 33 - Partes relacionadas

(a) Remuneração de empregados e dirigentes

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da administração (Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Conselho Diretor e Comitê de Auditoria) são apresentados como segue:

Descrição	2009		2008
	31 de dezembro	30 de setembro	31 de dezembro
Benefícios de curto prazo	8.985	7.015	8.500
Proventos	6.939	5.468	6.569
Encargos Sociais	2.046	1.547	1.931

Em atendimento ao Decreto nº 95.524, de 21 de dezembro de 1987, estão destacadas abaixo as remunerações pagas a empregados e administradores, nelas não são deduzidas as parcelas de glosas de que tratam o Decreto-Lei nº 2.355/1987 e Lei nº 8.852/1994:

Descrição	2009		2008	
	31 de dezembro		31 de dezembro	
	Administradores - R\$	Empregados - R\$	Administradores - R\$	Empregados - R\$
Maior Salário	30.063	24.985	27.730	24.985
Salário Médio	26.969	4.402	24.875	4.116
Menor Salário	22.573	1.160	20.821	836

A CAIXA não possui remuneração variável baseada em ações e outros benefícios de longo prazo e não oferece benefícios pós-emprego aos seus administradores. Os benefícios pós-emprego estão restritos aos funcionários do quadro da CAIXA.

(b) Operações ativas e passivas da CAIXA com as partes relacionadas

As operações com a CAIXA Seguros, Tesouro Nacional e FUNCEF são realizadas no contexto das atividades operacionais da CAIXA e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica. A CAIXA realiza transações bancárias com as partes relacionadas, como depósitos em conta corrente, depósitos remunerados, prestação de serviços e aluguéis de imóveis, praticadas de acordo com as condições de mercado consideradas para as demais operações:

Descrição	2009		2008
	31 de dezembro	30 de setembro	31 de dezembro
ATIVOS			
Rendas a receber	235.472	184.293	317.947
Caixa Seguros	86.997	54.968	211.964
OGU - Orçamento Geral da União	148.475	129.325	105.983
PASSIVOS			
Depósitos à vista	494.865	321.433	399.699
STN - Secretaria do Tesouro Nacional	482.654	316.314	393.699
Caixa Seguros	10.778	3.626	4.009
FUNCEF	1.433	1.493	1.991
Repasse do país - instituições oficiais	581	(1.136)	118
OGU - Orçamento Geral da União	581	(1.136)	118
Obrigações diversas	27.308	26.764	25.086
OGU - Orçamento Geral da União	27.308	26.764	25.086
Total	758.226	531.354	742.850
RECEITAS			
Rendas de prestação de serviços	360.411	259.894	278.862
Caixa Seguros	283.459	206.689	208.594
OGU - Orçamento Geral da União	76.952	53.205	70.268
Rendas de participações	325.242	231.436	260.270
Caixa Seguros	325.242	231.436	260.270
Total	685.653	491.330	539.132
DESPESAS			
Despesas de participações	(961)	-	(6.021)
Caixa Seguros	(961)	-	(6.021)
Despesas administrativas - aluguéis	(35.660)	(26.794)	(35.209)
FUNCEF	(35.660)	(26.794)	(35.209)
Outras despesas operacionais	(1.067)	(898)	(1.198)
OGU - Orçamento Geral da União	(1.067)	(898)	(1.198)
Total	(37.688)	(27.692)	(42.428)

continua...



CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2009
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Nota 34 - Benefícios a empregados

A CAIXA realizou em 2009 estudos e cálculos previstos na resolução CVM nº 600/09 que aprovou o CPC 33, emitido pelo Comitê de Pronunciamento Contábil, para atualização dos custos que proporcionam benefícios a empregados de entidades patrocinadoras de planos de previdência na modalidade benefício definido, bem como de planos de saúde e auxílio alimentação/cesta alimentação (Nota 20 (c)).

(a) Plano de benefícios - Previdência privada

A CAIXA é patrocinadora da Fundação dos Economiários Federais (FUNCEF), que tem por objetivo a administração de planos de benefícios de natureza previdenciária, nas condições previstas nos regulamentos próprios, havendo atualmente planos de benefício definido e de contribuição definida.

a.1) REG/REPLAN

O plano agrega os regulamentos instituídos em 1977 (REG) e 1979 (REPLAN), considerados como um só plano, cuja última alteração regulamentar ocorreu em 14 de junho de 2006. Este plano está estruturado na modalidade de Benefício Definido, vinculado ao INSS e ao Plano de Cargos e Salários (PCS) do Patrocinador.

O referido plano teve o saldamento de benefícios definido por meio de alteração em seu regulamento. Tal procedimento implica que o valor do Benefício saldado, calculado e reajustado com base no índice do plano, com a desvinculação do salário de participação e da concessão e manutenção do benefício por Órgão oficial de previdência, resulta no cancelamento da contribuição normal para este Plano e na adesão no caso do Participante, a outro Plano de benefícios oferecido pelo patrocinador.

A Contribuição da patrocinadora é estabelecida por meio de avaliação atuarial anual, e em hipótese alguma excederá o total da contribuição normal do participante e do assistido, limitada a 7,85% do total dos salários de contribuição dos associados.

a.2) REB

O Plano de benefícios REB é patrocinado pela CAIXA e FUNCEF e administrado pela FUNCEF. Este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Variável. A contribuição normal do participante, inclusive do participante auto-patrocinado, será calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o Salário de participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 2% (dois por cento).

Com a criação do Plano REB, foram interrompidas novas adesões ao REG/REPLAN. Em 04 de fevereiro de 2002, seu regulamento foi alterado para permitir a migração de participantes do REG/REPLAN para o REB. Essa experiência influenciou o processo de elaboração da proposta do REG/REPLAN Saldado e da criação do Plano de Benefícios Novo Plano.

A contribuição da patrocinadora para o REB 1998 é limitada a 8,34% da soma do salário dos empregados participantes do plano. Para o REB 2002 a contribuição é paritária, limitada a 7% do total dos salários de participação dos empregados em atividade.

a.3) Novo Plano

O Plano de benefícios Novo Plano foi aprovado por órgão competente em 16 de junho de 2006, tendo seu início operacional em 01 de setembro de 2006. Este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Variável, com contribuição definida na fase de formação de reservas e benefício definido na etapa de recebimento de benefícios e nos casos de risco – como invalidez e pensão por morte.

O Novo Plano adota também nova base de contribuição, aumentando a parcela destinada pela CAIXA ao saldo de conta do associado. A contribuição normal do participante, inclusive do participante auto-patrocinado, será calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o salário de participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 5% (cinco por cento).

O custeio das despesas administrativas será de responsabilidade paritária entre patrocinador e participantes, inclusive assistidos, devendo ser aprovado pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo da FUNCEF, observados os limites e critérios estabelecidos pelo órgão regulador.

O valor de contribuição da patrocinadora é paritário com as contribuições normais dos participantes, limitado a 12% do total da folha de salários de participação e ao somatório das contribuições normais feitas pelos participantes, inclusive pelos assistidos.

(b) Auxílio-Alimentação/Cesta-Alimentação

A CAIXA fornece aos empregados e dirigentes o Auxílio-Alimentação/Cesta-alimentação na forma da legislação vigente e do Acordo Coletivo de Trabalho. Este auxílio é definido em

setembro de cada ano. Para o período de setembro de 2009 a agosto de 2010 o valor do auxílio-alimentação/refeição é de R\$ 371,36 (trezentos e setenta e um reais e trinta e centavos) para aquisição de refeições prontas em restaurantes e similares. O auxílio cesta-alimentação referente a setembro de 2009 a agosto de 2010 é de R\$ 289,36 (duzentos e oitenta e nove reais e trinta e seis centavos) para a aquisição de gêneros alimentícios em supermercados ou em estabelecimento comercial do mesmo gênero.

(c) Assistidos PREVHAB

A Caixa administra o saldo remanescente dos recursos garantidores das reservas técnicas dos assistidos oriundos da PREVHAB transferidos da CAIXA Seguros para a CAIXA em 1º de novembro de 2002 decorrente do distrato do contrato de instituição de plano especial de benefícios.

(d) Conciliação dos ativos e passivos

Descrição	2009					
	REG/ REPLAN	REB	PREVHAB	Novo Plano	Auxílio e cesta alimentação	Auxílio pecúlio
c.1) Valor presente das obrig. com cobertura	27.479.152	772.600	-	1.537.276	-	5.825
c.2) Valor presente das obrig. sem cobertura	-	-	40.205	22.120	744.355	6.201
c.3) Valor presente das obrig. atuariais (c.1 + c.2)	27.479.152	772.600	40.205	1.559.396	744.355	12.026
c.4) Valor justo dos ativos do plano	(31.584.152)	(852.948)	-	(1.537.276)	-	(5.825)
c.5) Valor presente das obrig. em excesso (inferior) ao valor justo dos ativos	(4.105.000)	(80.348)	40.205	22.120	744.355	6.201
c.6) Ganhos ou (perdas) atuariais não reconhecidas	774.288	(47.974)	4.205	(15.999)	(16.956)	(6.113)
c.7) Passivo/(Ativo) atuarial líquido (c.5 + c.6)	(3.330.712)	(128.322)	44.410	6.121	727.399	88
c.8) Valor não reconhecido como (ativo)/Passivo em decorrência da regra estabelecida	(2.052.500)	(40.174)	-	11.060	-	-
c.9) Passivo/(Ativo) atuarial líquido (c.7 -) c.8)	(1.278.212)	(88.148)	44.410	(4.939)	727.399	88

Os ativos atuariais líquidos (c.9) não estão registrados nas demonstrações financeiras conforme prerrogativa da norma vigente.

(e) Resumo da movimentação

Descrição	Apuração realizada					
	REG/ REPLAN	REB	PREVHAB	Novo Plano	Auxílio e cesta alimentação	Auxílio pecúlio
Passivo (Ativo) atuarial contab. em 31/12/2008	-	-	42.680	104.111	712.423	(620)
Pagamento de contrib. para o Plano	(17.064)	(20.288)	(4.762)	(256.387)	(57.821)	(178)
Despesa / (receita) apurada	(1.261.148)	(67.860)	4.707	147.337	70.818	886
Passivo (Ativo) atuarial líquido	(1.278.212)	(88.148)	42.625	(4.939)	725.420	88
Passivo (ativo) atuarial contab. em 31/12/2009	-	-	42.625	-	725.420	-

(f) Plano de saúde - Saúde CAIXA

Desde 1977, a CAIXA oferece assistência a saúde aos seus empregados e familiares, por meio do Saúde CAIXA - um programa instituído pela CAIXA e por ela administrado, sob a modalidade de autogestão, oferecendo assistência médica, hospitalar, odontológica, psicológica, fisioterápica, fonoaudiológica, terapêutica ocupacional, nutricional e de serviços sociais, com atendimento realizado por rede de credenciados e sistema de reembolsos de abrangência nacional. É um benefício concedido pela CAIXA aos titulares optantes e respectivos dependentes inscritos, entendendo-se por titulares os empregados e aposentados vinculados à FUNCEF, ao PREVHAB, ao Fundo PMPP e ao INSS.

Na composição da receita do Saúde CAIXA, conforme alteração implantada em 2004, a CAIXA participa com a contribuição mensal correspondente a 70% das despesas assistenciais, com o mínimo de 3,5% sobre a despesa com pessoal, e o beneficiário titular contribui com 30% das despesas assistenciais, mediante mensalidade de 2% de sua remuneração-base, pelo grupo familiar, mais co-participação de 20% sobre a utilização da assistência, limitada ao teto anual.

O plano Saúde CAIXA não possui ativos financeiros, portanto a provisão calculada corresponde ao valor da obrigação atuarial. A obrigação atuarial, que representa o valor presente

continua...

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2009
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

atuariais dos benefícios pós-emprego, relativa aos atuais aposentados e pensionistas foi calculada considerando que esses grupos já cumpriram integralmente o tempo de serviço.

Quanto aos empregados ainda em atividade a provisão atuarial foi calculada considerando-se a proporção entre o tempo de serviço na data da avaliação e o tempo de serviço na data da aposentadoria.

O montante da provisão atuarial obtido pelo cálculo a valor presente de todos os fluxos de despesas assistenciais relativos aos atuais e futuros aposentados e pensionistas é de R\$ 4.766.048 (2008 - R\$ 4.234.482) e a despesa para o período acumulado até 31 de dezembro de 2009 foi de R\$ 672.473 (2008 - R\$ 133.686), e os desembolsos referentes aos pagamentos dos benefícios do período montam R\$ 140.907.

(g) Resumo dos passivos atuariais (nota 20 (c))

Especificações	Saldo em 31.12.2008	Ajuste apurado	Saldo em 31.12.2009
PREVHAB	42.680	(56)	42.624
Auxílio e cesta alimentação	712.423	12.997	725.420
SAÚDE CAIXA	4.234.482	531.566	4.766.048
Total (i)	4.989.585	544.507	5.534.092

(i) a diferença entre o valor contabilizado e o valor do estudo realizado encontra-se dentro das normas contábeis vigentes – nota 4 (r)

(h) Premissas econômicas

As principais premissas econômicas adotadas para os cálculos atuariais foram as seguintes:

Especificações	2009	2009
	SAÚDE CAIXA	Outros planos (1)
Taxa para desconto da obrigação atuarial	10,91% a.a.	11,03% a.a.
Taxa de rendimento total esperada sobre ativos do plano	10,91% a.a.	11,08% a.a.
Crescimento salarial real	1,04% a.a	-

(1) refere-se aos planos de previdência privada, auxílio pecúlio e auxílio e cesta alimentação. As taxas consideram o efeito da inflação.

(i) Reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais

i.1) REG/REPLAN, REB e Novo Plano: A administração da CAIXA adotou como procedimento não registrar ganhos atuariais face (i) aos compromissos previdenciários remanescentes desses planos; (ii) às oscilações que poderiam afetar o valor justo dos ativos dos planos e (iii) à capacidade de realização de ganhos atuariais à luz da legislação vigente.

i.2) Saúde Caixa: as perdas atuariais relativas a esse passivo que ultrapassaram o limite definido na nota 4(r) serão reconhecidas pelo tempo médio remanescente de trabalho estimado para os empregados participantes do plano.

(j) Participação dos empregados nos lucros

Foi destacado para pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR), o montante de R\$ 449.990 (2008 - R\$ 432.674).

Nota 35 - Gerenciamento do Risco Corporativo

A CAIXA adota as melhores práticas nacionais e internacionais no gerenciamento dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional, incluindo uma gestão ativa de capital, com o objetivo de cumprir os princípios, valores, diretrizes e limites estabelecidos pelo Conselho de Administração.

A gestão de riscos é percebida pela Alta Administração como fator de diferencial competitivo no mercado financeiro e principal meio para preservação da solvência, liquidez e rentabilidade da Instituição.

As estruturas de gerenciamento de riscos estão em conformidade com a regulação vigente, a natureza e a complexidade da Instituição, e às boas práticas de governança corporativa, dessa forma permitindo à Alta Administração identificar o comprometimento do capital para fazer frente aos riscos inerentes aos produtos, serviços e operações, avaliar os impactos sobre os resultados e decidir prontamente sobre limites de exposição aceitos.

A Política e os limites máximos de exposição são revisados, no mínimo, anualmente de acordo com a estratégia, fatores macroeconômicos, ambiente de negócios e capacidade de assumir risco e claramente comunicados a todos os empregados no sistema interno de divulgação normativa.

A descrição detalhada das estruturas de gerenciamento de riscos, incluindo responsabilidades, práticas, processos, procedimentos e modelos, está disponível na rede mundial de computadores (internet), no sítio: <http://www.caixa.gov.br>, menu Sobre a CAIXA.

(a) Basiléia II

As ações necessárias à implantação do Novo Acordo de Capitais de Basiléia II são coordenadas por um projeto estratégico e supervisionadas pela unidade de risco corporativo da Vice-Presidência de Controle e Risco. O Projeto foi aprovado pelo Conselho Diretor e reflete o devido reconhecimento e a priorização estratégica atribuída pela Administração à implantação das melhores práticas de gestão de riscos.

O Projeto visa assegurar o aprimoramento, desenvolvimento, implantação e certificação dos modelos básicos/padronizados e internos/avançados de risco de mercado, risco de crédito e risco operacional, além de diversas ações de capacitação de recursos humanos e disseminação da cultura de gerenciamento de riscos na instituição.

A CAIXA atendeu integralmente as exigências do Banco Central do Brasil relacionadas às etapas de implantação do Novo Acordo no Brasil e continua a evoluir suas práticas, processos, modelos e sistemas com o objetivo de habilitar a instituição a adotar os modelos internos em todas as categorias de riscos.

A Instituição reconhece que os ganhos oriundos da implantação completa do Novo Acordo vão além dos eventuais benefícios de redução da exigência de capital e reforçam a prioridade estratégica dada ao gerenciamento de riscos como pilar essencial da sustentabilidade, da responsabilidade empresarial e do cumprimento da missão estratégica da CAIXA.

(b) Exigência de Capital Regulatório

O quadro a seguir apresenta o detalhamento do cálculo da exigência de capital regulamentar, conforme esta as Resoluções CMN nº. 3.444/2007 e 3.490/2007, que definem a metodologia de apuração do Patrimônio de Referência e do Patrimônio de Referência Exigido:

CAPITAL REGULATÓRIO					
	31 DEZ 2009	30 SET 2009	30 JUN 2009	31 MAR 2009	31 DEZ 2008
PR - PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (NÍVEL I + NÍVEL II - DEDUÇÕES)	26.245.187	23.097.027	22.905.625	22.730.321	21.797.226
NÍVEL I	14.970.201	11.939.465	13.102.788	12.901.444	12.593.391
Patrimônio Líquido	13.143.767	12.339.456	13.502.348	12.975.882	12.704.670
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida Habilitados a Integrar o Nível I do PR	1.952.635	-	-	-	-
Reservas de Reavaliação	(509.236)	(530.503)	(534.399)	(538.643)	(551.196)
Créditos Tributários Excluídos do Nível I do PR	(89.609)	(336.996)	(336.996)	(36.341)	(36.341)
Ativo Permanente Diferido	(97.230)	(111.037)	(117.251)	(127.260)	(137.253)
Ajuste ao Valor de Mercado	(1.780)	(2.830)	(1.106)	(7.477)	(21.772)
Adicional de Provisão ao Mínimo Estabelecido pela 2.682/99	571.654	581.376	590.192	635.283	635.283
Excesso de Crédito Tributário em Relação ao PR de Nível I	-	-	-	-	-
NÍVEL II	11.276.219	11.162.400	9.808.077	9.837.498	9.212.685
Reservas de Reavaliação	509.236	530.503	534.399	538.643	551.196
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	6.014.211	5.954.053	5.832.856	5.851.661	5.200.000
Instrumentos de Dívida Subordinada	4.750.992	4.675.014	3.439.717	3.439.717	3.439.717
Ajuste ao Valor de Mercado	1.780	2.830	1.106	7.477	21.772
Excesso de Capital de Nível II em Relação ao Nível I	-	-	-	-	-
DEDUÇÕES DO PR	(1.233)	(4.839)	(5.240)	(8.621)	(8.849)
Participação em instituição financeira no exterior	(1.233)	(4.839)	(5.240)	(8.621)	(8.849)
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA EXIGIDO (PRE)	16.502.933	15.801.481	13.401.186	12.540.563	11.623.160
Risco de Crédito	15.227.231	14.508.659	12.600.183	11.768.314	10.836.957
Risco de Mercado	89.127	106.247	116.852	88.098	102.052
Risco Operacional	1.186.575	1.186.575	684.151	684.151	684.151
MARGEM DE CAPITAL (PR - PRE)	9.742.254	7.295.545	9.504.439	10.189.758	10.174.066
ÍNDICE DE BASILÉIA (PR x 100) / (PRE / 0,11)	17,49	16,08	18,80	19,94	20,63

(c) Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

As políticas, estratégias e limites de exposição a risco de crédito são aprovadas e revisadas anualmente pelo Conselho de Administração.

continua...



CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2009
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

As operações são avaliadas antes da contratação por meio de modelos de Credit Scoring ou de análise especialista, a depender das características do tomador e da operação, e reavaliadas, no máximo anualmente, sendo aplicados modelos de Behavioural Scoring nas exposições de varejo e reavaliação de rating nas demais.

O controle das exposições ocorre pelo monitoramento do atraso, perda realizada, esperada e inesperada, provisão e exigência de capital regulatório, sob diversas granularidades e agrupamentos, possibilitando ampla visão do perfil das exposições, por tomador, operação, segmentos da carteira, região geográfica e setor de atividade, entre outros, e a adoção de medidas de mitigação de risco, quando necessário.

Os modelos de mensuração dos indicadores de monitoramento das exposições são avaliados e homologados previamente por unidade interna e autônoma de monitoração, tendo sua capacidade preditiva permanentemente monitorada.

(d) Risco de Mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição, incluídas as operações sujeitas à variação cambial, de taxas de juros e preços de ações e de mercadorias.

Os princípios, valores e diretrizes adotadas no gerenciamento dessa categoria de risco são estabelecidos pelo Conselho de Administração por meio da Política de Gerenciamento de Risco de Mercado, que inclui a definição de limites conservadores de exposição a riscos, monitorados e reportados diariamente às unidades envolvidas na gestão desse risco e ao Conselho Diretor.

Esses limites são ajustados no mínimo anualmente, e sempre que necessário, de acordo com a estratégia, fatores macroeconômicos, ambiente de negócios e capacidade de assumir riscos. As eventuais violações são comunicadas tempestivamente ao Comitê de Riscos para a tomada de decisão sobre a manutenção, a revisão ou o encerramento da posição.

A Instituição possui unidade independente para avaliação e monitoramento da qualidade dos modelos usados na gestão dessa categoria de risco.

A CAIXA analisa previamente a aderência de novos instrumentos financeiros, produtos, serviços e operações ao nível de risco aceito e a necessidade de sua adequação aos procedimentos e controles já adotados pela Instituição.

Valor em Risco – VaR

A CAIXA identifica e mensura diariamente suas exposições ao risco de mercado da carteira de títulos e valores mobiliários por meio de modelo interno de cálculo do Valor em Risco – VaR paramétrico, com 99% de confiança, em cenários de normalidade e de estresse. Essas exposições e seu comportamento frente a diversas análises de sensibilidade são avaliadas pelas unidades de risco corporativo, tesouraria, planejamento financeiro e administração financeira e monitoradas frente aos limites de exposição a risco vigentes.

A tabela a seguir apresenta o VaR da carteira de negociação da CAIXA:

Valor em Risco em Cenário de Normalidade				
Fatores de Risco	RS milhão			
	30/06/2008	31/12/2008	30/06/2009	31/12/2009
PRE	12,5	18,0	16,7	5,7
Cupom IGP	4,3	4,9	0,2	0,6
Cupom IPCA	3,0	0,2	1,2	0,3
Cupom SELIC	0,1	0,2	0,0	0,0
Cupom TR	0,0	0,0	0,0	0,0
CDI	0,1	-	-	-
VaR sem ED(1)	20,0	23,4	18,2	6,6
VaR com ED(1)	13,6	16,8	13,7	5,4

(1) Efeito Diversificação

Instrumentos Financeiros – Valor marcado a mercado

A comparação entre os instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais e seu valor marcado a mercado é apresentada no quadro a seguir:

DESCRIÇÃO	Valor de Referência			Valor Marcado a Mercado			Valores a Pagar ou a Receber no Período		
	2009		2008	2009		2008	2009		2008
	31 de dezembro	30 de setembro	31 de dezembro	31 de dezembro	30 de setembro	31 de dezembro	31 de dezembro	30 de setembro	31 de dezembro
ATIVO									
Aplicações em depósitos Interfinanceiros	92.335	154.236	2.433.015	92.352	154.236	2.433.052	(17)	-	-
Aplicações em Operações Compromissadas	29.336.351	54.685.858	30.551.684	29.335.106	54.688.969	30.555.156	(1.245)	3.111	3.471
Títulos e Valores Mobiliários e Instr. Financ.	118.449.828	108.516.716	120.581.756	118.483.102	109.183.881	117.849.678	33.273	667.165	(2.732.079)
Títulos para negociação	46.451.351	31.946.982	36.403.153	46.451.351	31.946.982	36.403.153	-	-	-
Títulos disponíveis para venda	1.471.071	1.604.506	1.731.905	1.471.071	1.604.506	1.731.905	-	-	-
Títulos mantidos até o vencimento	70.527.406	74.965.228	82.446.699	70.560.679	75.632.393	79.714.621	33.273	667.165	(2.732.079)
Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos	126.540.315	113.723.880	81.708.194	124.622.876	113.245.015	77.866.834	(1.917.438)	(478.865)	(3.841.360)
Comercial	45.592.947	41.764.391	29.542.118	49.083.624	45.307.719	30.240.870	3.490.677	3.543.328	698.752
Habitação	70.520.637	62.843.792	45.075.191	67.886.681	60.869.483	42.299.373	(2.633.956)	(1.974.309)	(2.775.818)
Infraestrutura/Desenvolvimento	8.273.198	7.349.733	5.445.102	5.262.887	4.780.556	3.523.317	(3.010.311)	(2.569.177)	(1.921.785)
Outros Créditos	2.153.532	1.765.964	1.645.782	2.389.685	2.287.257	1.803.274	236.153	521.293	157.492
PASSIVO									
Captações de Recursos	25.420.836	24.301.203	19.827.129	25.471.942	24.261.667	19.750.560	51.106	(39.536)	(76.569)
CDB/RDB	22.945.395	22.381.093	18.310.265	22.783.386	22.097.221	18.139.218	(162.009)	(283.872)	(171.046)
LCI LH	2.475.441	1.920.110	1.516.865	2.688.556	2.164.446	1.611.342	213.115	244.336	94.477
Captação em Operações Compromissadas	65.036.181	67.823.852	51.202.769	66.285.435	68.542.623	52.238.079	1.249.255	718.771	1.035.310
Obrigações por empréstimos e repasses e Outras	41.447.763	32.316.893	30.608.537	36.798.231	34.767.393	27.293.077	(4.649.532)	2.450.500	(3.315.459)
Exterior	9.524	11.782	16.974	9.519	10.053	15.932	(5)	(1.729)	(1.042)
Tesouro	27.308	26.764	25.086	26.775	26.756	22.856	(533)	(8)	(2.230)
FGTS	37.857.482	28.790.189	26.954.719	33.585.747	31.620.980	24.254.221	(4.271.735)	2.830.791	(2.700.498)
BNDES	856.050	835.479	674.961	819.768	802.075	651.327	(36.282)	(33.404)	(23.634)
Depósitos com Remuneração	2.697.400	2.652.679	2.936.796	2.356.421	2.307.530	2.348.740	(340.978)	(345.149)	(588.056)
Instrumento Híbrido de Capital e Dívida	7.966.846	5.954.053	5.688.012	7.705.626	5.613.055	4.644.864	(261.220)	(340.998)	(1.043.148)

Determinação de valor marcado a mercado dos instrumentos financeiros

Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Operações Compromissadas: registradas pelo desconto dos fluxos de caixa futuros a taxa de mercado em operações semelhantes, na data do balanço.

Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros: registrados pelo custo de aquisição atualizado pelo indexador e/ou taxa de juros efetiva e apresentados no Balanço Patrimonial conforme a Circular BACEN nº 3.068, de 08/11/2001. São classificados nas seguintes categorias:

I - títulos para negociação: operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a hedge de outros elementos desta carteira e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. Avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

II - títulos disponíveis para venda: títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido;

III - títulos mantidos até o vencimento: títulos e valores mobiliários, para os quais há a intenção de sua manutenção em carteira até o vencimento, registrados pelo custo de aquisição, atualizados até a data de vencimento, não sendo avaliados pelo valor de mercado.

Operações classificadas na carteira de negociação: a carteira de negociação da CAIXA é composta por todas as operações com títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a hedge de outros elementos desta carteira e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade.

continua...

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2009
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

O processo de marcação a mercado da carteira de negociação consiste em estimar os preços dos títulos e valores mobiliários detidos pela CAIXA, de forma a refletir da melhor maneira possível os seus preços de negociação no mercado secundário.

Operações não classificadas na carteira de negociação: Adicionalmente aos títulos e valores mobiliários classificados na categoria III, constituem as operações não classificadas na carteira de negociação, as operações ativas das carteiras comercial, habitacional e de saneamento e infra-estrutura, e as passivas com e sem vencimento definido.

Operações passivas com vencimento definido - aquelas para as quais a condição de pagamento em data pré-estabelecida e os rendimentos pré ou pós-fixados são definidos.

Operações sem vencimento definido - aquelas que não apresentam data de pagamento pré-estabelecida ou, apesar de apresentarem, têm uma característica de perpetuação do volume captado, podendo, em ambos os casos, ser acrescidos de rendimentos nos termos do contrato.

A marcação a mercado das operações não classificadas na carteira de negociação consiste em estimar os preços dos fatores de risco de mercado aos quais estão expostas, refletindo, da melhor maneira possível, as condições de mercado.

Instrumentos financeiros derivativos: classificados no momento da aquisição segundo a intenção ou não de serem usados com a finalidade de hedge. As operações de hedge com o uso desses instrumentos atendem à Circ. BACEN 3.082, de 30/01/2002, e são classificadas conforme segue:

Hedge de risco de mercado: são os derivativos que se destinam à compensação de riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto do hedge;

Hedge de fluxo de caixa: são os derivativos destinados a diminuir as oscilações no fluxo de caixa futuro estimado da Instituição.

Análise de Sensibilidade das Posições Relevantes - Instrução CVM nº. 475

Em atendimento à Instrução CVM nº. 475, de 17/12/2008, foram realizadas análises de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela administração, ao qual a CAIXA estava exposta em 31 de dezembro de 2009. Essas análises incluíram todas as operações com instrumentos financeiros e consideraram as maiores perdas em cada um dos cenários a seguir:

Cenário I: Cenário provável considerando os fatores macroeconômicos e informações de mercado que impactam nas operações da empresa;

Cenário II: Cenário eventual que considera um choque paralelo de mais ou menos 25% nas variáveis de risco na data de fechamento do balanço;

Cenário III: Segundo cenário eventual que considera um choque paralelo de mais ou menos 50% nas variáveis de risco na data de fechamento do balanço, sendo consideradas as piores perdas resultantes.

A aplicação dos cenários sobre as carteiras de negociação e não negociação da CAIXA permite verificar a sensibilidade dos preços dos ativos e passivos, por fator de risco, às variações nas taxas de juros. Os resultados apurados estão sintetizados no quadro a seguir:

Análise de Sensibilidade das Posições Relevantes - Instrução CVM nº. 475

Análise de Sensibilidade das Posições Relevantes - Instrução CVM nº. 475				
Instrumentos Financeiros				
Descrição	Risco	Cenário Provável	variação de 25%	variação de 50%
PREFIXADO	aumento de taxa de juros	(74.395.837)	(1.850.481.960)	(3.451.491.685)
ÍNDICE DE PREÇOS	aumento de cupons de índice de preços	(54.733.713)	(1.378.932.241)	(2.599.724.200)
TR/TBF/TJLP	aumento de cupom de TR	(85.229.385)	(1.813.188.126)	(2.890.582.247)
VARIAÇÃO CAMBIAL	queda nas taxas de cambio	4.499	(110.810)	(229.803)

Cabe destacar que esses resultados refletem estudos hipotéticos, realizados conforme a legislação em vigor, e não a possibilidade concreta de que a Instituição venha a sofrer esses impactos, já que essas exposições são gerenciadas diariamente, e movimentos adversos do mercado produzem atuação imediata das unidades do banco com o objetivo de reduzir eventuais perdas.

(e) Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste na probabilidade de que o preço de liquidação de ativos seja diferente do seu preço marcado a mercado devido ao volume das operações ou de situações de mercado e de que a instituição não tenha recursos para honrar seus compromissos ou ainda tenha dificuldades em obter novos recursos por um preço compatível.

A CAIXA gerencia a sua exposição a essa categoria de risco por meio de modelos internos de projeção dos fluxos financeiros de suas operações em condições normais e de estresse, de um conjunto de indicadores de monitoramento de sua liquidez e pelo estabelecimento de procedimentos para atuação em resposta a situações de crise de liquidez.

(f) Risco Operacional

O risco operacional é a possibilidade de perdas decorrentes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Ele inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição e a sanções decorrentes do descumprimento de dispositivos legais, além de indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

A CAIXA possui desde 2006 uma Política de Gerenciamento de Risco Operacional, na qual estão definidas as responsabilidades da alta administração, dos empregados em seus diversos níveis e dos prestadores de serviços terceirizados. O seu escopo de aplicação alcança a identificação, avaliação, controle/mitigação e reporte dessa categoria de risco.

A gestão da continuidade dos negócios é parte essencial do gerenciamento de risco operacional e tem sido foco de atuação do banco, por meio da adoção de ações que asseguram a disponibilidade dos principais produtos e serviços frente a eventos não previstos.

Além das metodologias estabelecidas pelo BACEN para o cálculo da parcela de risco operacional do Patrimônio de Referência Exigido, a CAIXA possui modelo interno de mensuração de sua exposição a esse risco, o que norteia as ações de mitigação e redução de perdas.

Nota 36 - Outras informações

(a) Administração de entidades sociais

Patrimônios líquidos dos Fundos e Programas Sociais administrados pela CAIXA:

Entidade	2009		2008
	31 de dezembro	30 de setembro	31 de dezembro
PIS	26.100.286	25.702.774	25.192.767
FGTS *	31.480.852	30.789.531	27.900.357
FAR *	4.200.918	4.195.699	3.967.174
FDS *	1.108.271	901.867	867.660
FAS	31.438	30.630	38.052
PCE	0	17.834	16.202
FGS	179.136	184.154	186.958
FIEL	43.301	45.413	43.301
FGHAB **	94.407	84.545	-
Total	63.238.609	61.952.447	58.212.471
FCVS (i) *	(83.845.107)	(83.516.964)	(80.545.698)

* fechamento de novembro/2009

** Início em maio/2009

(i) A obrigação pela cobertura do patrimônio líquido negativo do FCVS é exclusiva da União.

(b) Garantias prestadas a terceiros

Registra-se o valor de R\$ 66.813 (2008 - R\$ 66.813), referente aos imóveis patrimoniais e títulos penhorados em garantias prestadas a terceiros, relativo a ações judiciais contra a CAIXA.

(c) FGTS

O risco de crédito das operações contratadas a partir de 1º de junho de 2001 é da CAIXA na qualidade de Agente Operador, ficando a União com o risco nas aplicações efetuadas até aquela data, conforme estabelecido no art. 9º da Lei nº 8.036/90, alterado pelo art. 12 da Medida Provisória nº 2.196-3/01. O resultado da avaliação desse risco de crédito é reconhecido como provisão na CAIXA na conta de "Obrigações diversas" no montante de R\$ 33.614 (2008 - R\$ 34.834).

A lei nº 8.036/90 institui em seu art. 7º item IX, incluído pela Lei nº 11.491/07, que cabe à CAIXA na qualidade de agente operador garantir aos recursos alocados ao FI - FGTS, em cotas

continua...



CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2009
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

de titularidade do FGTS, a remuneração aplicável as contas vinculadas de TR + 3% a.a. Para tanto, é constituída provisão no montante de R\$ 72.977 (2008 - R\$ 46.741)

(d) FIES

O risco de crédito das operações contratadas a partir de 12 de junho de 2001 é da CAIXA na qualidade de Agente Financeiro e devedor solidário no limite percentual de 25%, conforme estabelecido no art. 5º da Lei nº 10.260/01, atualizado pela Lei 11.552/07 de 19 de novembro de 2007.

O resultado da avaliação desse risco de crédito é reconhecido como provisão na CAIXA na conta de “Obrigações diversas” no montante de R\$ 149.537 (2008 - R\$ 122.244).

(e) Alterações na legislação tributária

Segundo dispõe o RTT, os efeitos das alterações promovidas na legislação societária, pela Lei 11.638, não devem ser considerados para fins de apuração dos tributos federais, para tanto,

foi instituído o Controle Fiscal Contábil de Transição – FCONT para registro dos lançamentos contábeis auxiliares, necessários para reverter o efeito da utilização de métodos e critérios contábeis diferentes daqueles previstos na legislação tributária, baseada nos critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007.

A CAIXA manifestou, perante o Fisco, a opção pelo RTT na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ 2009, entregue em 16 de outubro de 2009.

Maria Fernanda Ramos Coelho - Presidenta; Carlos Antonio de Brito - Vice-presidente; Carlos Augusto Borges - Vice-presidente; Clarice Coppetti - Vice-presidente; Édilo Ricardo Valadares - Vice-presidente; Fábio Lenza - Vice-presidente; Jorge Fontes Hereda - Vice-presidente; Márcio Percival Alves Pinto - Vice-presidente; Marcos Roberto Vasconcelos - Vice-presidente; Sérgio Pinheiro Rodrigues - Vice-presidente; Raphael Rezende Neto - Superintendente Nacional - Contador CRC 9.037/O-0 - DF.

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria da Caixa Econômica Federal elaborou o presente documento por força e para os fins do estatuído no parágrafo 2º do artigo 17 da Resolução CMN nº 3.198, evidenciando, de forma reduzida e como ali se exige, as principais informações contidas em seu relatório.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

O Comitê de Auditoria, no exercício de suas atribuições, prosseguiu com sua política de relacionamento aberto e cooperativo com os variados níveis de gestores, valendo-se dessas oportunidades para realçar a essencialidade do efetivo comprometimento de todos com as atividades de controles internos, em suas diversificadas dimensões.

Participou das reuniões do Conselho de Administração, manteve encontros com os Conselhos Diretor e Fiscal e, em razão da natureza de suas atribuições, intensificou debates e análises com as áreas de controladoria, de gerenciamento de riscos, de contabilidade e tributos e equipes da auditoria interna e independente.

Esteve atento, igualmente, às mudanças estratégicas introduzidas no perfil de atuação da Caixa Econômica Federal, em particular no que se refere à ampliação de sua participação no conjunto de operações de crédito cursadas no sistema financeiro nacional e em relação à busca de parcerias que oportunizem o incremento dos negócios. Cuidou, outrossim, de acompanhar o tratamento dispensado a seus apontamentos e àqueles formulados por órgãos de fiscalização externa e/ou pelas auditorias.

CONCLUSÕES

As análises efetuadas pelo Comitê de Auditoria, fundadas em informações colhidas em encontros realizados e em relatórios produzidos por diversas instâncias, continuam a

respaldar o entendimento de que as políticas e estratégias de gerenciamento de risco de liquidez, de mercado e de crédito, adotadas pela Caixa Econômica Federal, estão, na essência, ajustadas à natureza e complexidade de suas atividades.

Práticas e processos de controles internos continuam a experimentar aperfeiçoamentos, revelando permanente preocupação em alçar-se tão significativa atividade a níveis cada vez mais elevados de efetividade e consistência.

A atuação da auditoria interna registra contribuição ao fortalecimento do sistema de controle, o que de nenhum modo inibe iniciativas de permanentes, adequados e tempestivos ajustes em resposta a novos desafios, ditados não somente pela natureza de sua missão, mas pela dinâmica do setor em que inserida a Caixa Econômica Federal.

Em seu aspecto nuclear, o trabalho da auditoria independente situou-se em padrão que se alinha com o porte e característica da CAIXA.

As manifestações das auditorias interna e independente e do Conselho Diretor, somada às demais informações colhidas pelo Comitê de Auditoria, permitem concluir que as demonstrações contábeis da Caixa Econômica Federal - data-base 31.12.2009 - foram elaboradas em conformidade com as normas legais e regulamentares, em especial com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, e com as práticas contábeis adotadas no País, daí recomendar-se a sua aprovação.

Brasília (DF), 11 de fevereiro de 2010

Adilson Rodrigues Ferreira
Presidente

João Acir Verle
Membro

José Carlos Monteiro Medeiros
Membro

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores

Caixa Econômica Federal - CAIXA

1 Examinamos os balanços patrimoniais da Caixa Econômica Federal – CAIXA em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, correspondentes aos exercícios findos nessas datas e ao segundo semestre de 2009, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações financeiras.

2 Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, as quais requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a

adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da instituição, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da instituição, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3 Somos de parecer que as referidas demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caixa Econômica Federal – CAIXA em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, e o resultado das operações,

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2009
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

as mutações do patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações referentes aos exercícios findos nessas datas e ao segundo semestre de 2009, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4 Em conexão com nossas revisões limitadas das Informações Financeiras Trimestrais da Caixa Econômica Federal em 31 de dezembro e em 30 de setembro de 2009, cujos relatórios foram emitidos em 11 de fevereiro de 2010 e em 6 de novembro de 2009, respectivamente, sem ressalvas, e com parágrafos de ênfase quanto aos mesmos assuntos mencionados nos parágrafos 5 e 6 a seguir, procedemos à revisão do balanço patrimonial da Caixa Econômica Federal em 30 de setembro de 2009 e das demonstrações do resultado, dos fluxos de caixa e do valor adicionado dos trimestres findos em 31 de dezembro e em 30 de setembro de 2009, as quais estão sendo apresentadas pela sua administração para propiciar informações suplementares sobre a Caixa Econômica Federal. Essas informações estão sendo apresentadas de forma comparativa com as demonstrações financeiras mencionadas no primeiro parágrafo, porém, a sua apresentação não é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

5 Conforme descrito na Nota 22 (a), a CAIXA possuía R\$ 14.259 milhões em 31 de dezembro de 2009 (31 de dezembro de 2008 – R\$ 13.500 milhões) de créditos tributários de imposto de renda, contribuição social, PASEP e COFINS apurados sobre prejuízos fiscais, diferenças intertemporais e contribuição social a compensar, e provisão para realização desses créditos de R\$ 5.222 milhões (31 de dezembro de 2008 – R\$ 5.280 milhões). O valor líquido de R\$ 9.037 milhões (31 de dezembro de 2008 – R\$ 8.220 milhões), registrado no ativo, refere-se a estimativa da administração considerando a realização prevista para os próximos dez exercícios sociais. O montante a ser utilizado no futuro para fins de compensações fiscais está condicionado à geração de lucros tributáveis e pode variar da atual estimativa da administração.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

1. O Conselho Fiscal da Caixa Econômica Federal, consoante o art. 42 do Estatuto Social da Empresa, combinado com o art. 163, incisos VI e VII, da Lei nº 6.404/76, no exercício de suas atribuições legais, examinou o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, do fluxo de caixa e do valor adicionado, as notas explicativas e o Relatório da Administração referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009.
2. Os membros do Conselho, à vista dos documentos apresentados pela Empresa, da análise procedida em reuniões ocorridas mensalmente, e com base no Relatório da Auditoria Interna, na recomendação do Comitê de Auditoria, nos Pareceres do Conselho Diretor, dos Auditores Independentes e do Conselho de Administração, e levadas em consideração as observações apresentadas pelos Auditores Independentes e pela Unidade de Auditoria Interna, opinam no sentido de que as demonstrações refletem adequadamente a situação financeira e patrimonial da Empresa, estando de acordo com as práticas contábeis previstas na legislação societária.
3. O Colegiado examinou também, e manifestou-se favoravelmente, a proposta de destinação do resultado do exercício, constante da demonstração das mutações do patrimônio líquido, a saber: R\$ 149.985.287,82 para **Reserva Legal**; R\$ 627.567.170,85 a título de **Juros s/ Capital Próprio**; R\$ 34.666.495,15 para **Dividendos**; e R\$ 223.257.254,62 destinados a **Reservas de Loterias**, bem assim a proposta de modificação de capital, no montante de R\$ 2.384.682.469,01.

Brasília (DF), 11 de fevereiro de 2010.

ADEMAR PASSOS VEIGA
Conselheiro

EDÉLCIO DE OLIVEIRA
Conselheiro

JOSÉ MAURO GOMES
Presidente

6 Conforme mencionado na Nota 1, a condução da gestão econômico-financeira da CAIXA é considerada no conjunto das decisões do Governo Federal. Nesse contexto, conforme mencionado na Nota 8 (b), a CAIXA possui créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS no montante de R\$ 27.659 milhões (31 de dezembro de 2008 – R\$ 26.451 milhões). Os financiamentos habitacionais encerrados com cobertura do FCVS, ainda não homologados, montam R\$ 7.793 milhões (31 de dezembro de 2008 – R\$ 7.992 milhões) e a sua efetiva realização depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS. A CAIXA estabeleceu critérios para estimar as perdas decorrentes de operações que não venham a atender a essas normas, para as quais constituiu provisão no montante de R\$ 2.543 milhões (31 de dezembro de 2008 – R\$ 2.733 milhões). A realização dos créditos relacionados a financiamentos habitacionais já homologados pelo FCVS, no montante líquido de R\$ 19.158 milhões (31 de dezembro de 2008 – R\$ 17.721 milhões), está condicionada ao processo de securitização, conforme previsto na Lei 10.150 de 2000.

Brasília, 11 de fevereiro de 2010

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 “F” DF

Douglas Souza de Oliveira
Contador CRC 1SP191325/O-0 “S”

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Caixa Econômica Federal, em cumprimento ao disposto no Artigo 18, Inciso XI, alínea “e”, do Estatuto da CAIXA, aprovado pelo Decreto nº 6.473, de 05 de junho de 2008, e alterado pelos Decretos nº 6.796, de 17 de março de 2009 e 7.086, de 29 de janeiro de 2010, tomando por base o Relatório do Comitê de Auditoria da CAIXA, os Pareceres da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, e considerando as recomendações do Conselho Fiscal, **aprovou** as Demonstrações Contábeis da Caixa Econômica Federal, relativas ao exercício findo em 31.12.2009.

Brasília, 11 de fevereiro de 2010.

ALEXANDRA RESCHKE
Conselheira

RICARDO SORIANO DE ALENCAR
Conselheiro

PAULO FONTOURA VALLE
Conselheiro

MARIA FERNANDA RAMOS COELHO
Vice-Presidente

NELSON MACHADO
Presidente